
**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA
MESTRADO EM SOCIOLOGIA**

**SOCIOLOGIA DA COMUNICAÇÃO E A RECEPÇÃO DO
CONCEITO DE INDÚSTRIA CULTURAL: O GRUPO DA USP NOS
ANOS 1970**

Jacira Silva de França

**Recife
2009**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA
MESTRADO EM SOCIOLOGIA**

**SOCIOLOGIA DA COMUNICAÇÃO E A RECEPÇÃO DO
CONCEITO DE INDÚSTRIA CULTURAL: O GRUPO DA USP NOS
ANOS 1970**

Dissertação de Mestrado apresentada por
Jacira Silva de França ao Programa de
Pós-Graduação em Sociologia da
Universidade Federal de Pernambuco, sob
orientação da Prof^a. Maria Eduarda Rocha
e co-orientação do Prof. Paulo Marcondes
Soares.

**Recife
2009**

França, Jacira Silva de

Sociologia da Comunicação e a recepção do conceito de indústria cultural : o grupo da USP nos anos 1970 / Jacira Silva de França. -- Recife : O Autor, 2009.

151 folhas : il., fig., tab.

Dissertação (mestrado) -- Universidade Federal de Pernambuco. CFCH. Sociologia, 2009.

Inclui : bibliografia e anexos.

1. Sociologia. 2. Teoria social. 3. Sociologia da Comunicação. 4. Indústria cultural. I. Título.

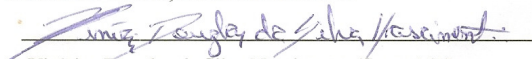
**316
301**

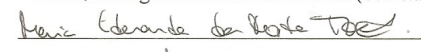
**CDU (2. ed.)
CDD (22. ed.)**

**UFPE
BCFCH2009/93**

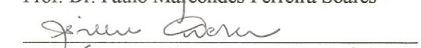
Ata da Sessão de Arguição de Dissertação de JACIRA SILVA DE FRANÇA do Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Pernambuco.

Aos vinte e oito dias do mês de abril do ano de dois mil e nove, reuniram-se na Sala de Seminários do 12º andar do prédio do Centro de Filosofia e Ciências Humanas, os membros da Comissão designada para o **Exame de Dissertação de JACIRA SILVA DE FRANÇA**, intitulada: **SOCIOLOGIA DA COMUNICAÇÃO E A RECEPÇÃO DO CONCEITO DE INDÚSTRIA CULTURAL**: O grupo da USP nos anos 1970. A Comissão foi composta pelos Professores: **Profa. Dra. Maria Eduarda da Mota Rocha (Presidente/Orientadora)**; **Prof. Dr. Paulo Marcondes Ferreira Soares - Titular Interno (PPGS/UFPE)**; **Profa. Dra. Silke Weber- Titular Interna (PPGS/UFPE)**, **Profa. Dra. Simone Magalhães Brito – Titular Externo (UFPB)**, **Profa. Dra. Lilia Maria Junqueira – Suplente Interno (PPGS/UFPE)** e **Prof. Dr. Nadilson Manoel da Silva - Suplente Externo (UNICAP)**. Dando início aos trabalhos a **Profa. Dra. Maria Eduarda da Mota Rocha**, explicou aos presentes o objetivo da reunião, dando-lhes ciência da regulamentação pertinente. Em seguida passou à palavra a autora da Dissertação, para que apresentasse o seu trabalho. Após essa apresentação, cada membro da Comissão fez sua arguição, seguindo-se a defesa da candidata. Ao final da defesa, a Comissão Examinadora retirou-se, para em secreto deliberar sobre o trabalho apresentado. Ao retornar a **Profa. Dra. Maria Eduarda**, presidente da mesa e orientadora da candidata solicitou que fosse feita a leitura da presente Ata, com a decisão da Comissão **aprovando a Dissertação por unanimidade**. A banca recomenda também a publicação dos resultados da pesquisa na forma de um artigo. E, nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente Ata, que vai assinada por mim, secretário do Programa, pelos membros da Comissão Examinadora e pela candidata. Recife, 28 de abril de 2009


Vinicius Douglas da Silva Nascimento (Secretário)

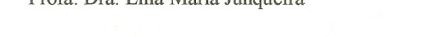

Profa. Dra. Maria Eduarda da Mota Rocha

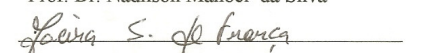

Prof. Dr. Paulo Marcondes Ferreira Soares


Profa. Dra. Silke Weber


Profa. Dra. Simone Magalhães Brito


Profa. Dra. Lilia Maria Junqueira


Prof. Dr. Nadilson Manoel da Silva


Jacira Silva de França

*À minha querida mãe, Isabel Silva, pelo
imenso apoio durante esses meus anos de vida.*

Agradecimentos

Primeiramente agradeço a minha família pelo apoio e carinho imprescindíveis para que eu pudesse dar seguimento aos meus estudos.

À Maria Eduarda Rocha, minha orientadora, pelas contribuições e incentivo fundamentais durante todo o processo de elaboração desta dissertação.

A Paulo Marcondes Soares pela co-orientação e pelos debates que tivemos.

A Gabriel Cohn, Gisela Taschner e Maria Arminda Arruda pelas entrevistas concedidas em 2008 e pela atenção que dedicaram ao trabalho.

Aos professores Ricardo Santiago, Silke Weber, Remo Mutzenberg e Eliane Veras que, através de disciplinas ministradas ou da crítica construtiva ao meu trabalho, deram contribuições importantes para a presente dissertação.

A CAPES pela ajuda financeira durante os dois anos do mestrado.

À Nilcéia Maria Pereira pela estadia e apoio durante o período que estive em São Paulo e pela grande amizade construída ao longo destes anos.

À Marina Melo pela amizade inestimável e pela grande ajuda tanto na revisão deste trabalho quanto nos momentos decisivos na minha trajetória no mestrado.

À Bárbara Luna, Karina Rodrigues e Márcio Abreu pelo apoio e amizade imprescindíveis para que eu realizasse este trabalho. Sem dúvida, mais que amigos foram irmãos nos momentos bons e difíceis de minha vida.

À turma de mestrado, principalmente à Talita pela amizade e ajuda nos momentos cruciais de minha trajetória. A Nelson pelas palavras encorajadoras e pelas contribuições a este trabalho. A Sam Thiago, Madson Rafael, Maria Estér, Rosier Batista, Erliane

Miranda, Joana, Osvaldo, Luzia e Murilo que fizeram parte desta turma, e de modo diferenciado, contribuíram muito no meu percurso no mestrado.

A Gustavo Miranda pela amizade e apoio durante todos estes anos.

À Dona Dalva, primeiramente, por ser uma espécie de segunda mãe para mim. À Renata Santos, Lucas, Elba Rodrigues, Bruno Medeiros, Cida, Célia, Fernando Vitorino, seu Anísio, Wagner, seu Fernando, Rafael, Tiago Saraiva e tantos outros que contribuíram, mesmo que indiretamente, para minha trajetória pessoal e para o mestrado.

À eterna e querida “diretoria”: Aislan Queiroz, Breno Bittencourt, Cecília Rito, Clélia, Danilo, Fernando Semente, Izidro, Jeíza Saraiva, Lenira Pereira, Mercês Santos, Natália Paulino, Normando Jorge, entre outros.

À Priscila, Claudinete, Jorge, Otávio, Seu Elias, Zenaide, Fernanda pelo apoio em muitos momentos.

Ao pessoal da Casa do Carnaval, a Breno Cardim e a todas as outras pessoas que fazem parte da minha vida e de minha trajetória acadêmica.

Resumo

Este trabalho tem por objetivo discutir como se deu a relação entre a emergência da sociologia da comunicação no Brasil dos anos de 1970 e a recepção da teoria da Indústria Cultural tal qual formulada por Adorno e Horkheimer. Para isso, o arcabouço teórico foi construído em quatro sentidos: primeiro, analisar a conjuntura sócio-histórica e econômica da sociedade brasileira do período; segundo, as origens e perspectivas do conceito de Indústria Cultural; terceiro, qual a conjuntura acadêmica que propiciou a abordagem em torno da comunicação na área da sociologia; e, quarto, analisar a recepção do conceito de indústria cultural pelo grupo paulista de sociologia da comunicação da Universidade de São Paulo.

Este grupo, marcado pelo pioneirismo nos anos de 1970, agrega tanto a perspectiva sociológica da comunicação quanto a teoria desenvolvida pelos frankfurtianos, Adorno e Horkheimer, com relação à Indústria Cultural. Utilizando a Análise de Conteúdo como método, procuramos extrair dos textos produzidos pelo grupo a relação que cada um estabeleceu com o conceito de Indústria Cultural.

Palavras-chave: teoria social, sociologia da comunicação, indústria cultural.

Abstract

This work aims to discuss how was the relation between the emergence of sociology of communication in Brazil of the years 1970 and receipt of the theory of the cultural industry such as formulated by Adorno and Horkheimer. For that, the theoretical outline was built in four ways: first, to analyze the socio-historical situation of Brazilian society and economy of the period; second, the origins and prospects of the concept of Cultural Industry, thirdly, how the academic environment provided that the approach around communication in the area of sociology, and fourth , analyze the reception of the concept of Culture Industry by group of the sociology of communication at the University of São Paulo.

This group, marked by the pioneering work in 1970, combines both the sociological perspective of communication theory as developed by frankfurtian, Adorno and Horkheimer, in relation to the Culture Industry. Using Content Analysis as a method, we try to extract of the texts produced by the group the relation that each one established with the concept of Culture Industry.

Keywords: social theory, sociology of communication, Culture Industry

*Ninguém educa a ninguém, ninguém educa a si mesmo,
os homens se educam entre si mediatizados pelo mundo.*

Paulo Freire

Sumário

Introdução	11
 Capítulo 1	
Uma Indústria cultural sob os desígnios da ditadura militar e do capitalismo monopolista: breve análise da década de 1970 no Brasil	15
1.1. A Década de 1970	22
 Capítulo 2	
Indústria cultural: origem e perspectivas	29
2.1. Indústria cultural: perspectivas teóricas	34
 Capítulo 3	
A comunicação como tema: Brasil dos anos 1970	47
3.1. A comunicação na sociologia: o grupo uspiano e o conceito de Indústria Cultural	58
 Capítulo 4	
O grupo uspiano e o conceito de indústria cultural	66
4.1 O grupo e o conceito de indústria cultural	76
4.1.1 Gabriel Cohn e a sociologia da comunicação	77
4.1.2 Orlando Miranda e o Tio Patinhas	87
4.1.3 Waldenyr Caldas e o acorde na aurora	94
4.1.4 Maria Arminda Arruda e a embalagem do sistema	100
4.1.5 Gisela Taschner e o jornalismo político	105
4.2 Em termos comparativos	108
 Breves considerações	111
Referências Bibliográficas	113
Anexo	123

Introdução

O presente trabalho analisa *como* se deu o debate entre a sociologia da comunicação no Brasil, na década de 1970, mais especificamente na Universidade de São Paulo, e a recepção do conceito de Indústria Cultural neste contexto. À luz da teoria social, entendida como o instrumento que busca compreender a sociedade a partir de construções teórico-conceituais, a relação entre a sociologia da comunicação e o conceito de indústria cultural é mostrada através da leitura interna dos textos que compõem o *corpus* desta dissertação, a saber, os trabalhos produzidos nos anos 1970 pelo que denominamos aqui de “Grupo Paulista de Sociologia da Comunicação”.

Para isso, a dissertação foi dividida em quatro capítulos. O primeiro capítulo, *Uma Indústria cultural sob os desígnios da ditadura militar e do capitalismo monopolista: breve análise da década de 1970 no Brasil*, trata do contexto sócio-político e econômico dos anos de 1970 situando o debate em torno da ditadura militar e da formação e consolidação do capitalismo monopolista tardio tendo como parâmetro de análise a constituição da indústria cultural brasileira. Parâmetro este que acompanha os argumentos desenvolvidos nos outros capítulos. O segundo, *Indústria cultural: origem e perspectivas*, discorre sobre o surgimento e os significados do conceito de indústria cultural formulado por Adorno e Horkheimer, integrantes da chamada Escola de Frankfurt.

O terceiro capítulo, *A comunicação como tema: Brasil dos anos 1970*, é voltado para um balanço geral da temática da comunicação no meio acadêmico brasileiro com enfoque na recepção dos escritos da Escola de Frankfurt, especialmente nas décadas de 1960 e 1970, e no “grupo paulista de sociologia da comunicação”. O quarto e último

capítulo, *O grupo paulista e o conceito de indústria cultural*, centra as atenções sobre como cada autor, do *corpus* definido aqui, trabalha o conceito de indústria cultural relacionando-o aos argumentos centrais de cada análise.

O método

Diante do propósito do trabalho, o caminho metodológico utilizado foi, fundamentalmente, o levantamento bibliográfico tanto dos textos produzidos nos anos de 1970 na área da chamada Sociologia da Comunicação quanto dos textos sobre o período em questão. Além do levantamento, entrevistas estruturadas foram utilizadas como ponto e contraponto às análises desenvolvidas no decorrer dos capítulos. Em junho de 2008, Gisela Taschner, Gabriel Cohn e Maria Arminda Arruda, respectivamente, foram por mim entrevistados, em São Paulo, com respeito ao tema da pesquisa.

Com isso o arco percorrido vai do exame das condições sociais e econômicas que favoreceram o surgimento da indústria cultural no Brasil passando pela análise deste conceito tal como surgiu nos anos de 1940 na Alemanha e culminando no *Corpus* da pesquisa. Este *corpus* foi escolhido a partir do seguinte critério: textos em que o conceito de indústria cultural foi a chave analítica para desenvolver os argumentos centrais dos textos selecionados. São eles: Gabriel Cohn, *Sociologia da Comunicação: teoria e ideologia* (1973); Orlando Miranda, *Tio Patinhas e os mitos da comunicação* (1975); Waldenyr Caldas *Acorde na aurora: música sertaneja e indústria cultural* (1976), Maria Arminda Arruda, *A embalagem do sistema: estudo sobre a publicidade no capitalismo*

monopolista retardatário (1979) e Gisela Taschner, *Do jornalismo político à indústria cultural* (1979)

A partir da definição de tal *corpus*, o método escolhido foi a Análise de Conteúdo que é, destaca Bardin (1977), um conjunto de instrumentos metodológicos que pode ser aplicado a diversos tipos de materiais. Ou ainda:

“A análise de conteúdo constitui uma metodologia de pesquisa usada para descrever e interpretar o conteúdo de toda classe de documentos e textos. Essa análise, conduzindo a descrições sistemáticas, qualitativas ou quantitativas, ajuda a reinterpretar as mensagens e a atingir uma compreensão de seus significados num nível que vai além de uma leitura comum”. (Moraes, 1999: p. 9).

Partindo destas considerações iniciais, podemos nos reportar ao que Bauer (2002) considera como os dois objetivos primordiais da análise de conteúdo: o analista pode se voltar para o estudo sobre a *fonte* ou sobre o *público*. De acordo com o autor “*um símbolo representa o mundo; esta representação remete a uma fonte e faz apelo a um público*” (Bauer, 2002: 192). Esta tríade permite ao analista fazer inferências sobre, por exemplo, o contexto de uma dada mensagem.

Quando o foco está na *fonte* o texto é um *meio de expressão* e os resultados da análise é a coisa a ser explicada e que permite reconstruir as cosmovisões, os valores, os preconceitos, etc.. Quando o foco está no *público*, o texto se torna um *meio de apelo* e os resultados possibilitam explicar como as coisas e os textos influenciam as visões de mundo, os estereótipos, entre outros.

Estes dois objetivos se ligam a duas dimensões: a semântica e a sintática. A primeira se volta para os transmissores de sinais e suas inter-relações (meios de influência

e expressão), de forma simples, se procura saber o COMO – como algo é dito ou escrito. Já os procedimentos semânticos, estão direcionados para as relações entre os sinais e seus sentidos (denotativos e conotativos), está preocupado com O QUE – o que é dito em um texto – quais os termos, as avaliações. Para o presente trabalho interessa a dimensão sintática, ou seja, o *como*.

Neste aspecto, a análise se desdobra em três sentidos: primeiro, destacar os conceitos fulcrais utilizados em cada texto escolhido; segundo, tratar mais especificamente de como cada autor define indústria cultural, conceito central para entender a perspectiva do grupo uspiano de sociologia da comunicação nos anos de 1970; terceiro, identificar as aproximações e diferenciais do *corpus* a partir dos argumentos defendidos nos textos e da bibliografia contida nos mesmos. Para isso a técnica de análise escolhida é a *Análise contingencial* que não está preocupada com a quantidade de vezes com que o tema aparece, mas como as palavras e temas estão relacionados.

Capítulo 1

Uma indústria cultural sob os desígnios da Ditadura Militar e do Capitalismo Monopolista: a década de 1970 no Brasil

Encerrada a década de 60, não mudará apenas o algarismo da dezena nos calendários. Que reservará à humanidade a década de 70? Por tôda parte, surgem previsões de astrólogos e estudos de futurólogos, empenhados em desvendar os acontecimentos marcantes dêsse nôvo período, os novos mitos que virão ocupar o lugar dos ídolos depostos e dos valores superados. Grandes revistas e jornais fazem predições, tomando como base os dados do presente e o impulso renovador que a sociedade vem experimentando nas mais diversas latitudes. Mas nem tudo é previsível. Haverá sempre um campo aberto às emprêsas, aos imprevistos. Viveremos, é certo, um período de cada vez mais avanço tecnológico, de comunicações cada vez mais rápidas, de conforto mais acentuado para os que dêle podem dispor, com uma variedade enorme de aparelhos e instrumentos colocados a serviço do homem, inclusive microcomputadores para uso doméstico, fonovisão em lugar dos atuais telefones, automóveis elétricos sem o inconveniente da fumaça, etc. ¹.

Esta foi uma das reportagens veiculadas no início da década de 1970 que ilustra alguns fatos marcantes deste período. Contexto marcado pela égide do regime ditatorial, de 1964 a 1985, e do capitalismo tardio em sua fase monopolista. Neste sentido, o objetivo do presente capítulo é analisar, de forma breve, a conjuntura que favoreceu o desenvolvimento e a consolidação da indústria cultural no país. Objetivo este, importante para o trabalho como um todo pois permite articular a relação sociedade/teoria na constituição do campo teórico denominado sociologia da comunicação².

Nos termos de Maria Arminda Arruda, “O ponto de partida a ser tomado é a própria acumulação capitalista [...]” (Arruda, 2004: 36). Ou mais especificamente, a lógica

¹ Trecho retirado da Revista Manchete intitulado “O mundo na década de 70”, Edição Especial, São Paulo: 13-15, 25 de março de 1970.

² “Campo” aqui e em todo o trabalho é utilizado de forma descritiva e não a partir de perspectivas como a de Pierre Bourdieu, por exemplo.

de acumulação capitalista que demarca não propriamente um processo de crescimento econômico e social, mas antes o desenvolvimento do capitalismo. Afirmar que o “ponto de partida” é o capitalismo não implica dar preponderância à dimensão econômica. Significa dizer que a acumulação capitalista a qual favorece a formação de grandes blocos econômicos, a diversificação ainda maior de mercadorias e a atuação do Estado e de seus aparatos governamentais é um dos pilares para entender a realidade social brasileira neste período e, por conseguinte, direcionam a forma de pensar o Brasil.

Situando o debate em torno do processo de industrialização brasileiro, percebe-se que a formação dos conglomerados empresariais não se constituiu num “passe de mágica”. A formação de indústrias, no Brasil, começou efetivamente a partir dos anos de 1930 com a chamada “substituição de importações” ou “industrialização restringida” (Baer, 1996; Cano, 2000). Período em que predominava ainda as exportações de produtos primários (café, açúcar, algodão), porém marca o início, de forma lenta e gradual, de uma nova etapa do capitalismo: a do capital industrial.

Seguindo a linha defendida por Bresser Pereira (1998), no Brasil existem dois grandes períodos: o do capital mercantil, até 1930, e o capital industrial, a partir de 1930.

Wilson Cano também aponta para uma linha de raciocínio semelhante:

Após a “crise de 29” ocorreria profunda transformação no padrão de acumulação de capital no Brasil. A economia transitava de um modelo primário exportador, cujos determinantes maiores da renda e do emprego eram as exportações, para um de industrialização em que o determinante passava a ser o investimento autônomo. Porém, o novo padrão era relativamente contido e em parte subordinado ao antigo setor exportador. Primeiro, porque o anterior compartimento produtor de bens de produção era muito incipiente, dependendo, ainda, das divisas geradas pelo setor exportador, com o que importava os bens de produção necessários à reprodução ampliada. Segundo, também pelo mercado, dado que era

ainda o setor exportador, e seus segmentos urbanos, que garantia parcela expressiva de seu mercado. Dá-se, assim, um processo de industrialização, ainda que *restringido*. Essa restrição diminuiria sensivelmente a partir do quinquênio 1956-1960 quando finalmente se instalara no país a indústria pesada. (Cano, 2000: 167).

Seguindo este impulso inicial, as décadas posteriores, principalmente a partir de 1955, no governo Juscelino Kubitscheck, são caracterizadas pela chamada a “industrialização pesada” e formação do parque industrial brasileiro com crescimento considerável dos setores automobilísticos, de construção, da petroquímica através de estímulos estatais diretos e indiretos. O *Plano de Metas* do governo Kubitscheck buscou fortalecer os setores de energia, transporte, indústria de base, educação num tempo mínimo, seu célebre *slogan* 5 anos em 50, foram a tônica de um governo que tornou ainda mais abissal a dívida externa – Juscelino Kubitscheck governou até inícios dos anos 1960, quando Jânio Quadros assume o poder.

Em 1961 Jânio Quadros renuncia esperando um provável “retorno glorioso” que não ocorreu. Quem assume é o seu vice, João Goulart, que teve como propósito a tentativa de estabilizar a economia brasileira. Mas as deficiências do sistema financeiro nacional, os efeitos recessivos das políticas de estabilização e a crise econômica e política de modo geral (Cano, 2000: 180) encaminharam o Brasil para uma outra etapa de sua história: a ditadura militar.

O golpe militar de 1964 foi acompanhado de uma crise gerada no governo João Goulart (1961-1964) fruto de um dos piores índices de crescimento, inflação recorde e insatisfação com a política do governo. No dia 15 de março de 1964, Castelo Branco assume o comando do país. Como descreve Maria Helena Paes:

Os setores sociais que participaram do movimento civil-militar de 1964 compunham um agrupamento heterogêneo embora com expectativas comuns: a repressão aos movimentos das classes dominadas, o “fim do comunismo” e a reorientação da economia. Todavia, ter participado da derrubada de Goulart não significava participar do golpe de Estado, que, afinal, ficou em mãos dos grandes vitoriosos: a burguesia multinacional associada ao capital estrangeiro e aos militares. Para esses, o ponto de aglutinação e a fonte inspiradora para as novas diretrizes foi a DSN (Doutrina de Segurança Nacional), a partir da qual se definiram os “objetivos nacionais”: a defesa do capitalismo com altas taxas de acumulação, a predominância do grande capital e a contenção dos movimentos dos trabalhadores, o que significava disciplinar o trabalho às necessidades do capital. (Paes, 1997: 46).

O regime burocrático-militar tinha como desafio inicial a recessão marcada pelo controle da inflação e pela política de “arrocho salarial”³ que teve frutos anos posteriores. É com a posse do general Costa e Silva (1967–1969) que ganha propulsão o chamado “milagre brasileiro”. As reformas no setor monetário e financeiro com a criação de instituições como os Fundos Fiscais e os Bancos de Investimento com créditos a longo e médio prazos; e, no setor tributário “que aumentava a carga tributária, centralizava recursos no governo federal e alargava as bases para o financiamento do gasto público federal.” (Cano, 2000: 183). A partir de 1968 fez com que a recessão cedesse lugar ao chamado “milagre brasileiro” baseado numa política fiscal de incentivos e isenções que beneficiou o capital nacional e a entrada do capital estrangeiro. Assim, o relaxamento do controle monetário, o crédito fácil e o crescimento acelerado promoviam o início de uma

³ O “arrocho salarial” foi uma política de controle na qual o Governo estabelecia os índices de reajustes salariais com base na inflação dos meses anteriores o que gerava um descompasso, pois, os salários estavam sempre abaixo da inflação real. (PAES, 1997: 49).

cultura de consumo⁴, principalmente de bens duráveis e manufaturados como aparelhos de TV.

Seguindo a idéia de que a cultura era central para difundir e incutir a ideologia do governo, através da bandeira de manter a “segurança nacional”, os governos militares implementaram uma política modernizadora nas telecomunicações. Em 1965 é criada a Embratel (Empresa Brasileira de telecomunicações) e o Brasil associa-se a Intelsat (Sistema Internacional de Satélites); em 1967 foi criado o Ministério das Comunicações. No ano de 1968 surgem as primeiras emissoras de frequência modulada (FM) e é criada a AERP (Assessoria Especial de Relações Públicas) que reforçava a necessidade de propagar ideais ufanistas e nacionalistas e constituía uma maneira de organizar o ataque ideológico do Estado. Em 1969 o país se integra ao sistema mundial de comunicação por satélite e é criada a Embrafilme – empresa estatal que financiava a produção cinematográfica brasileira.

Instituições como o Conselho Federal de Cultura e o Instituto Nacional do Cinema (INC) foram criados com a finalidade de incentivo e controle da produção cultural do país. Produção que no início da década foi marcada pela chamada contracultura em que a esquerda dominava. Uma espécie de “anomalia”, termo utilizado por Maria Helena Paes (1997: 74), para descrever os meados dos anos 60 nos quais o Brasil vivenciava uma ditadura marcadamente de direita com a hegemonia cultural caracteristicamente de esquerda.

⁴ Cultura de consumo é aqui utilizada de forma descritiva não entrando, portanto, nos debates em torno da conceituação crítica desta expressão.

Para além desta anomalia e a partir deste período, a pressão do Governo militar, as novas exigências do mercado cultural e a emergência da indústria cultural provocaram uma mudança considerável.

Estamos falando de algo pouco investigado e debatido: a vertiginosa transmutação cultural acontecida no Brasil. De uma cultura conformada através de um circuito cultural escolar-universitário – restrito e excludente, porém dominante – a cultura brasileira passa a ser hegemonizada por um outro e novo circuito cultural, aquele ambientado e constituído pelo sistema de mídias. Por óbvio, a transição de uma cultura dominada pelo circuito escolar-universitário para outra hegemonizada pela cultura midiática não se consuma nos anos 60. O processo se desdobra nas décadas seguintes. A década de 60 emerge aqui como fronteira. Isto é, momento-síntese privilegiado da passagem que faz a intermediação entre dois movimentos cruciais da cultura nacional. (Rubim, 2004: 18-19).

É o circuito escolar-universitário do início dos anos 60 delineados por movimentos como os do CPC (Centro Popular de Cultura) da UNE (União Nacional de Estudantes); o Teatro Arena, o Cinema Novo, a Bossa Nova, a Tropicália, as Canções-protesto que passa a dividir espaço com os bens simbólicos da indústria cultural (novelas, programas de auditório, filmes e revistas).

A televisão que teve grande expansão no pós-64 transformou-se na principal arma ideológica do governo. Mensagens sobre o desenvolvimentismo brasileiro e a necessidade de manter a “segurança nacional” foram repassadas à população através de sua programação e, principalmente, das campanhas publicitárias (propagandas), elementos *sine qua non* do controle ideológico do Estado. Eis o ponto nodal para entender a prioridade do regime na instalação de uma rede de microondas que pudesse integrar todo o território nacional. O próprio governo fazia vistas grossas para parcerias com empresas estrangeiras, a exemplo, do acordo firmado entre a Rede Globo e o grupo americano

Time-life que contribuiu e muito para que esta emissora, em 1969, chegasse a dominar a audiência no Brasil (Lins, 1986: 40-41)

Toda esta política de incentivo esteve atrelada à censura que se instaurou no país, principalmente depois do AI-5 (Ato Institucional número 5) em 1968. Em resposta à oposição ao regime feita pelo movimento estudantil e pela chamada Frente Ampla que reunia vários políticos dentre eles o ex-presidente João Goulart, um “golpe dentro do golpe” é desferido (Silva, 1986: 31). O AI-5 possibilitou o fechamento do Congresso Nacional e decretou prisões, cassações e a instituição da censura nos meios de comunicação⁵. Notícias sobre presos políticos, greves e crises passaram a ter veiculação proibida. Foi o ponto decisivo para a centralização militar do poder e o estabelecimento da censura efetiva.

Desta forma, o Governo militar instaurou um regime ditatorial e repressor, por um lado, e, por outro, contribuiu significativamente para o desenvolvimento de um capitalismo sustentado pela formação dos monopólios, pela diversificação dos bens de produção e por investimentos consideráveis em tecnologia (Arruda, 2004: 40-41) marcas da fase monopolista, tardia e dependente, do capitalismo brasileiro. Tardia porque em comparação ao sistema capitalista mundial há um considerável atraso em relação aos processos apontados acima, e, dependente, por ser fortemente atrelada ao capital externo. Mas, como indica Florestan Fernandes (2006) o que diferencia o capitalismo brasileiro do capitalismo das economias centrais (países desenvolvidos) não é propriamente o tipo, mas a intensidade e os ritmos do processo. Assim, estabelece-se as bases para o período posterior, a década de 1970.

⁵ Já em 1965 o AI-2 dava ao governo o direito de violar a liberdade de imprensa garantida constitucionalmente em 1953 pela Lei de Imprensa.

1.1 A Década de 1970

Coincidência ou não, no dia 31 de agosto de 1969 foi ao ar a primeira edição do Jornal Nacional da Rede Globo, mesmo dia da posse da Junta Militar que dois meses depois encaminhava a escolha do general Garrastazu Médici – um dos generais que deu maior impulso ao desenvolvimento da indústria cultural (Nadine, 1992). Por falar em Rede Globo, nos anos 70 ela constituiu um dos mais poderosos conglomerados, pondo em prática o ideal do regime militar de integrar a nação. Não por acaso, a TV foi a maior propagadora do ideal de “Brasil, Grande Potência”.

Provavelmente por este motivo, é que muito dos intelectuais⁶ que analisavam a indústria cultural naquele momento tendiam a associar indústria cultural e autoritarismo. Em entrevista concedida, Maria Arminda Arruda fala:

Havia um viés que se mostrou, depois tem que ser repensado, que era a idéia de que existia um grande casamento entre autoritarismo e indústria cultural. Eu acho que a gente fazia um pouco esta identificação e que tem que ser revista. Também acho que nós trabalhávamos numa perspectiva, de quando pensávamos o problema da estrutura social, numa noção de macro, sujeitos macro, atores como os de classe, mais definidos. (Entrevista realizada no dia 06/06/2008 na USP).

Ou ainda, como aponta Gisela Taschner: “eu acho que naquele contexto parecia mais fácil de reconhecer a realidade, os fenômenos aos quais se referiam a Escola de Frankfurt. Realmente, uma estrutura de mídia aberta, extremamente autoritária” (Entrevista realizada no dia 03/06/2008) direcionou os tipos e enfoques de pesquisas no Brasil – ver capítulo 3 desta dissertação.

⁶ A idéia de intelectuais, assim como a de “campo”, é utilizada aqui de forma descritiva.

Programas e propaganda tiveram papel decisivo neste sistema. O Brasil crescia e a propaganda ajudava a torná-lo ainda maior. O “Brasil, Grande Potência” foi corroborado por projetos faraônicos como a construção da Rodovia Transamazônica e por um crescimento econômico acelerado (Habert, 1992), que escondeu desigualdades abissais.

Para isso foram realizados contratos vultosos com as agências de propaganda. Como ressalta Maria Eduarda Rocha “Protegido pelo Regime Militar, o setor publicitário demarcou melhor as suas fronteiras, racionalizou ainda mais as suas práticas e profissionalizou definitivamente a sua força de trabalho. O contexto deste amadurecimento é bastante conhecido. O investimento publicitário, que saltou de U\$ 200 milhões em 1969 para U\$ 1,5 bilhões em 1979, alimentou-se da chegada das multinacionais e da política de relações públicas do governo”. (Rocha, 2004: 35).

O cinema foi um outro ramo importante neste período e a ação do Estado foi mais flagrante. Carlos Eduardo Silva (1986) descreve, sob o comando da EMBRAFILME – empresa estatal – o cinema brasileiro ganhou impulso considerável. Nos anos 70, o Brasil atinge uma produção média anual de 100 longa-metragem. O ufanismo, os grandes momentos históricos e as adaptações de obras literárias são tratados pelo cinema com fins mercadológicos. O ápice deste processo pode ser expresso pela frase de Gustavo Dahl que em meados dos anos 70 esteve à frente da EMBRAFILME “mercado também é cultura” (Kreinz, 1990: 133).

À EMBRAFILME cabia o papel de financiadora, co-produtora e distribuidora dos filmes. Havia também o Concine – Conselho Nacional de Cinema criado em 1976 – que tinha por objetivo normatizar e fiscalizar as produções cinematográficas. O rádio e o mercado editorial também tiveram grande importância – apesar de ter perdido espaço para

a TV, ele ainda era considerado o meio de comunicação de maior penetração no território nacional.

Junto com o incentivo infra-estrutural, a censura esteve presente, como já apontado. “No começo dos anos 70 muito se dizia e pouco se comunicava por todo o país” (Festa, 1986). A censura esteve presente em todas as áreas: jornais, revistas, livros, rádio, TV, filmes, peças teatrais, música e ensino. De acordo com a matéria publicada na seção Especial do Jornal da USP

Entre 1972 e 1975, a censura federal enviou mais de 300 comunicadores aos grandes jornais do país proibindo notícias e comentários principalmente sobre sucessão de presidentes, manifestações estudantis, abertura política, choques entre policiais e subversivos, denúncias da igreja contra atentados aos direitos humanos, críticas à política econômico-financeira do governo e entrevistas de ex-ministros. O presidente Médici concedeu só uma entrevista em seu governo, mesmo assim para jornalistas selecionados previamente e com perguntas aprovadas com antecedência. O presidente lia as respostas preparadas. Havia dificuldade de acesso às fontes de informação. É nessa época que proliferam as declarações em off (quando o entrevistado não quer que seu nome seja publicado) e as assessorias de imprensa. (Jornal da USP, 02 a 06 de junho de 2006: 10).

Na área televisiva, o grande exemplo foi a novela da Rede Globo O Bem Amado exibida em 1973 e está entre as produções com maior número de falas e cenas cortadas pela censura. No cinema, filmes financiados pelo Estado eram proibidos de veiculação pelo mesmo (Silva, 1986).

A censura também teve outras faces, ou melhor dizendo, se apresentava de maneira indireta. No tocante aos impressos em geral, a cota de importação de papel era determinada pelo Estado e neste sentido havia um controle permanente da imprensa, pois os jornais e revistas dependem necessariamente de papel. Outro meio indireto era através

das concessões que ficavam concentradas nas mãos de pessoas e grupos ligados ao Governo e permitia a monopolização das emissões nas mãos de uma ideologia única – a do Estado. Uma terceira maneira que manteve a indústria cultural sob controle foram os vultosos recursos depositados pelo governo principalmente com propaganda. Quem estivesse afinado com os propósitos do governo recebiam mais recursos e tinham mais possibilidades de se manter no mercado. Um boicote do Estado era praticamente sinônimo de falência, como foi o caso do Jornal da Bahia importante veículo de comunicação que fechou em meados dos anos 70. Bem ressaltado seja, a censura não foi uniforme.

Se a chamada Grande Imprensa que em muitos momentos esteve vinculada com os ideais do Regime Militar sofreu este tipo de pressão, a chamada “imprensa alternativa” sofreu marcação ainda mais cerrada. A imprensa alternativa, de resistência ou nanica surgiu nos fins dos anos 60 e cresceu fortemente na década de 1970. Caracterizada pela crítica ao Governo, pela ironia e humor com que tratava os acontecimentos este tipo de imprensa era distribuída nas bancas de jornal, universidades, redações de jornal, agências de publicidade, entre outros.

O primeiro jornal foi O Pasquim criado em junho de 1969, em 1970 atingiu uma média de 200 mil tiragens e teve várias edições apreendidas. Depois de O Pasquim vários outros jornais surgiram: Pato Macho, De Fato, Coojornal, Movimento, Opinião, Posição, Paralelo, O São Paulo, Em Tempo, EX, Brasil-mulher, e, já em fins da década, O Microjornal onde tudo era micro e a primeira reportagem foi “Este não é um país sério” (Festa, 1986: 17). É importante frisar que a circulação deste tipo de imprensa ganhou maior impulso na segunda metade da década de 1970 quando as críticas ao regime se tornaram mais fortes em decorrência das pressões exercidas pelos mais variados setores da

sociedade e das eleições em fins de 1974 quando os “donos do poder” – para usar a expressão de Raymundo Faoro (1977) – perceberam que não era mais possível manter um sistema totalmente fechado. Daí a censura começa a diminuir sua atuação e uma abertura lenta e gradual, como defendia Geisel (1975-1979), passou a ser a tônica.

As capas de O Pasquim abaixo são um ilustrativo do tipo de mensagem que circulava na época através da imprensa alternativa.

	
Capa de O Pasquim de 1978 (Fonte: http://images.google.com.br/images)	Capa de O Pasquim de 1978 (Fonte: http://images.google.com.br/images)

Como foi possível, então, o desenvolvimento massivo da indústria cultural? Renato Ortiz (1991) indica o caminho: a censura não repreendia todo e qualquer produto cultural além do que sua principal função era impedir a emergência de determinadas idéias, notícias, publicações que estivessem contrárias à lógica ditatorial de difundir ideais de progresso, harmonia e desenvolvimento. É célebre a frase atribuída ao presidente Médici: “Sinto-me feliz, todas as noites quando ligo a televisão para assistir ao jornal. Enquanto as

notícias dão conta de greves, agitações, atentados e conflitos em várias partes do mundo, o Brasil marcha em paz, rumo ao desenvolvimento. É como se eu tomasse um tranqüilizante após um dia de trabalho”. (Reis Júnior, 2003).

O “ato sensor” proibia a veiculação de peças teatrais, filmes, livros, novelas – não o teatro, o cinema, a TV, o mercado editorial. Através de investimentos significativos e da censura o Estado burocrático-militar soube atrair para si o controle das principais vias de comunicação do país . Renato Ortiz sintetiza:

O advento do Estado militar possui na verdade um duplo significado: por um lado se define por sua dimensão política; por outro, aponta para transformações mais profundas que se realizam no nível da economia. O aspecto político é evidente: repressão, censura, prisões, exílios. O que é menos enfatizado, porém, e que nos interessa diretamente, é que o Estado militar aprofunda medidas econômicas tomadas no governo Juscelino, às quais os economistas se referem como a “segunda revolução industrial” no Brasil. Certamente os militares não inventaram o capitalismo mas 64 é um momento de reorganização da economia brasileira que cada vez mais se insere no processo de internacionalização do capital; o Estado autoritário permite consolidar no Brasil o “capitalismo tardio”. Em termos culturais essa reorientação econômica traz conseqüências imediatas, pois, paralelamente ao crescimento do parque industrial e do mercado interno de bens materiais, fortalece-se o parque industrial de produção de cultura e o mercado de bens culturais (Ortiz, 1991: 114).

O Estado, então, como o grande mecenas da cultura nos anos setenta (Miceli, 1984) estabeleceu um dupla forma de atuação: a primeira, mais direta, refere-se ao incentivo das políticas culturais voltadas às produções da cultura popular e da cultura erudita através de órgãos como o IPHAN (Instituto do Patrimônio Artístico e Histórico Nacional) e a Funarte (Fundação Nacional de Arte, criada em 1975). A segunda, indiretamente, no sentido de propiciar a infra-estrutura necessária para o desenvolvimento da indústria cultural no Brasil.

A década de 70 presenciou uma imensa expansão da massificação das informações e dos padrões de comportamento e de consumo do mundo capitalista sob a extraordinária consolidação da indústria cultural e dos meios de comunicação em geral. Neste sentido, como principal meio de comunicação, a TV desempenhou importante papel por todo o território nacional. Sua penetração foi inigualável numa década em que a rede de telecomunicações chegou às mais distantes regiões do país e durante a qual a aquisição de aparelhos de TV generalizou-se em todas as camadas sociais. O jornal O Estado de S. Paulo noticiava, em 1976, que na Grande São Paulo quase 95% dos domicílios tinha TV e que a cada noite 7 milhões de paulistanos passavam quase três horas diante dos televisores. (Habert, 1992: 70).

Este *boom* da indústria cultural chamou à atenção de muitos intelectuais brasileiros nos anos de 1970 e, particularmente, na área da sociologia que nos interessa. Mas, o que significa ter como chave analítica a expressão “indústria cultural” e não “sociedade de massa”? Esta opção por um termo e não pelo outro é significativa e tem implicações consideráveis por estar atrelada a uma corrente de pensamento que via na sociedade contemporânea capitalista a emergência de um novo *modus operandi* social, econômico e cultural. Caminhamos assim para o capítulo 2 com a análise das origens e significados do conceito de *indústria cultural*.

Capítulo 2

INDÚSTRIA CULTURAL: ORIGEM E PERSPECTIVAS

O parâmetro deste trabalho se dá em torno da formação e consolidação da indústria cultural no Brasil dos anos de 1970. E, principalmente, como este processo foi analisado no meio acadêmico nacional, mais especificamente na sociologia, à luz da teoria da indústria cultural. Portanto, a utilização da idéia de *indústria cultural* não é fortuita. Está ligada a uma série de implicações teóricas e conceituais, de origem anterior aos anos 70 brasileiros. Eis então o objetivo do presente capítulo: analisar a origem e as perspectivas teóricas contidas no conceito de indústria cultural.

Ao que tudo indica a expressão Indústria Cultural foi utilizada pela primeira vez por Theodor Adorno e Max Horkheimer na obra *Dialética do Esclarecimento* publicada em 1947. Um dos principais textos da chamada “Escola de Frankfurt”⁷ a obra buscou ser um meio de crítica à sociedade que se desenvolvia no século XX pautada na racionalidade técnica, no desencantamento do mundo, no autoritarismo. *Dialética do Esclarecimento* (ou do *Iluminismo*) representa,

[...] mais do que um momento da história do pensamento burguês. Refere-se “ao movimento real da sociedade burguesa como um todo sob o ângulo das idéias corporificadas em suas instituições e pessoas”. Está em causa a racionalidade burguesa na sua acepção mais ampla: não só aquela produzida pela sociedade burguesa mas a que a reproduz. Os personagens do livro não são classes sociais (burgueses e proletários, por exemplo), mas duas formas de imbricação entre idéias e sociedade: a

⁷ A expressão vem aspeada porque não houve, de fato, uma Escola, nem muito menos ela esteve localizada única e exclusivamente em Frankfurt. O que existiu foi a formação de um grupo de filósofos e intelectuais que se reuniram em torno do chamado *Instituto de Pesquisa Social* surgido na Alemanha (Assoun, 1991; Seligmann-Silva, 2003; Maciel, 2008). Mas como se convencionou assim chamar utilizamos também aqui o termo Escola de Frankfurt.

razão e o mito. A tese básica é que a razão burguesa (a razão envolvida na produção e reprodução da sociedade burguesa), ao combater de modo irrefletido o mito, acaba convertendo-se ela própria em mito, sem no entanto deixar de apresentar-se como razão. (Cohn, 1986: 14-15).

A crítica não é sobre a razão, pura e simplesmente, mas sobre um tipo específico de razão: a instrumental. Pautada pelo espírito de previsibilidade e uniformização das consciências (Ortiz, 1986), ela induz à irracionalidade. A partir deste norte, Adorno e Horkheimer procuraram desenvolver uma *Teoria Crítica* tendo como foco a sociedade capitalista contemporânea.

Parte de um contexto mais amplo e anterior aos anos de 1940, este norte esteve atrelado ao âmbito intelectual de esquerda na Alemanha, já em 1920, caracterizado pela tentativa de encontrar na teoria um caminho para a correção dos rumos que a política tinha tomado. Foi então que surgiu a proposta de criar um instituto de pesquisa que, num primeiro momento, se chamou “Instituto para o Marxismo” e, posteriormente ficou conhecido como “Instituto para Pesquisa Social”. O objetivo do Instituto era discutir, a partir de uma perspectiva interdisciplinar, temas ligados à filosofia, à sociologia, à cultura, à estética e à economia (Duarte, 2003: 10-11).

Dentre os principais integrantes e colaboradores estavam Max Horkheimer, Theodor Adorno, Herbert Marcuse, Walter Benjamin, Leo Lowenthal, Franz Newman, Eric Fromm, Friedrich Pollock, Karl Witfogel, entre outros. Este grupo teve inclinações teóricas diversas, mas, se podemos encontrar alguma unidade nesta polifonia, ela se dá, principalmente, em dois sentidos: na defesa de uma *teoria crítica* e na forma ensaística de escrever. Formulada principalmente por Max Horkheimer, a teoria crítica teria por objetivos: primeiro, ter uma postura crítica no que diz respeito à sociedade a partir da idéia

de que os fatos não são dados, mas construídos historicamente; segundo, perceber o *processo* de mudança presente na sociedade, no caso a capitalista, identificando avanços e recuos.

Apesar de autores como Zoltán Tar (s.d) considerar que estas premissas fazem parte da primeira fase da Teoria Crítica que vai do início da década de 1920 até 1940, elas nunca foram deixadas de lado, mesmo num período pós-1940 em que ocorre uma dupla mudança no interior da teoria: primeiro, a ânsia por um mundo melhor presente na primeira fase é substituída por uma filosofia desencantada da história; segundo, a crença de que a luta de classes pudesse mudar a estrutura vigente entra em descrédito. Até então, a forte influência da *Crítica à Economia Política* de Karl Marx esteve bem presente. Com a ascensão do nazismo e o contato com “comunicação de massa” dos Estados Unidos, especificamente por parte de Adorno e Horkheimer, o foco passou a ser a crítica ao fetichismo da mercadoria presente em *O Capital* de Marx. Neste sentido:

O marxismo não intervém na problemática frankfurtiana como uma doutrina exterior: é a principal referência teórica que legitima a Teoria Crítica, o que quer dizer ao mesmo tempo que a Crítica encontra necessariamente o materialismo histórico para conseguir a sua passagem à história e que o marxismo não é um “sistema” que rebentaria com a crítica, mas unicamente a ferramenta-piloto da crítica. É com esta reserva que se pode associar a Escola de Frankfurt ao marxismo – o que explica que ela tenha aí naturalmente o seu lugar, mas com uma postura teórica tão particular que se presta mal a uma etiqueta tão sumária. (Assoun, 1991: 56).

Marx foi, então, um dos aportes teóricos dos frankfurtianos, mas não apenas ele. Max Weber, com a teoria sobre o desencantamento do mundo; Kant e suas análises sobre iluminismo e razão, entre tantos outros, influenciaram de maneira significativa o pensamento dos frankfurtianos. Gabriel Cohn (1973) mostra a presença fulcral de Karl

Marx e Max Weber na forma de pensar a indústria cultural e em que medida este conceito se contrapõem ao de “massa”:

A noção de indústria cultural tem outro estatuto sociológico porque articula o tema weberiano da racionalização aos temas marxianos do fetichismo e da luta de classes. Isso confere à conceituação adorniana uma dimensão histórica até então ausente da discussão sobre a “massa” que passa a ser pensada como produto das tendências totalizantes do capitalismo avançado, com especial destaque à contribuição da indústria cultural nessa produção. Seguindo Gabriel Cohn, embora o tema weberiano da racionalização apareça como o ponto de partida formal da teoria adorniana sobre a cultura no capitalismo avançado, ele se vincula ao conceito de classe que constitui o seu ponto de partida de fato. (Mutzenberg; Rocha & Soares, 2008: 250).

Cohn foca principalmente na relação entre racionalização e fetichismo da mercadoria – relação central que conduz a interpretação dele para ênfase no caráter classista da indústria cultural (ver capítulo 4 desta dissertação). É importante colocar que o tema das classes, ou melhor, da luta de classe, tal qual formulado por Karl Marx, perdeu terreno nos debates da “Escola de Frankfurt” depois que o nazi-fascismo ascendeu ao poder e que a possibilidade de um socialismo ficou cada vez mais distante. Ainda assim, a idéia de uma classe dominante na sociedade contemporânea capitalista continuou forte.

No campo empírico, se assim podemos denominar, é o contato com a cultura norte-americana que marca significativamente a construção da idéia de indústria cultural que, mais do que um conceito, se tornou uma teoria importante para entender o pensamento da Teoria Crítica formulada por Adorno e Horkheimer. A seguinte passagem é ilustrativa:

Eu bem sabia o que é o capitalismo monopolista, o que são os grandes 'trustes'; mas ignorava até que ponto o planejamento e a estandardização racionais impregnavam os assim chamados meios

de comunicação de massas e, entre eles, o 'jazz', cujos derivados constituem uma parte tão considerável de sua produção. Eu ainda tomava o 'jazz', efetivamente, como a expressão imediata – segundo a propaganda que ele tanto gosta de fazer de si mesmo – e não adverte o problema de uma espontaneidade aparente, organizada e manipulada, esse caráter de segunda mão que logo se me fez patente em minha experiência americana e que, mais tarde, 'tant bien que mal', procurei formular. (Adorno, 1995: 140).

Este relato feito por Adorno em 1938 mostra o impacto que a cultura norte-americana teve em seu pensamento.⁸ A idéia inicial de “levar a crítica ao seu limite” se uniu com a tentativa de entender a sociedade norte-americana, mais especificamente, e, o movimento geral da sociedade contemporânea. Por conseguinte, os textos elaborados neste período tem um caráter marcadamente pessimista, nem por isso, a perspectiva dialética foi deixada de lado. Como defende Cohn “A dialética de Adorno ocupa-se tanto das condições de impossibilidade do possível quanto das condições da sua realização efetiva; por isso é crítica” (COHN, 1990: 10).

É a perspectiva dialética e crítica que consideramos fundamental para chegar as nuances da idéia de indústria cultural. E, a título de delimitação teórica, o foco aqui é sobre os escritos de Adorno e Horkheimer.

⁸ Adorno chega em Nova York em 1938 a convite de Max Horkheimer. Realizou pesquisas com Harold Lazarsfeld e estabeleceu sua crítica a primazia que era dada, nos Estados Unidos, aos métodos quantitativos e ao tipo de pesquisa denominada “Pesquisa Administrativa”.

2.1. Indústria cultural: perspectivas teóricas

Para os frankfurtianos, em especial Adorno, a cultura é aquele elemento que permite transcender a realidade material: é a dimensão da *kultur*. *Kultur*, na tradição alemã, está ligada à esfera da arte, da filosofia, da literatura e da música. Ela expressa os principais valores da sociedade e, através dela, os indivíduos são capazes de sair de sua existência funcional – eis o elemento emancipatório e revolucionário da cultura. (Ortiz, 1986)⁹.

Aqui, a influência do romantismo alemão, ou melhor especificando, do grupo conhecido como os Românticos de Iéna que teve na figura de Friedrich Schlegel seu principal idealizador, é de suma importância. O questionamento dos pressupostos do iluminismo; o repensar do lugar da crítica na arte e na sociedade; a forma ensaística como perspectiva e a crítica à crise da história moderna são elementos que aproximam Adorno dos primeiros românticos alemães. Estes últimos, por sua vez, procuraram contrapor “a tendência positivista da ciência cujo espírito dogmático postula a separação entre sujeito e objeto, forma e conteúdo no processo de construção do conhecimento, como se o trabalho com a forma constituísse uma ameaça à suposta objetividade científica da exposição”. (Parise, s/d)¹⁰

É neste sentido, que Adorno, principalmente, estabelece que há uma diferença significativa entre cultura (dimensão espiritual) e civilização (dimensão material). Para

⁹ O texto aqui citado é: ORTIZ, Renato. “A Escola de Frankfurt e a questão da cultura”. **Revista Brasileira de Ciências sociais**, v.1, n.1, São Paulo, 1986. Retirado do site da própria RBCS (<http://www.anpocs.org.br/portal/content/blogcategory/13/54/50/50/>), todavia, o texto não apresenta número de páginas, por este motivo as citações não indicam a paginação.

¹⁰ Retirado do site: <http://www.ichs.ufop.br/conifex/anais/FES/fes0602.htm>.

Adorno, a cultura que não é barbárie deve transcender o todo, mas sem abandoná-lo e sim acompanhar o seu processo em movimento não perdendo de vista o “princípio da diferença”. Este princípio permite constituir uma multiplicidade de caminhos que se contrapõe ao idêntico, à homogeneização e, com isso, abre espaço para a reflexão crítica e emancipadora, por isso ele é tão importante para Adorno.

Adorno e Horkheimer colocaram, portanto, em foco a crítica a um tipo de sociedade que levou não só à deterioração da arte, mas também o desenvolvimento de formas de controle social que afastavam cada vez mais a possibilidade de superar o modo de dominação capitalista. Partindo destas proposições, fica perceptível o porquê da visão pessimista no que diz respeito à cultura desenvolvida no e pelo capitalismo tardio a qual força a união de domínios separados há milênios: é o caso da junção entre a “arte superior” e a “arte inferior”, com prejuízo para ambas. A primeira se vê voltada para exigências do mercado, a segunda sofre uma “domesticação civilizadora” que provoca fissuras no seu caráter rude e resistente (Adorno, 1978: 287). Configura-se assim um tipo específico de sociedade, a “sociedade administrada” pautada na racionalização crescente e na técnica como fio condutor da mesma.

Na indústria cultural, a totalidade se configura em singularidades soltas que compõem um “sistema fechado”. Se a cultura sempre teve o papel de domar os costumes bárbaros, impor padrões de controle social; a cultura industrializada vai além, ela naturaliza a idéia de que a vida desumana pode ser tolerada. O processo de humanização que deveria transformar a civilização em cultura, na realidade, transforma cultura em civilização mítica. Não o mito nas crenças de deuses, sereias, mas o mito da técnica, da ciência. A cultura se integra ao mundo material e a chamada *kultur* perde a sua dimensão

transcendental e passa a ser mais um elemento no processo de expansão da racionalidade técnica.

A indústria cultural traz em seu bojo todos os elementos característicos do mundo industrial moderno e nele exerce um papel específico, qual seja, o de portadora da ideologia dominante, a qual outorga sentido a todo o sistema. Aliada à ideologia capitalista, e sua cúmplice, a indústria cultural contribui eficazmente para falsificar as relações entre os homens, bem como a dos homens com a natureza, de tal forma que o resultado final constitui uma espécie de antiiluminismo. Considerando-se – diz Adorno – que o iluminismo tem como finalidade libertar os homens do medo, tornando-os senhores e liberando o mundo da magia e do mito, e admitindo-se que essa finalidade pode ser atingida por meio da ciência e da tecnologia, tudo levaria a crer que o iluminismo instauraria o poder do homem sobre a ciência e sobre a técnica. Mas ao invés disso, liberto do medo mágico, o homem tornou-se vítima de novo engodo: o progresso da dominação técnica (Adorno, 1999: 8)

A real possibilidade de assistir a reprodução e comercialização de bens culturais tal qual a distribuição de produtos do cotidiano (Putterman, 1994) transformou a cultura num ramo a mais da indústria. Os indivíduos são levados a crer que tudo pode ser resolvido através da tecnologia. Este é o processo em que a relação naturalizada com um mundo que se autonomizou em relação aos sujeitos humanos se torna dominante.

Para Adorno e Horkheimer, a indústria cultural não funciona com base na transmissão de ideologia pois “só se pode falar em ideologia quando um produto espiritual surge do processo social como algo autônomo, substancial e dotado de legitimidade” (Adorno & Horkheimer *apud* Rüdiger, 1998a: 64). Não é a ideologia que engendra o sistema de dominação capitalista, mas a mercadoria. A ideologia, aparência socialmente necessária, no mundo contemporâneo passa, desta maneira, a não se referir mais ao mundo das idéias, mas ao próprio processo produtivo. “A confiança social no valor das idéias e a crença em sua realização cederam lugar ao realismo desencantado e à

descrença em verdadeiros ideais” (Rüdiger, 1998a: 66). Imagem e realidade formam, portanto, uma totalidade que apaga as diferenças.

Assim, o conceito de totalidade que “... é também um termo crítico, característico do peculiar uso analítico que Adorno faz das metáforas. Seu conteúdo não é a aparência da harmonia reabilitada mas a efetivação das diferenças, não o rejuntar da unidade mas a aproximação espontânea do que não pode ser amalgamado.” (Cohn, 1990: 10) representa a pasteurização da cultura, pois, é esta unidade forçada que faz a cultura sair do nível da significação e passar para os níveis de efeito, isto é, a indústria cultural prioriza muito mais a *performance*, o tangível do que a fruição (Adorno, 2002: 15).

Na realidade, os elementos inconciliáveis como cultura, arte e divertimento são reduzidos a um falso denominador comum que é a totalidade da indústria cultural que tem como suporte a técnica da repetição. Adorno e Horkheimer (1985) destacam que a técnica implícita na obra de arte é aquela que conduz à sublimação estética e esta é sua própria negativa. A técnica da indústria cultural não sublima, reprime. A cultura se torna paródia.

O importante aqui é o estágio no qual a cultura se transfigura e é sobredeterminada pela lógica da indústria cultural. Neste caso, não é que o termo “indústria” se imponha, sem mais, ao termo “cultura”. O que é problemático é a lógica econômica do mercado, típica do capitalismo monopolista, se apropriando dos bens culturais.

É a realização frustrada de ambas as determinações que está em jogo, pois a indústria cultural nem é indústria (porque as determinações econômicas não se realizaram plenamente na presença do véu ideológico da transcendência da cultura) nem cultura (porque na falsa disjuntiva entre a absorção pura e simples da esfera por outra ou a sua separação até à autarquia perde-se o que pode particularizá-la, que é a sua autonomia, sua capacidade de conformar os produtos simbólicos segundo leis próprias). À

unidade forçada entre cultura e indústria corresponde também, no interior do processo cultural, a unidade não menos forçada entre cultura erudita e cultura popular, “duas metades de uma unidade que, adicionadas, não a recompõem” como Adorno escreveu em carta a Walter Benjamim. (Cohn, 1990: 11).

Muda não apenas a dimensão estrutural da cultura, mas também o “modo de comportamento perceptivo” que está articulado com o processo do esquecer e do rápido recordar. Cinema, música, lazer contribuem decisivamente para que a condição de infantilidade não seja abandonada. Horkheimer atesta: aquele indivíduo autônomo, consciente de seus fins está em franca extinção e é este indivíduo que deve ser recuperado. Gabriel Cohn (1990) defende que Adorno coloca em xeque o estágio em que a consciência é reificada. São os “nexos de ofuscação”, “Nessa expressão ‘nexo’ refere-se a uma conexão cujas articulações se consolidam e se furtam à consciência precisamente em virtude da ofuscação, que aqui não significa cegueira ou deslumbramento em geral mas incapacidade de reflexão, subordinação regressiva e relações naturalizadas. Na sua unidade os dois termos indicam a consciência reificada” (Cohn, 1990: 7).

Mas é preciso que não se perca de vista o fato de que Adorno aponta em seus escritos que a indústria cultural impõem os seus produtos, mas ela não o faria se não houvesse uma predisposição dos indivíduos para aceitar e até mesmo desejar estes produtos. É bem verdade, segundo Adorno, que os indivíduos toda vez que tentam se libertar do estado de passividade são coagidos e caem na pseudo-atividade. Mas, qualquer abalo, por mais difícil que seja, é relevante para o possível fim desta situação de ofuscação.

O problema é que até mesmo o ato de resistir passou a ser incorporado pela indústria cultural. Quando excluído da indústria, o indivíduo é facilmente convencido de que é impotente e insuficiente, o indivíduo é capturado integralmente pela totalidade do sistema, daí não existir mais individualidade, mas pseudo-individualidades. A imitação é a palavra de lei. Uma infinidade de pessoas repetem palavras, expressões, jargões que nem mesmo compreendem ou repetem por repetir é a “magia do incompreensível” (Adorno, 2002: 76-77). Mesmo porque, não só as mercadorias se tornam fetiches, as próprias pessoas também e o processo de fantasmagorização envolve a todos. O que Adorno questiona é que as pessoas não percebem o quanto não são livres e quando o fazem reconhecem o quanto são impotentes para mudar algo. Thomas Mann na sua obra *A Montanha Mágica* apresenta trecho representativo desta situação que Adorno defende:

O indivíduo pode visar a numerosos objetivos pessoais, finalidades, esperanças, perspectivas, que lhe dêem o impulso para grandes esforços e elevadas atividades; mas quando o elemento impessoal que o rodeia, quando o próprio tempo, não obstante toda a agitação exterior, carece no fundo de esperanças e perspectivas, quando se lhe revela como desesperador, desorientado e falto de saída, e responde com um silêncio vazio à pergunta que se faz consciente ou inconscientemente, mas em todo caso se faz, a pergunta pelo sentido supremo, ultrapessoal e absoluto, de toda a atividade e de todo o esforço – então tornar-se-á inevitável, precisamente entre as naturezas mais retas, o efeito paralisador deste estado de coisas, e esse efeito será capaz de ir além do domínio da alma e da moral e de afetar a própria parte física e orgânica do indivíduo. (Mann *apud* Freitag e Rouanet, 1975: 36)

Até aqui foram apontadas as linhas de pensamento que levaram Adorno e Horkheimer a diferenciarem a *kultur* do tipo de cultura desenvolvida *no* e *pelo* sistema capitalista, mas há uma outra esfera para entender o conceito de indústria cultural: sua contraposição ao conceito de *cultura de massa*. Para Adorno e Horkheimer a massa é um

produto cultural, não algo dado. E, como produto cultural, remete a uma forma de dominação que não é cultura de massa pois o que se faz não é nem cultura, nem é produzida pelas massas. O que existe é uma uniformização técnica e racional que conduz à administração centralizada na indústria cultural (Matos, 1993: 70).

“Indústria” aqui não deve ser entendida exclusivamente com relação ao processo de produção, refere-se principalmente às formas de distribuição e ao modo como a cultura é estandardizada através da técnica. E que técnica é essa? É a da distribuição e reprodução mecânica. Diferentemente da técnica empregada nas obras de arte que diz respeito à organização imanente da coisa, “a sua lógica interna”; a técnica, isto é, a pseudo-técnica, da indústria cultural não está preocupada como o conteúdo e como este se relaciona com a forma, mas com a possibilidade deste ser distribuído em escala massiva, não importando necessariamente seu conteúdo. “Na arte, lembra Adorno, a técnica é a organização imanente da coisa, enquanto na indústria cultural ela está condicionada pelas necessidades de distribuição e reprodução mecânica. (Mutzenberg; Rocha & Soares, 2008: 250). Ainda neste aspecto, Ortiz coloca:

Difícilmente Adorno poderia concordar com a visão de uma arte de massa que pudesse resolver a contradição entre reflexão e fruição. O que ele mostra em seus estudos americanos é que a cultura de massa não é arte, e que a função da indústria cultural seria narcotizante. Ela se realizaria como entretenimento; o público, ao se divertir, seria captado pelo fetichismo do produto, se afastando de qualquer atitude reflexiva. Uma crítica da cultura teria necessariamente que levar em conta as transformações que ocorrem com o capitalismo avançado. Adorno dirá que ela deve considerar os seguintes pontos: a) vivemos numa sociedade de mercadorias; b) existe uma tendência para a concentração de capital, o que significa a produção de bens padronizados; c) por um lado a padronização segue as condições da economia contemporânea, por outro ela é um modo de preservar a sociedade de mercadorias; d) os antagonismos não mais se limitam à esfera cultural. A indústria cultural aparece portanto como uma fábrica

de bens culturais que são comercializados a partir de seu valor de troca. (Ortiz, 1986)

Ortiz, sem dúvida, fundamenta bem o argumento e é o que seguimos aqui. Contudo, é preciso ressaltar que não é o caráter de mercadoria que diferencia um produto da indústria cultural de uma obra de arte, mas sim sua finalidade interna que é voltada para o lucro. O que é problemático é como o lucro invade as criações espirituais e as transforma em sua motivação última. Desta maneira, as manifestações do espírito “não são mais *também* mercadorias, o são integralmente. (Adorno, 1978: 289).

A cultura *para* as massas segue, então, um sistema que preza pela novidade, estandardização e fetichização da cultura. Favorece a lei do menor esforço, da menor complexidade e reflexão constituindo a “demagogia da facilidade” e o alcance cada vez maior a um grande número de pessoas o que leva a crer que ela é democrática. Na realidade ela não é democrática, mas totalitária. Oferece aos seus consumidores uma hierarquia de qualidades que não passa de aparência pois servem apenas de quantificação. A diferença entre um produto A e B não tem nada a ver com a “diferença objetiva de valor” (Adorno, 2002: 13).

Reduzem as diferenças e seguem a lógica do “sempre novo que é o sempre igual”, aqui mais uma vez chegamos à complexidade do pensamento dialético adorniano: como um sempre novo não é nada mais que mera reprodução do que já existe? Adorno e Horkheimer respondem a esta questão mostrando que a indústria cultural é um engodo que através de seus estratagemas, a exemplo da publicidade, mascaram a realidade. Na Dialética do Esclarecimento está: “O caráter de montagem da indústria cultural, a fabricação sintética e dirigida de seus produtos, que é industrial não apenas no estúdio

cinematográfico, mas também (pelo menos virtualmente) na compilação das biografias baratas, romances-reportagem, e canções de sucesso, já estão adaptados de antemão à publicidade...” (Adorno & Horkheimer, 1985: 153). Ela é o carro-chefe da manutenção e reprodução do sistema.

A cultura contemporânea a tudo confere um ar de semelhança. Filmes, rádio, e semanários constituem um sistema. Cada setor harmoniza entre si e todos entre si. As manifestações estéticas, mesmo a dos antagonistas políticos, celebram da mesma forma o elogio do ritmo do aço. [...] Toda a cultura de massas em sistema de economia concentrada é idêntica, e o seu esqueleto, a armadura conceptual daquela, começa a delinear-se. (Adorno & Horkheimer, 2002: 7-8).

Tudo se adéqua ao sistema de monopólios: o rádio se une à indústria elétrica, o cinema mantém relações intrínsecas com o financiamento bancário, a propaganda é indispensável formando uma rede onde os vários ramos, cinema, rádio, televisão, revistas se interligam entre eles, com o capitalismo e com a lógica de mercado, mas, não para manter uma conexão e sim a ordem, a dominação crescente de todos os setores da sociedade contemporânea. Desta forma, não é porque os meios de comunicação atingem um grande número de pessoas que eles são democráticos.

No texto em que trata mais empiricamente do conceito de indústria cultural, Adorno realça suas características gerais de funcionamento: como um sistema (que se expressa, por exemplo, na concentração técnica e econômica que leva a que os conglomerados atuem em diversas áreas da produção cultural); em rede (na medida em que esta mesma concentração significa uma produção em larga escala difundida a partir de centros para um vasto público consumidor) e de modo racionalizado (na medida em que o caráter capitalista e a escala de produção impõem um cálculo da relação custo/benefício para garantir a absorção dos produtos, contribuindo para a difusão de esquemas e formatos industriais também no âmbito cultural – embora o próprio Adorno saliente que a

racionalização nesse âmbito tende a se dar mais na distribuição do que na produção. (Mutzenberg; Rocha & Soares, 249)¹¹.

Une-se à tal conjuntura a acriticidade que o sistema incentiva e defende chegando ao ponto de atrofiar a imaginação. Tudo se transforma em entretenimento. Greves, genocídios, guerras, cerimônias religiosas e obras de arte se transformam em divertimento. Com isso, a indústria cultural arrasta consigo todas as características do mundo industrial moderno e, por conseguinte, a ideologia dominante. O mundo se torna mero prolongamento do que se vê no cinema e na TV¹². O cinema é identificado como a própria realidade, o que decorre do atrofiamento da imaginação e da espontaneidade dos consumidores. Primeiro, porque eles são produzidos no sentido da rapidez da percepção e, por conseguinte, não exigem reflexão. Chega-se a um ponto em que tudo já traz antecipadamente as marcas de jargões largamente difundidos. Como descreve Adorno:

Desde a primeira sequência do desenho animado é anunciado o motivo da ação, com base no qual, durante o seu curso, possa exercitar-se a destruição: no meio dos aplausos do público, o protagonista é atirado por todas as partes como um trapo. Assim a quantidade de divertimento converte-se na qualidade da crueldade organizada (...). A hilaridade trunca o prazer que poderia resultar, em aparência, da visão do abraço, e transfere a satisfação para o dia do progom. Se os desenhos animados têm outro efeito além de habituar os sentidos a um novo ritmo, é o de martelar em todos os cérebros a antiga verdade de que o mau trato contínuo, o esfacelamento de toda resistência individual, é a condição da vida nesta sociedade. Pato Donald mostra nos desenhos animados como os infelizes são espancados na realidade, para que os

¹¹ O texto de Adorno referido é: ADORNO, Theodor. “A indústria Cultural”. In: Cohn, Gabriel (org). **Comunicação e Indústria Cultural: leituras de análise dos meios de comunicação na sociedade contemporânea e das manifestações de opinião pública, propaganda e cultura de massa nessa sociedade**. 4 ed., São Paulo: Editora Nacional, 1978a.

¹² A TV só ganha destaque a partir de meados da década de 1950, início de sua efetiva popularização e é neste período que estão as críticas mais severas, principalmente de Adorno, com relação a esta mídia.

espectadores se habituem com o procedimento. (Adorno 2002: 35).

O filme sonoro, principalmente, paralisa a capacidade dos indivíduos e fortalece o recalque da imaginação. Quando já se sabe o fim de um filme (que termina sempre com “final feliz”), quando todas as ações já são previamente determinadas cria-se certo comodismo e sentido crítico por parte dos que estão expostos a estes meios. Para Adorno e Horkheimer a reprodução, a cópia é uma espécie de barbárie estética pois reduz o estilo e a criatividade a uma questão de quantidade.

A música é sempre nova e sempre a mesma, satisfaz os desejos para ao mesmo tempo frustrá-los. Adorno defende que mesmo que houvesse mudanças significativas na política da programação elas não conseguiriam ultrapassar a dimensão ideológica da indústria cultural e, por conseguinte, seria rejeitada com indignação. A população está tão condicionada à bestialidade do que lhe é imposto que não conseguem renunciar a esta lógica, mesmo quando se apercebem dela. (Adorno, 2002: 124).

A pseudo-atividade, então, é desenvolvida por pseudo-indivíduos. Em seu texto de 1938 sobre *O fetichismo da música e a regressão da audição*, ele afirma: “não são infantis no sentido de uma concepção segundo a qual o novo tipo de audição surge porque certas pessoas, que até agora estavam alheias à música foram introduzidas na vida musical. E todavia são infantis; o seu primitivismo não é o que caracteriza os não desenvolvidos, mas aqueles que foram privados da real liberdade de escolha (Adorno, 1999: 89).

Ainda assim, o movimento cultural da indústria não se reproduz de maneira essencialmente mecânica pois é um processo mediado pelo sujeito. “As mercadorias

culturais não chegam às pessoas andando com suas próprias pernas. Precisam ser ligados ao sujeito pelo próprio sujeito”. A subjetividade jamais é reificada totalmente.

Mas, dificilmente as pequenas brechas do sistema mudam a lógica de dominação imposta. A coesão se dá de maneira tão totalizadora que até a esfera do divertimento se torna algo manipulável e um prolongamento do trabalho no capitalismo tardio. (Adorno, 2002 p.33). O que se critica não é o fato da indústria cultural manipular as distrações mas de deturpar o prazer na medida em que este permanece ligado aos clichês ideológicos da cultura. “Divertir-se significa estar de acordo”. O entretenimento se tornou uma espiritualização forçada; sinônimo de não-pensar. Devemos esquecer a dor, mesmo onde ela se mostra. Na base do divertimento planta-se a impotência. É, de fato, fuga, mas não como pretende, fuga da realidade perversa, mas sim do último grão de resistência que a realidade ainda pode haver deixado. A libertação prometida pelo entretenimento é a do pensamento como negação. (Adorno, 2002: 44).

O tempo livre¹³ não passa de paródia onde pessoas não-livres não percebem o quanto estão inseridas na lógica de produção ou no *freizeitgeschäft* – em alemão, negócios do tempo livre – como é o caso do turismo. Cria-se hobby para separar obrigação de divertimento e este próprio hobby é transformado em obrigação, escravização do eu, marca indelével da pseudo-individualidade. Adorno atesta: “tempo livre produtivo só seria possível para pessoas emancipadas, não para aqueles que, sob a heteronomia, tornaram-se heterônomos para si próprias” (Adorno, 2002: 120). São estes alguns elementos presentes no conceito de indústria cultural tal qual formulado por Adorno e Horkheimer.

¹³ As discussões sobre “Tempo Livre” foram travadas principalmente nos anos de 1960 por Adorno.

É tentando compreender estas nuances, dialética e crítica, da teoria da indústria cultural que há possibilidade de não cair na visão de que os escritos de Adorno e Horkheimer não passam de mera teoria do desespero. Pois, seguindo a linha de pensamento de Gabriel Cohn:

Mais do que um repertório de idéias instigantes – e estas não faltam – o que pode assegurar a presença do pensamento adorniano é precisamente isto, um modo de pensar. E é na continuidade de um modo de pensar e não na persistência de temas e formulações que pode consistir o legado adorniano. Por isso sua atualidade é uma tarefa, mais do que uma garantia, porque depende da disposição para retomar os fios que ele lançou. (Cohn, 1990: 7)

Mas de que forma o conceito de indústria cultural foi trabalhado no Brasil? Este é o questionamento central que os próximos capítulos procurarão responder.

Capítulo 3

A comunicação como tema: Brasil dos anos 1970

Qualquer campo do conhecimento humano surge como consequência das demandas coletivas. Trata-se da resultante de um processo destinado a compreender e controlar os fenômenos sociais emergentes. Começa na base da sociedade, robustecido pelo senso comum. Aplica-se e desenvolve-se no interior das organizações profissionais, culminando com sua legislação cognitiva por parte da academia (Melo, 2003: 33).

Esta citação é fulcral para entender o processo em que a comunicação se torna tema, de modo sistemático, no Brasil e conflui para o objetivo deste capítulo, a saber, como se deu o entrelaçamento entre os estudos sobre comunicação e a recepção das idéias da Escola de Frankfurt, em especial o conceito de Indústria Cultural no meio acadêmico brasileiro dos anos de 1970.

Por comunicação entende-se “uma relação de natureza social, em imbricamento com o lugar em que ela se dá, com a história daquela sociedade, com os mecanismos de constituição das visões de mundo daquele espaço social, com os modelos mais interiores de percepção de um mundo igualmente social” (Barbosa, 2002: 74). E, para entender as dinâmicas contidas neste processo é preciso fazer escolhas tanto teóricas quanto metodológicas: o ângulo em que se enxerga dadas questões. É a escolha do conceito de Indústria Cultural como aporte teórico-metodológico que nos interessa aqui.

Antes, é preciso considerar que, até a década de 1960, a pesquisa sobre comunicação no Brasil era algo esporádico e ocasional. Os estudos eram, em sua maioria, descritivos ou documentais e o foco principal era o jornalismo. Do início do século XX até a década de 1950, os trabalhos eram monográficos e preocupados com pesquisas em torno

da legislação jornalística, da catalogação de periódicos de uma dada época (Melo, 1985: 27-28). Outros estudos, de pesquisadores ligados às áreas da sociologia, antropologia e psicologia, utilizavam os noticiários da imprensa ou da publicidade como fontes de informação para reconstruir elementos do comportamento coletivo, de padrões culturais e coisas do gênero. Um bom exemplo são os estudos de Gilberto Freyre nos anos 30 nos quais ele utilizava a imprensa como fonte de pesquisa de campo para ratificar os seus argumentos sobre a sociedade brasileira.

É a partir de 1950 que esta conjuntura começa a mudar devido à expansão dos meios de comunicação não apenas no Brasil, mas no contexto mais amplo da América Latina. O rádio, que já tinha peso no cenário nacional, expande-se ainda mais e a chegada da televisão dá novos contornos ao sistema de comunicação no Brasil. Um agente importante neste período foi a UNESCO – órgão ligado à Organização das Nações Unidas (ONU) – que promoveu uma série de debates e incentivos em toda a América Latina no sentido de educar um maior número de pessoas através dos meios de comunicação. Evidentemente, esta proposta esbarrou em problemas de ordem técnico-econômica já que a televisão, na época, era um aparelho muito caro e o rádio, mesmo sendo mais popular, era uma mercadoria que não era produzida no Brasil e seu preço era considerado elevado para quem não tinha alto poder aquisitivo. Ainda assim, o projeto da UNESCO propiciou alguns debates em torno da comunicação, todavia os estudos eram isolados e dispersos.

É só na década posterior que este panorama se transforma de fato. Os debates na América Latina sobre comunicação são intensificados e é criado o CIESPAL (Centro Internacional de Estudos Superiores de Comunicação para a América Latina) e um dos objetivos deste centro era remodelar o ensino universitário na área da comunicação. No

Brasil, pioneiros como Luiz Beltrão fizeram parte do CIESPAL e contribuíram de maneira decisiva para a área da comunicação brasileira. Nos anos 60, Luiz Beltrão deu início, no Recife, a construção de um campo que pudesse institucionalizar o jornalismo como uma área de atuação e interesse acadêmico. Em 1960 publica o livro *Iniciação à filosofia do jornalismo* que é considerado o “primeiro estudo sistemático da comunicação jornalística no Brasil” (Santos, 1983: 167). Foi na Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP) que Luiz Beltrão desenvolveu seus principais trabalhos¹⁴: criou o curso de jornalismo e o primeiro centro de pesquisa em comunicação no Brasil, o INCIFORM (Instituto de Ciência da Informação). Juntamente com o instituto foi criada a *Revista Comunicação & Problemas* que circulou de 1965 a 1970 (Santos, 1983: 168; Melo, 1985: 28). Seus trabalhos foram principalmente na área de folkcomunicação e marcaram toda uma geração de pesquisadores na área, a exemplo de José Marques de Melo que foi um de seus discípulos.

É neste período que surgem as pesquisas dos emergentes centros universitários ligados à comunicação em todo o país. De acordo com José Marques de Melo (1985), três correntes podem ser identificadas nos anos 60: os estudos acadêmicos tradicionais, aqueles que já vinham desde os anos 30 ligados ao levantamento histórico e jurídico do jornalismo; as pesquisas de mercado ligadas à audiência, opinião pública e mercado; e, as pesquisas dos centros universitários tal como defendiam os membros da CIESPAL. Se a primeira fase estava ligada à *communication research* e ao funcionalismo do Estados Unidos, a segunda, no pós-60, estava mais ligada às correntes do pensamento crítico europeu, a exemplo da teoria crítica e do estruturalismo. Acresce a este panorama as

¹⁴ No ano de 1966 Luiz Beltrão foi para a Universidade de Brasília participar do Curso de Comunicação recém iniciado, projeto que não foi muito bem sucedido devido a embargos do governo ditatorial.

pesquisas sobre a difusão de inovações tecnológicas no meio rural, o que Melo denomina de “difusionismo agrícola” (p. 29).

Já nos anos 70 há um redirecionamento das discussões do CIESPAL: estava em pauta a construção de uma agenda teórica em prol da pesquisa participante e da comunicação popular. Permanecia a necessidade de busca por modelos que pudessem atender as necessidades da realidade latino-americana de forma crítica. Entra em cena as análises desenvolvidas pela Escola de Frankfurt, pois, muito do que os frankfurtianos defendiam se adequava e explicava a realidade da América Latina. A passagem a seguir é elucidativa:

Enquanto prosseguia a reprodução dos modelos anteriores (historicismo factual e quantitativismo mercadológico) e avançavam as duas novas tendências (o descritivismo ciespalino e o difusionismo agrícola), emergia uma vanguarda perplexa ante o impacto avassalador da indústria cultural em nosso continente. Seus principais contingentes localizam-se, ainda na década de 60, na Venezuela, e, na década de 70, no Brasil, assumindo um caráter de pesquisa-denúncia. De inspiração frankfurtiana, essa vanguarda detecta a expansão das empresas multinacionais na América Latina e diagnostica a disseminação da ideologia do consumo. (Melo, 1985: 31)

É a expansão e consolidação de uma indústria cultural no Brasil, principalmente nos anos de 1970, que propiciou a abertura para diversas pesquisas que tomavam por base a perspectiva frankfurtiana. Tanto na incipiente área da comunicação, que começava a estruturar seu campo através da formação de centros de pesquisa e das pós-graduações¹⁵

¹⁵ Na década de 1970 surgem as seguintes pós-graduações: mestrado de ciências da comunicação (ECA -USP) em 1972; mestrado de comunicação (UFRJ) em 1973; mestrado de comunicação (UnB) em 1974; mestrado de comunicação e semiótica (PUC-SP) em 1978 e mestrado de comunicação Social (UMESP) em 1978. (ROMANCINI, 2006).

na área, quanto nas ciências sociais as idéias frankfurtianas não só marcaram vários estudos sobre telenovela, como também delinearam os tipos de pesquisa da época. Vale ressaltar que, assim como havia a multiplicidade de perspectivas daqueles que fizeram parte da Escola de Frankfurt, especialmente Adorno, Horkheimer, Marcuse e Benjamin, também houve nos estudos brasileiros de inspiração frankfurtiana uma diversidade de temas cuja recepção não se deu de maneira monolítica.

Se os anos 70 delineiam o auge da recepção das idéias da Teoria Crítica da Escola de Frankfurt, o fato é que, desde fins dos anos 60, os preceitos defendidos por esta corrente de pensamento já estavam sendo divulgados, ainda que de modo incipiente, no contexto brasileiro. Herbert Marcuse foi um dos primeiros a ser difundido e utilizado pela intelectualidade e pelo movimento estudantil da época que vivia um turbulento período de contestação ao regime militar. Os estudantes e as esquerdas, de modo geral, encontraram em Marcuse o “filósofo da contracultura” (Rüdiger, 1998a: 16). Nas palavras de Jorge Coelho Soares:

Marcuse chegava trazido pelos ventos passageiros, mas extremamente relevantes, de uma abertura intelectual no Brasil que, contrariamente ao que se pensa, caracterizou boa parte da década de 60, mesmo após a instauração do regime militar em 1964. Houve inclusive, principalmente de 1964 a 1968, a aceleração de um processo de abertura em direção às mais importantes correntes da cultura universal. Isto gerou, entre outras coisas, um número significativo de novas traduções de autores e teóricos consagrados. A percepção de um gradual fechamento do regime e da possibilidade de instauração de uma ditadura militar, em moldes fascistas – o que efetivamente acabou acontecendo –, eletrizava boa parte da intelectualidade brasileira. Era preciso abastecer o mercado das discussões políticas e ideológicas com novos autores, novas idéias, novas formas de lutas que pudessem fazer frente àquela ameaça que pairava no ar. (Soares, 2008)¹⁶.

¹⁶ Esta citação foi tirada do texto “Marcuse e o Brasil” publicado no site: <http://www.digestivocultural.com/ensaios/ensaio.asp?codigo=267> e não possui número de página.

E este “novo” foi trazido por Marcuse, mas, é preciso considerar que, se estas idéias não podem ser acusadas mera importação de conceitos, o fato é que grande parte da intelectualidade deste primeiro momento “portava’ Marcuse mais que o lia” (Soares, 2008). Marcuse tornara-se a bíblia de muitos dos estudantes e intelectuais da contracultura e seus preceitos se tornaram símbolos do saber, da rebeldia e do vanguardismo. Juntamente com ele outros teóricos da Escola de Frankfurt chegaram a cena intelectual brasileira: Adorno, Horkheimer, Benjamin e Habermas surgiam de forma tímida. Mais do que mera cópia, estes autores, na década seguinte, serviram de importante chave analítica para entender a nossa realidade.

Contudo, antes deste processo de reflexão mais acurado, um outro foi anterior: o de divulgação das obras frankfurtianas. No campo das publicações, tem-se marcos como as publicações da *Revista Civilização Brasileira*, revista de grande importância no período e que circulou de 1965 a 1968 com textos de intelectuais das mais diversas áreas. Na revista foram publicados textos como: *Liberdade e agressão na sociedade tecnológica* (Ano III, n. 18, mar.-abr. De 1968) e *Finalidades, formas e perspectivas da oposição estudantil nos Estados Unidos* (Ano IV, n. 21/22, set.-dez. de 1968), ambos de Marcuse; *Moda sem tempo: jazz* (Ano III, n. 18, mar.-abr. de 1968) de Adorno; *A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica* (Ano IV, n. 19-20, mar.-abr. de 1968) de Walter Benjamin. Ainda assim, “Em nenhum deles, porém, se faz qualquer alusão à vinculação dos autores com um 'movimento de idéias' que os aproximasse e que, já naquela época, era conhecido e consagrado internacionalmente como Teoria Crítica” (Soares, 2008).

Outro marco foi o trabalho de José Guilherme Merquior intitulado *Arte e sociedade em Marcuse, Adorno e Benjamin* publicado pela Editora Tempo Brasileiro em

1969. Este livro foi um dos primeiros estudos envolvendo o grupo principal da Teoria Crítica. Duas outras obras, no campo das ciências sociais, foram fundamentais para a divulgação destes trabalhos: *Teoria da Cultura de Massa* (1969) de Luiz Costa Lima que trouxe textos importantes como *A indústria cultural: o iluminismo como mistificação das massas* (Theodor Adorno e Max Horkheimer); *A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica* (Walter Benjamin); e, *A arte na sociedade unidimensional* (Herbert Marcuse). O outro livro foi *Humanismo e Comunicação de massa* (1970) organizado por Vamireh Chacon que abarcava os seguintes textos: *A tragédia de Frankfurt: da sociologia à filosofia da cultura, numa sociedade massificada* (Vamireh Chacon); *Adorno e a Escola de Frankfurt* (Kostas Axelos); *A capacidade mimética* (Walter Benjamin); *Excertos* (Max Horkheimer e Theodor Adorno); *Odisséia da razão na natureza* (Jurgen Habermas); e, *Necrológico de Theodor Wiesengrund Adorno* (Ralf Dahrendorf).

Estas duas últimas obras foram fundamentais não apenas porque contribuíram na divulgação do grupo frankfurtiano no Brasil, mas pelo pioneirismo no campo da sociologia com relação ao tema. O livro de Luiz Costa Lima foi fruto do curso de Sociologia da Comunicação de Massa oferecido pelo Departamento de Sociologia e Política da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro em 1969¹⁷. E o livro de Vamireh Chacon, que trabalhou na área da sociologia da cultura na Universidade Federal de Pernambuco, recebeu no mesmo ano o Prêmio Joaquim Nabuco pela Academia de Letras.

¹⁷ Informação retirada da “nota à 2ª edição” publicada em 1978 (Lima, 1978: 8).

De modo geral, representam o crescimento do mercado editorial no país e a abertura para novas publicações, particularmente na década de 1970, que marcou o auge da recepção da Escola de Frankfurt no Brasil e, por conseguinte, do conceito de Indústria Cultural. Tratar destes temas no país foi um marco, pois, no contexto intelectual, as discussões em torno da cultura estavam muito ligadas à questão do nacional e do popular, por conseguinte, da identidade nacional. Seja nos estudos de Sílvio Romero, Euclides da Cunha e Nina Rodrigues em fins do século XIX e início do XX; seja nos escritos de Gilberto Freyre na década de 1930; os estudos sobre a questão racial na década de cinquenta; as pesquisas sobre desenvolvimento promovidas pelo ISEB e depois pela CEPAL ou as discussões sobre autoritarismo nos anos sessenta, o nacional estava presente. Renato Ortiz destaca:

Em contrapartida há um relativo silêncio sobre a existência de uma ‘cultura de massa’, assim como sobre o relacionamento entre produção cultural e mercado. No plano acadêmico, é praticamente na década de 70 que surgem os primeiros escritos que tratam dos meios de comunicação de massa, fruto sobretudo do desenvolvimento das faculdades de comunicação. Análises fragmentadas, muitas vezes de pouca profundidade, e que se ressentem da ausência de uma reflexão teórica mais aprofundada sobre o tema. É também neste período que a sociologia se volta para o estudo de algumas manifestações da indústria cultural e aparecem teses de mestrado sobre a telenovela, a fotonovela e os programas de auditório. (Ortiz, 1991: 14).

O fato de que os estudos sobre comunicação e a recepção das idéias da Teoria Crítica foram rupturas no campo intelectual brasileiro é inegável, mas observando, por exemplo, os artigos publicados pela Revista Tempo Brasileiro, revista da Editora Tempo

Brasileiro responsável por boa parte das publicações de obras de Adorno, Horkheimer, Benjamin e Habermas, tem-se:

Tabela 2¹⁸
(Artigos publicados nos anos 1970 pela Revista Tempo Brasileiro)

Temáticas	Quantidade de artigos	Porcentagem
Literatura, poesia e arte	83	40,48%
Linguística, estruturalismo e psicanálise	44	21,46%
Ciência, sociedade, ideologia	40	19,51%
Filosofia	20	9,75%
Outros	10	4,87%
Comunicação	8	3,90%
	Total: 205 artigos	Total: ≈100%

Primeiro, é preciso considerar a centralidade de textos ligados ao estruturalismo e a linguística, uma área importante no período. Segundo, mesmo o tema da comunicação e da teoria crítica não sendo centrais, é possível identificar estes temas diluídos em textos ligados à área da literatura. É o caso dos textos “*A Montanha Mágica*” e *a dialética da inversão* de Bárbara Freitag e Paulo Sérgio Rouanet e “*Boquinhos Pintadas*”: *o direito e o avesso do mito* de Maria Cecília Londres publicados em 1975 em números diferentes (ver referência bibliográfica). O primeiro texto inicia com a seguinte frase:

O presente trabalho resulta de uma leitura muito especial de *A Montanha Mágica* de Thomas Mann. Trata-se, no essencial, de uma leitura “frankfurtiana”, isto é, baseada na orientação de pesquisadores como Adorno, Horkheimer, Marcuse e Habermas. A presença da chamada

¹⁸ Dados retirados a partir do artigo: CARVALHO, Katia de. “Revista Tempo Brasileiro, 20 anos: Índice geral”. **Revista Tempo Brasileiro**, Rio de Janeiro, (71): 91-146, out.-dez. 1982.

Escola de Frankfurt neste ensaio se manifesta em dois níveis: ao nível do método de leitura, e do próprio conteúdo da interpretação. (Freitag & Rouanet, 1975: 33).

Já o segundo artigo, de Londres, vai mostrando no decorrer do texto a formação dos produtos da indústria cultural e os modelos de discursos produzidos por esta a partir das análises de Adorno e Horkheimer em seu clássico texto *Indústria cultural e iluminismo como mistificação das massas*. O interessante é que a autora utiliza a tradução publicada no livro organizado por Luiz Costa Lima *Teoria da Cultura de Massa*, o que confirma a importância do pioneirismo de pesquisadores como ele na divulgação da Teoria Crítica no Brasil. Textos de Benjamin também foram publicados neste período e estão inclusos na categoria “literatura, poesia e arte” da tabela acima. É o caso do texto *A modernidade* do próprio Walter Benjamin publicado em 1971 (n.26-27, jan.-mar., 1971) e *Fim da arte e perda da aura* traduzido por Arlete de Brito e publicado em 1975 (n. 40, jan.-mar., 1975).

Com relação às principais obras publicadas no período tem-se as seguintes:

1. Comunicação e indústria cultural (Gabriel Cohn, São Paulo, Editora Nacional: 1971)
2. Adorno e Horkheimer: temas básicos de sociologia (São Paulo, Cultrix/Editora da USP: 1973)
3. Notas de literatura (Benjamin, Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro: 1973)
4. Contra-revolução e revolta (Marcuse, Rio de Janeiro, Zahar: 1973)
5. Sociologia da Comunicação: teoria e ideologia (Cohn, São Paulo, Pioneira: 1973)

-
6. Adorno, filosofia da nova música (Adorno, São Paulo, Perspectiva: 1974)
 7. Benjamin: a modernidade e os modernos (Benjamin, Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro: 1975)
 8. Benjamin, Horkheimer, Adorno e Habermas (Coleção Os Pensadores, São Paulo, Abril Cultural: 1975)
 9. Origem e significado da Escola de Frankfurt (Phil Slater, Rio de Janeiro, Zahar:1976)
 10. Para ler Benjamin (Flávio René Kothe, Rio de Janeiro: Editora Francisco Alves: 1976)
 11. Para ler Adorno (Marc Jimenez, Rio de Janeiro: Editora Francisco Alves: 1977)

Este é, de certa forma, o panorama que marcou os anos 60 e 70, mas seria uma análise incompleta se deixasse de considerar a importância do grupo uspiano neste processo de recepção das idéias da Teoria Crítica no Brasil, particularmente o conceito de Indústria Cultural.

3.1 A comunicação na sociologia: o grupo uspiano e o conceito de Indústria Cultural

Se a década de 70 foi o período em que a perspectiva frankfurtiana ganhou cada vez mais espaço no cenário nacional com relação às pesquisas na área de comunicação, não podemos esquecer de forma alguma a relevância dos estudos desenvolvidos pelo grupo uspiano no campo da sociologia. Em certa medida, este grupo, encabeçado por Gabriel Cohn, criou um campo de pesquisas que tinha como base o conceito de Indústria Cultural.

Voltando a citação que abre este capítulo, a idéia central é a de que os campos do conhecimento humano emergem a partir de demandas coletivas que culminam na sua apreensão por parte da academia. Com a chamada Sociologia da Comunicação dos anos 70 não foi diferente. Em entrevista, Gabriel Cohn quando perguntado sobre o que o motivou a tratar a comunicação na sociologia, principalmente num contexto em que a sociologia do desenvolvimento estava no auge, responde:

Esta pergunta me permite prestar homenagem a um grande mestre meu que é o Octávio Ianni. Vou contar o episódio: em 66 eu era recém ingresso na sociologia na USP e numa reunião, na época não era departamento, era cadeira de sociologia, não havia os departamentos ainda, ele levantou a seguinte questão: olha, há mudanças ocorrendo no mundo nas quais nós não estamos suficientemente atentos e uma delas é a expansão da cultura de massa e da comunicação de massa e nós precisamos introduzir isto aqui na nossa pesquisa, no nosso ensino. Como eu estava ali, zanzando, acabei me interessando. Ficou comigo esta incumbência e foi graças a esta percepção do Ianni que sempre era um homem muito ligado no que estava acontecendo e na necessidade da universidade de responder a isso é que eu acabei entrando e veja, isso significou o seguinte, aqui a USP acabou sendo pioneira nesta área. A primeira atividade assim sistemática de sociologia da comunicação, de outros elementos foi aqui. Durante um período aqui era o único lugar no

Brasil que você podia fazer pós-graduação nesta área, graças à visão atenta de um mestre nosso.”

E, como é que eu fui parar na coisa da indústria cultural, na teoria crítica da sociedade: aí há coisas com interesse intrinsecamente acadêmicos e há coisas que são acidentais. O acidental é simplesmente que, por questões biográficas, eu tinha acesso à bibliografia alemã. Naquela época tinha muita pouca coisa traduzida e como eu fui procurar o que havia de relevante, aquilo me pareceu da maior importância e era mesmo. Eu até hoje acho importante o que aquele pessoal da teoria crítica da sociedade fez. E com o conceito de indústria cultural é uma proeza porque por mais que você possa apresentar objeções a uma visão muito dura que eles tinham do que estava acontecendo a sua volta, o fato é que o que eles caracterizavam e o que eles previam como tendência significou inteiramente. Dificilmente você vai poder dizer que desapareceu qualquer coisa sobre a indústria cultural, que nunca houve, que a concentração sobre os meios diminuiu, qualquer coisa assim. É meio complicado. (Entrevista realizada no dia 05/06/2008 na USP).

A partir desta iniciativa, Gabriel Cohn abria espaço para debater a comunicação na sociologia da Universidade de São Paulo e isto teve implicações decisivas em três sentidos: primeiro, uma discussão mais sistemática e mais duradoura com relação à teoria crítica. Neste aspecto, a obra *Sociologia da Comunicação: teoria e ideologia* (1973)¹⁹ é fundamental por discutir em profundidade a idéia de indústria cultural situando-a num debate mais amplo com relação à noção de massa.

É neste aspecto, que o debate ganha mais fundamentação a partir do conceito de indústria cultural que permitiu sair de uma visão um tanto quanto restrita de encará-lo como mera teoria da comunicação. A categoria de análise da indústria cultural vai mais além, ela permite entender a sociedade em suas nuances ligadas ao capitalismo tardio, a cultura e a um estilo de dominação que é racional. Isto Cohn ressaltou, já nos anos setenta.

A segunda implicação, foi “A força da iniciativa de Gabriel Cohn” (Barros &

¹⁹ Uma discussão mais acurada desta obra será feita no capítulo 4 deste trabalho.

Duarte, 2004a: 99) que influenciou toda uma geração de estudantes de pós-graduação na USP. A tabela abaixo mostra a lista de trabalhos orientados por Cohn no período.

Tabela 1²⁰

Título do trabalho	Autor / nível	Ano de defesa
Tio Patinhas e os mitos da comunicação	Orlando Miranda / mestrado	1975
Acorde na aurora: música sertaneja e indústria cultural	Waldenyr Caldas / mestrado	1976
A embalagem do sistema: estudo sobre a publicidade no capitalismo monopolista retardatário	Maria Arminda Arruda / mestrado	1979
Do jornalismo político à indústria cultural	Gisela Taschner / mestrado	1979

A influência não foi apenas com respeito aos estudantes de sociologia da USP, mas também na construção de um novo campo do saber. Como descreve Gisela Taschner sobre o contexto acadêmico da época e a conjuntura que propiciou a recepção e utilização do conceito de indústria cultural

(...) é claro que estava no auge, naquela época, em termos de tema, pois todos os alunos de pós-graduação correram para aquilo, a sociologia do desenvolvimento, mas eu acho que realmente o que trouxe à tona esta questão [da indústria cultural] foram os conglomerados que se formaram na ditadura. Então, tinha aquela história do Jornal Nacional que fazia as apresentações e o pessoal olhava e dizia só pode ser de outro país porque aqui não é o que está acontecendo. O que está acontecendo não está neste jornal. Então a consolidação que foi com a Globo, a Abril, várias empresas que de repente viraram conglomerados. Eu acho que isso começou a chamar muito à atenção, de um lado. De outro, eu acho que teve uma coisa que ajudou muito e foi quem resolveu abrir este terreno, era um pessoa que tinha muita legitimidade no campo acadêmico na

²⁰ A lista completa de dissertações e teses defendidas em 1970 está no Anexo deste trabalho e foram retiradas do site <http://www.fflch.usp.br/sociologia/pos-graduacao>.

USP que era o professor Gabriel Cohn, hoje é diretor da faculdade, mas na época ele estava começando. (...). Enfim, não tinha pessoa melhor do que ele para abrir esta área dentro da Academia.

E uma terceira coisa, que eu acho que também entrou um pouco na moda foi porque a indústria cultural tem uma dimensão autoritária e tem muita gente que confundiu isso com o regime político autoritário, tanto que na hora que acabou a ditadura, muita gente achou que não precisava mais mexer com indústria cultural, que tinha acabado o problema. Aí que tava começando. Mais eu acho que foram estas coisas que fizeram com que comessem naquela época e não antes ou depois no conjunto de estudos. Tem que lembrar também que tinha sido criada a Escola de Comunicações em 67. Quer dizer, em 70 tava se formando a primeira turma. Então os anos 70 também foram um período do pessoal de lá que quis ir para a pós-graduação e estava interessado em comunicações. (Entrevista realizada em 03/06/2008).

Estes três pontos destacados por Taschner mais perspicácia de Octávio Ianni, primeiramente, e a atitude inovadora de Gabriel Cohn, então, deram contornos a uma nova possibilidade dentro da sociologia. A coletânea *Comunicação e Indústria Cultural* publicada em 1971 pela Editora Nacional foi um dos marcos no processo de divulgação do pensamento frankfurtiano. Com relação a esta coletânea, Cohn fala:

O primeiro programa que eu fiz de curso, me diverte até hoje, que acabou resultando até numa coletânea, *Comunicação e Indústria Cultural*, é típico da coisa que você só faz quando você tem vinte e alguns anos e está começando porque é uma loucura. Uma tentativa de acompanhar de ponta a ponta a área. Se agora me dissessem que era pra fazer uma coisa como essa, eu diria: é loucura. Mas na época foi bom, foi bom porque abriu. Agora a questão mesmo dos frankfurtianos, da indústria cultural, da recepção disso foi, no mínimo, mesclada porque depois de... desde o começo, e cada vez mais depois, foi ganhando volume uma crítica a isso depois. Eu considero equivocada [a crítica] que era a de mero pessimistas, elitistas e tal e tal que, pessoalmente, eu acho forçado demais na mão dessa crítica, mas aí usaram esta crítica para sair por outros lados, por resistência cultural e tal e tal. (Entrevista realizada no dia 05/06/2008 na USP)

Cohn, trata aqui de um ponto importante: como foi lida a Teoria Crítica no Brasil. Se muitos a encararam numa chave analítica em que os pressupostos defendidos pelos

frankfurtianos eram importantes para entender a conjuntura de capitalismo monopolista dependente e de consolidação de conglomerados comunicacionais, outros fizeram uma interpretação de forma epidérmica, principalmente nos anos 80, onde o pensamento frankfurtiano foi embalado com o rótulo de “apocalípticos” por intelectuais como Umberto Eco.

Já Francisco Rüdiger destaca que a produção dos anos 1970, mesmo considerando a importância do trabalho de Gabriel Cohn e reconhecendo que as categorias de ideologia e mercadorias culturais eram centrais, fez uma leitura materialista do conceito de indústria cultural.

A perspectiva significou em vários aspectos um avanço em relação àquelas análises onde a teoria crítica se esgota na crítica cultural mas, por outro lado, privou a prática da pesquisa dos meios para analisar o significado cultural da mídia. O tratamento da indústria cultural como sinônimo de um conjunto de empresas ou um ramo da economia não só colaborou para dar ao conceito um sentido cada vez mais descritivo mas favoreceu o aparecimento de um crescente esquematismo em relação ao tratamento da natureza ideológica dos fenômenos assinalados por seu intermédio. (Rüdiger, 1998b: 22).

Exceto, segundo Rüdiger, o trabalho de Waldenyr Caldas *Acorde na aurora* (1975) que tratou do sentido ideológico da música sertaneja, os demais (Miceli, 1971; Miranda, 1975; Arruda, 1979; Taschner, 1979) fizeram uma leitura materialista, como apontado anteriormente, e não consideraram a natureza ideológica destes fenômenos. De fato, o âmbito da produção e distribuição dos bens culturais foi privilegiado muito mais do que os estudos de ideologia. Destaca Maria Arminda,

Naquele momento, não estou nem falando dos estudos do professor Gabriel Cohn propriamente, mas dos seus alunos como a Gisela, o Waldenyr mesmo, o Miranda, eu e outros, uma certa torção que foi o privilegiamento da dimensão da produção e reprodução. Isto foi central e

isto houve sim e mostra que não foi mera importação porque era preciso naquele momento, no Brasil, tratar disso que é a conexão com os processos de modernização, da modernização capitalista avassaladora que o Brasil vivia. (Entrevista realizada em 06/06/2008).

Isto não significa que a dimensão ideológica não estivesse implícita nestas análises. Partindo do pressuposto de Ianni onde:

A análise da cultura espiritual no capitalismo revela que os ideais, valores, princípios e doutrinas que a compõem estão presentes tanto nas relações econômicas e políticas como na produção e difusão de conhecimentos científicos e técnicos. Inclusive na arte está presente e determinante a matéria de criação dada por essa cultura. Isto é, a cultura do capitalismo aparece na fábrica, no governo, no exército, na igreja, no banco, na escola, no cinema, no teatro, no jornal, na televisão e outros núcleos de produção material e espiritual. Ocorre que a cultura capitalista é, em ampla medida, a ideologia do conjunto de sistema. Enquanto ideologia, ela reúne, organiza e desenvolve os ideais, valores, princípios e doutrinas que indicam as condições, os limites e as direções do pensamento e do comportamento das pessoas, grupos e classes sociais. Assim, na idéia de que o capitalismo é um modo de produção material e espiritual se contém a idéia de indústria cultural. A indústria cultural do capitalismo começa quando a produção cultural se organiza diretamente para possibilitar a reposição das relações capitalistas de produção de forma continuada. (Ianni, 1976: 25-26).

Mesmo que este debate, em certa medida, fizesse parte de um determinado contexto de ferrenha crítica ao imperialismo, ao modo de produção capitalista ele traz uma idéia fundamental: tratar do modo de produção capitalista a partir de suas confluências econômicas e sociais é, por consequência, tratar de sua ideologia. E, como fala Taschner (em entrevista), tratar da dimensão econômica não significa uma leitura materialista, mesmo que histórica. Significa que, naquele momento, era preciso entender a formação das estruturas que estavam consolidando uma nova forma de organização sócio-econômica do país e isto perpassa pela dinâmica sócio-ideológica da sociedade.

Talvez, não se tenha tratado de ideologia nos termos Althusserianos da época ou numa análise Gramsciniana pautada no conceito de Hegemonia. O próprio Gabriel Cohn em entrevista menciona: “Aliás, até hoje eu creio ter sido uma besteira feita naquela época, uma besteira porque por incrível que pareça eu nem sequer era... nem sequer desconhecia Gramsci. Gramsci era um autor que, na época, nos vinha pela Argentina. Os argentinos tinham uma grande atenção desde os anos 40 e 50 do século passado. Eu tinha acesso e no entanto na hora que fui fazer um trabalho sobre comunicação, que fui dar curso tal e tal, confesso que na época por uma ponta de incompreensão e também impaciência com o pobre do Gramsci eu não tentei incorporá-lo. Isso foi um erro muito grave”.

A crítica de Rüdiger (1998b) não se dirige a Cohn, mas aos trabalhos posteriores, como já especificado, que mesmo não tratando unicamente da dimensão ideológica das mensagens não deixou de lado a ideologia presente no sistema da indústria cultural, principalmente através do enfoque no tema das classes sociais (ver capítulo 4). Uma possível crítica que pode ser feita a estes trabalhos é de não terem seguido adiante e, se o tivessem feito, quem sabe, poderiam ter incluído ou dialogado com novas perspectivas que vieram nos anos seguintes. O que se viu foi o oposto, a década de 80, contrariamente ao processo de continuidade e aprofundamento desta perspectiva, foi marcada pela divulgação de trabalhos que viam nos frankfurtianos meros pessimistas radicais e elitistas. Isto reforça ainda mais o argumento de Schwarz de que “Tem sido observado que a cada geração a vida intelectual no Brasil parece recomeçar do zero. O apetite pela produção recente dos países avançados muitas vezes tem como avesso o desinteresse pelo trabalho da geração anterior, e a conseqüente descontinuidade da reflexão” (Schwarz, 1987: 94).

No caso dos anos 1980, não foi tanto o “apetite pela produção dos países avançados”, mas pela produção da América Latina e dos multiculturalismos da época.

Mesmo assim, a produção do grupo uspiano ainda tem muito a dizer sobre a maneira de tratar o conceito de indústria cultural e é este o objetivo do capítulo quatro desta dissertação: analisar como cada membro do “grupo uspiano” ligado à sociologia da comunicação no Brasil tratou este conceito num “ambiente privilegiado”

(...) como diz Florestan, eu adoro aquela passagem do Florestan, ele diz que o lugar do intelectual na periferia é um lugar privilegiado. Por que é privilegiado? Porque a gente lida com as teorias que são importadas, entre aspas, quer dizer nós não somos um centro produtor de teorias [...]. Isto quer dizer que trabalhar os clássicos num contexto no qual não é exatamente o contexto a partir do qual eles elaboraram as suas teorias nos serve, diz Florestan, para ver lacunas da teoria e repensá-las à luz de contextos diversos e isto não é importação pura e simples. Aliás, não existe importação pura e simples. (Entrevista realizada no dia 06/06/08 na USP)

Capítulo 4

O GRUPO USPIANO E O CONCEITO DE INDÚSTRIA CULTURAL

Certa vez, ao lado de um colega, grande especialista em pensamento brasileiro, ouvi de um sociólogo estrangeiro a pergunta: porque vocês, no Brasil, se preocupam tanto em estudar seus próprios autores? Deixando de lado a sugestão, embutida no questionamento, sobre a 'fraqueza teórica' dos mesmos, o que 'explicaria' sua pouca importância, tentamos explicar-lhe que sem compreender tanto as idéias como o lugar social desses intelectuais é impossível apreender o movimento geral da sociedade brasileira. (Bastos, 2002: 183).

Esta citação é central para entender não apenas o presente capítulo, que tem por objetivo analisar como o “grupo paulista” de sociologia da comunicação da USP tratou o conceito de indústria cultural, mas também a estrutura deste trabalho como um todo que busca apreender o “movimento geral” da sociedade brasileira juntamente com a teoria social sobre a mesma. Vale destacar, não se trata propriamente de uma sociologia dos intelectuais ou de identificar a função social dos mesmos, mas chamar à atenção, primeiro, para como este grupo tratou sociologicamente a comunicação e, segundo, qual a interpretação que cada qual deu ao conceito de indústria cultural.

Evidentemente, este grupo, como já mencionado no capítulo anterior, encabeçado por Gabriel Cohn e seguido por Orlando Miranda, Waldenyr Caldas, Maria Arminda Arruda, Gisela Taschner e, em certa medida, Sérgio Miceli²¹ não estava desconexo de uma

²¹ O trabalho de Sérgio Miceli *A noite da madrinha*, dissertação de mestrado defendida em 1971, foi um dos pioneiros na área da sociologia a tratar da comunicação. A obra trata de um dos programas de auditório mais importantes da época que era o de Hebe Camargo. Por ser uma análise ligada muito mais à perspectiva de Pierre Bourdieu do que de Adorno e Horkheimer, este livro não será analisado aqui pormenorizadamente, apesar de Sérgio Miceli ter feito parte do grupo de debates em torno da sociologia da comunicação e das idéias da Teoria Crítica na década de 1970 na Universidade de São Paulo. Um outro trabalho de suma importância neste período é o de Ecléa Bosi (1986) “Cultura de Massa e cultura popular: leituras de

determinada estrutura, a estrutura acadêmica da USP. Como defende Irene Cardoso, “A universidade como instituição social é estruturada por um discurso que busca definir uma universalidade que lhe permita um reconhecimento e legitimidade internos a ela [...]” (Cardoso, 1999: 56).

Na USP não foi de outra forma, no campo da sociologia particularmente, o discurso estruturador se deu em torno da chamada “Escola Paulista de Sociologia”. Este nome foi dado ao grupo sob a influência central de Florestan Fernandes e discípulos seus como Octávio Ianni, Azis Simão, Fernando Henrique Cardoso, entre outros. Fernandes tinha como “eixo de reflexão a pergunta sobre as razões, o perfil e os efeitos do atraso no Brasil” (Bastos, 2002: 185-186) e, em certa medida, este eixo norteou vasta gama de estudos, mas não de maneira unívoca.

A modernização, de caráter tardio, foi a base para tentar compreender a sociedade brasileira e, neste sentido, “entender porque as expressões da modernidade emergente não cumpriram todas as virtualidades contidas em suas promessas” (Bastos, 2002: 223). Temas como o capitalismo, a escravidão, o subdesenvolvimento/dependência, o Estado, o trabalho e as classes sociais compunham o arcabouço de pesquisas da instituição. O das classes sociais, por exemplo, presente não só na sociologia da USP como também em outros centros de pesquisa, foi essencial para entender a sociedade brasileira. É o que nos mostra Antônio Sérgio Guimarães;

Se a sociologia brasileira, em seus primeiros anos principalmente na década de 30 e 40, era ainda uma sociologia tributária daquela feita em Chicago, cuja força se mostrava nos estudos de comunidade, logo em

operárias” importante para entender o fenômeno de massa, mas por não tratar especificamente do conceito de indústria cultural não será aqui trabalhado.

seguida, a partir dos meados dos 50, formar-se-á um grande consenso teórico, que transformará o processo de industrialização em *explanandum* onipresente de todos os fenômenos sociais brasileiros. Tal paradigma se consubstancia na idéia de transição, seja do tradicional para o moderno, seja do patrimonial para a ordem social competitiva, seja do escravismo para o capitalismo, seja do capitalismo mercantil para o capitalismo industrial.

Neste contexto teórico, serão as classes sociais os seus principais agentes e o seu conceito a principal ferramenta da sociologia (Guimarães, 1999: 15).

Esta teoria das classes foi utilizada com diferentes enfoques tanto em termos descritivos, considerando as classes como “mero estrato social dotado de consciência e sociabilidade próprios”, é o caso de Donald Pierson (Guimarães, 1999: 13), quanto em termos explicativos, tendo-as como “estruturas sociais que condicionavam as ações coletivas nas sociedades capitalistas”, a exemplo de Florestan Fernandes e Costa Pinto (Guimarães, 1999: 14). Ou ainda no enfoque sobre a classe trabalhadora e o operariado nos anos 1970.

Não apenas na USP a temática das classes foi importante, institutos como o ISEB (Instituto Superior de Estudos Brasileiros – criado em 1955); a sociologia latino-americana ligada à Cepal (Comissão Econômica para a América Latina – criada em 1948) e aos partidos de esquerda de orientação marxista, focaram na temática também. Na USP, que nos interessa particularmente, incitou uma série de disputas entre grupos, teorias e objetos de pesquisa. As disputas não foram travadas apenas com relação às classes: através de alguns “pares de alternativas, em torno dos quais havia divergência: ensaio e ciência, pensamento radical e conservador, teoria e pesquisa empírica, interpretações

totalizadoras e dualistas, sociologia do desenvolvimento e da cultura.” (Jackson, 2007: 33)²² foi formado o discurso estruturador na USP.

Evidentemente, estes pares não devem ser tomados “rigidamente”, como defende Jackson (2007), o próprio Florestan (1978) unia em alguns dos seus estudos teoria e pesquisa empírica, sem contar que a ênfase em determinados pares de opostos ficava mais presente numa determinada geração do que em outra. A exemplo, a década de 1940 marcada pela discussão entre ensaio e ciência representava a preocupação maior com a constituição das bases científicas da sociologia. Já nos anos 60 e 70 este debate ainda era forte mas uma nova disputa emergia entre a sociologia do desenvolvimento e a sociologia da cultura. Tais disputas e grupos e a tentativa de explicar a modernização brasileira levou a formação de “sociologias específicas” que eram antes de tudo “perspectivas de análise do que especialidades propriamente ditas” (Jackson, 2007: 33).

Ao que parece esta idéia de especialidade do debate é bastante presente até os dias atuais. Gabriel Cohn, em entrevista, quando perguntado sobre a possibilidade de retomar o debate da sociologia da comunicação contemporaneamente, responde:

Em princípio, eu tenho um certo mal-estar com todas aquelas sociologias de alguma coisa. É complicado, tanto que eu tentei, nos cursos que eu dava naquela fase inicial, eu chamava de ida à mais sociológica da comunicação que, na realidade, é isso. Eu tenho um certo desconforto nesses campos parcelados em que se vai dividindo a sociologia e cada especificidade você já cria a sociologia de alguma coisa e aí você empiriza. Eu nem sei se eu faria uma aposta numa coisa específica chamada sociologia da comunicação. Agora eu faria, sem dúvida, uma aposta na importância de retomar a análise sociológica da comunicação que realmente foi quase abandonada. (Entrevista concedida no dia 05/06/2008)

²² O período analisado por Luiz Jackson é o de 1940-1970, assim como as inferências feitas aqui no que diz respeito à Escola Paulista de Sociologia também se referem a este período, as décadas posteriores e os novos debates que surgiram a partir dos anos de 1980 não são aqui contemplados.

Na realidade, há uma diferença entre o que Florestan propunha a partir de uma espécie de subdivisão da sociologia em função de métodos, tradições teóricas e finalidades de pesquisa e as especialidades temáticas.

Teria sido justamente na tentativa de dar conta da pluralidade e complexidade das inter-relações entre os vários aspectos da ordem social que Florestan Fernandes construiu seus campos diferenciados da sociologia, permitindo que a realidade fosse captada como uma totalidade em desenvolvimento. Sob tal orientação, os sistemas sociais seriam *sistemas abertos*, na acepção de que não se poderia ter deles uma visão pronta e acabada pois novas dimensões de caráter político, econômico, cultural, ideológico, etc., seriam constantemente neles incorporados pelas próprias exigências dos processos de reprodução dinâmica da sociedade ou do seu “equilíbrio instável” em transformação. (Costa, 2009: 410-411).

Neste sentido, a sociologia, para Florestan Fernandes, poderia ser dividida em seis “disciplinas básicas” intimamente ligadas à “definição de seu objeto geral de investigação” (Costa, 2009: 415). Seriam elas: *Sociologia Geral* ou *Teórica*, voltada para “um caráter eminentemente epistemológico ou metassociológico, de crítica e síntese dos saberes alcançados pelas demais disciplinas sociológicas e pelo conjunto das ciências sociais” (Costa, 2009: 417-418); *Sociologia Sistemática*, teria o seu foco nos problemas conceituais da sociologia “De caráter geral, preliminar e axiomático, por atuar como fundamento teórico das demais subdivisões, esse campo de abordagem da sociologia forneceria a definição dos 'conceitos sociológicos básicos, que servem para descrever ocorrências universais da vida social” (Costa, 2009: 419); *Sociologia Comparada*, centrada nas características estruturais e funcionais de um ou vários sistemas sociais o que permitiria estabelecer diferenças de estruturas sociais entre vários países, por exemplo; *Sociologia descritiva*, cujo enfoque é sobre os fenômenos sociais em suas manifestações

concretas, isto é, ela “lida com 'os elementos e os fatores sociais nas próprias condições reais em que eles operam” (Costa, 2009: 423); *Sociologia Diferencial* ou *Histórica* está voltada para o que é específico numa dada sociedade a partir das relações que os fenômenos sociais desenvolvem no âmbito da história real, concreta e específica da sociedade; e, a *Sociologia Aplicada*, “vista como uma 'disciplina empírico-indutiva com propósitos práticos', voltando-se mais especificamente para o estudo dos 'problemas sociais' ou 'dos efeitos disnômicos da ordem social” (Costa, 2009: 425-426) .

É esta subdivisão, de acordo com os “problemas fundamentais” sobre os quais o sociólogo se debruça, que possibilita ao mesmo conhecer a natureza e as implicações do “fazer sociológico”. Mesmo que não esteja completamente desvinculada do contexto dos anos 1960/1970, o fato é que neste período as “especialidades temáticas” é o critério de subdivisão da sociologia. É nesta mudança que surge a sociologia da comunicação. Como um campo específico e ao mesmo tempo atrelado às questões mais gerais do *como tratar sociologicamente* a comunicação marcou a forma de pensar dos que fizeram e fazem parte da sociologia da USP. A tabela abaixo mostra os principais temas dos anos de 1960 e 1970 na sociologia da USP²³:

²³ As tabelas 1, 2 e 3 foram montadas com base no banco de dissertações e teses de sociologia da USP retirado do site <http://www.fflch.usp.br/sociologia/pos-graduacao>. A listagem completa se encontra no Anexo desta dissertação.

1. Tabela de dissertações e teses:
os anos de 1960 na Sociologia da USP

<i>Temáticas (1960-1969)</i>	<i>Dissertações</i>	<i>Teses</i>
	<i>Quantitativo</i>	<i>Quantitativo</i>
Desenvolvimentismo, indústria	8	3
Educação	4	2
Trabalho, profissões, sindicalismo e classes	2	2 (classes)
Outros temas (literatura)	2	4
<i>Total</i>	<i>16</i>	<i>Total: 11</i>

2. Tabela de dissertações e teses
defendidas de 1970-1979 na Sociologia da USP

<i>Temáticas (1970-1979)</i>	<i>Dissertações</i>		<i>Teses</i>	
	<i>Quantitativo</i>	<i>%</i>	<i>Quantitativo</i>	<i>%</i>
Desenvolvimentismo, economia	16	15,84	7	14,58
Educação	11	10,89	2	4,16
Meios de comunicação, indústria cultural	11	10,89	1	2,08
Questões agrárias, migrações, ocupações urbanas	18	17,82	2	4,16
Religião	3	2,97	8	16,66
Teoria sociológica, teatro, literatura	13	12,87	9	18,75
Trabalho, profissões, sindicalismo e classes	15	14,85	13	27,08
Outros temas (questão racial, família, gênero etc.)	14	13,86	6	12,5
<i>Total</i>	<i>101</i>	<i>≈ 100%</i>	<i>Total: 48</i>	<i>≈ 100%</i>

Em termos comparativos, verifica-se na tabela 1, dos anos de 1960, que a quantidade dos trabalhos defendidos é bem menor e o tema da comunicação está

completamente ausente, o que confirma a tese defendida de que a consolidação de uma indústria cultural nos anos de 1970 no país foi fundamental para que este tema chegasse até a sociologia.

Vale ressaltar que estas categorias (desenvolvimento, trabalho) foram elaboradas tanto na tabela 1 quanto na 2 para mostrar de maneira mais sistemática os principais temas, mas boa parte destes trabalhos são interdisciplinares. É o caso da tese de doutorado de Eva Alterman Blay *A mulher e o trabalho qualificado na indústria paulista* defendida em 1973 sob a orientação da professora Maria Isaura Pereira de Queiroz que trata, pelo menos ao que indica o título, de questões de gênero, trabalho e indústria. Ou ainda a dissertação de Cleópatra Poli *Atitudes de operários de procedência rural (transição ou incorporação à vida urbana)* defendida em 1972 sob a orientação do professor Ruy Galvão de Andrada Coelho que faz a conexão entre temas como classe operária e ruralidade.

Observando agora a tabela 3 que é composta pelos trabalhos que trataram sobre comunicação na década de 70 na USP, tem-se os seguintes dados:

3. Tabela de dissertações e teses sobre comunicação:
Sociologia na USP na década de 1970

Dissertações			
<i>Título do trabalho</i>	<i>Autor</i>	<i>Ano de defesa</i>	<i>Orientador</i>
1. A noite da madrinha (ensaio sobre a indústria cultural no Brasil)	Sérgio Miceli	1971	Leôncio Martins Rodrigues Netto
2. Canção popular e indústria cultural	Othon Fernando Jambeiro	1971	Ruy Galvão de Andrada Coelho
3. Comunicação de massa e socialização do estudante	Álvaro de Aquino e Silva Gullo	1972	Aparecida Joly Gouveia

4. A fotonovela, forma e conteúdo	Angeluccia Bernardes Habert	1972	Ruy Galvão de Andrada Coelho
5. Imitação da vida: pesquisa exploratória sobre a telenovela no Brasil	Sônia Miceli Pessoa de Barros	1974	Leôncio Martins Rodrigues Netto
6. Tio Patinhas e o mito da comunicação	Orlando Pinto Miranda	1975	Gabriel Cohn
7. Acorde na Aurora – Música sertaneja e indústria cultural	Waldenyr Caldas	1976	Gabriel Cohn
8. A embalagem do sistema (estudo sobre a publicidade no capitalismo monopolista retardatário)	Maria Arminda Arruda do Nascimento	1979	Gabriel Cohn
9. O mito da civilização Atlântica - Glauber Rocha e o Cinema Novo - cinema e sociedade	Raquel Gerber	1979	Gabriel Cohn
10. Do jornalismo político à indústria cultural	Gisela Taschner	1979	Gabriel Cohn
11. Relações Brasil-Angola através da imprensa brasileira (1930-1975)	Sósia Goldenberg Rabin	1979	Fernando Augusto Albuquerque Mourão
Teses			
1. Comunicação e cultura de massa: teoria e ideologia	Gabriel Cohn	1971	Luiz Pereira

Dos títulos que explicitam claramente a idéia de uma indústria cultural tem-se quatro: *A noite da madrinha (ensaio sobre a indústria cultural no Brasil)*; *Canção popular e indústria cultural*; *Acorde na Aurora - Música sertaneja e indústria cultural* e *Do jornalismo político à indústria cultural* mas, destes, apenas os dois últimos utilizam como aporte teórico o conceito de indústria cultural tal qual formulado por Adorno e Horkheimer. *A noite da Madrinha* de Sérgio Miceli, trabalho pioneiro na área, trata de um

dos programas de maior audiência na época, o de Hebe Camargo, mas está muito mais voltado para a perspectiva de Pierre Bourdieu do que a dos frankfurtianos. Já o trabalho do Othon Jambeiro, *Canção popular e indústria cultural*, trabalha muito mais com a idéia de cultura de massa, “canção de massa” do que com a teoria da indústria cultural. Com relação à “indústria cultural”, ele usa o termo de forma descritiva para indicar que a forma de produção é em moldes industriais: como é feito o disco, como ele é reproduzido, quais as etapas de produção, etc., não estabelecendo correlação com o conceito de indústria cultural tal qual formulado por Adorno e Horkheimer. Diferentemente de Waldenyr Caldas (1977), Taschner (1987) e Arruda (2004) que tratam da forma de produção e distribuição dos bens culturais analiticamente a partir do arcabouço teórico do conceito de indústria cultural. Nas palavras de Gisela Taschner, a preocupação com a indústria cultural era:

No que é que ela é igual ou diferente das indústrias que produz outras coisas que não culturais. Como é o processo de trabalho nesta indústria, qual o estilo de propriedade, como é que eles lidam com o produto final. Então era aquela coisa, na estrutura da oferta, como é que funcionava esta indústria, da produção até colocar em circulação aquela mercadoria cultural. De qualquer maneira toda a teorização da indústria cultural tinha muita leitura neste sentido. Uma indústria todo-poderosa e um público absolutamente a mercê de interesses mercantis porque não tinha mais espaço público pra circularem outras coisas que não fossem desta cultura mercantilizada. (Entrevista com Gisela Taschner, concedida em 03/03/08).

Seguindo, então, a perspectiva dos que pautaram suas análises no conceito de indústria cultural, dentre os trabalhos listados na tabela 3 os que realmente assumem uma perspectiva frankfurtiana são: *Comunicação e cultura de massa: teoria e ideologia* de Gabriel Cohn; *Tio Patinhas e o mito da comunicação* de Orlando Miranda; *Acorde na*

Aurora - Música sertaneja e indústria cultural de Waldenyr Caldas; *A embalagem do sistema (estudo sobre a publicidade no capitalismo monopolista retardatário)* de Maria Arminda Arruda; e, *Do jornalismo político à indústria cultural* de Gisela Taschner. Estes textos, que posteriormente foram publicados em forma de livros constituem o *corpus* desta dissertação.

4.1- O grupo e o conceito de indústria cultural

Era um grupo e não era porque, no fundo, a maior parte destas pessoas que eu te falei foram orientandos do Gabriel Cohn, então vinham de uma mesma matriz. O Sérgio não porque ele veio do Rio de Janeiro, não era daqui, mas os outros se fizeram fortes na sociologia da USP. Então o Miranda, o Waldenyr, a Maria, eu, de certa forma, era um grupo porque eram pessoas que tinham identidade, interesses em relação ao tema. A gente não tinha encontros regulares, mas a gente tinha muito diálogo, nós sabíamos o que o outro estava fazendo, havia discussão. Então neste sentido poderia até dizer que, embora não formalmente, havia uma preocupação em comum e uma formação comum por trás. (Entrevista com Gisela Taschner, concedida em 03/03/08).

Além de interesses comuns, este “grupo” teve como elemento de unidade maior a influência de Gabriel Cohn, principalmente, com relação ao livro *Sociologia da Comunicação: teoria e ideologia* (1973). Como já apontado no capítulo 3 desta dissertação, Cohn influenciou uma série de trabalhos sendo pioneiro no sentido de estabelecer, de maneira sistemática, o debate em torno da comunicação e, de maneira crítica, discutindo de forma mais aprofundada o conceito de indústria cultural no âmbito dos debates sobre a noção de “massa”.

4.1.1 – Gabriel Cohn e a Sociologia da Comunicação

Sociologia da comunicação: teoria e ideologia é uma obra publicada em 1973 e fruto de uma tese de doutorado defendida em 1971. Marco no campo da sociologia por abordar um tema até então novo no debate acadêmico não apenas da USP, mas de vários outros centros de pesquisas. Concernente ao livro:

A preocupação básica do presente trabalho é com a fundamentação de uma estratégia de análise sociológica das relações entre sistemas simbólicos e sistemas sociais, aplicável a uma modalidade historicamente específica da sua manifestação: qual seja, a sociedade contemporânea altamente complexa e industrializada, em que a produção e o consumo em grande escala se estendem até a sua dimensão cultural. O problema maior, implícito ao longo de toda discussão, diz respeito às próprias condições de possibilidade de uma *análise sociológica da comunicação* (e da sua cristalização no plano cultural) em sociedades complexas. Interessa-nos, portanto, examinar a questão de uma análise científica – referida, portanto, a uma *teoria* específica – que respeite simultaneamente a autonomia da sua dimensão sociológica e aquela do seu próprio objeto de estudo. Vale dizer: importa-nos discernir as condições de realização de uma *análise sociológica da comunicação* que tenha valor de ciência. (Cohn, 1973: 13)

O trecho acima, retirado da introdução do livro, chama à atenção em dois aspectos: já no primeiro parágrafo, a idéia de que a dimensão cultural foi permeada pela produção e pelo consumo no quadro do capitalismo tardio e que isto se deu no âmbito da sociedade contemporânea, complexa e industrializada, é um dos fortes argumentos presentes na idéia de indústria cultural tal qual desenvolvida por Adorno e Horkheimer na *Dialética do Esclarecimento* (ver capítulo 2 desta dissertação). Segundo, a preocupação em estabelecer as bases de uma análise sociológica que tenha estatuto de ciência, um dos focos do debate

da “Escola Paulista de Sociologia” desde a década de 40 até os anos de 1970, e a pretensão de realizar uma “limpeza sistemática do terreno” mostra a vinculação do trabalho de Cohn com a seguinte questão (Cohn, 1973: 14):

“Trata-se de tentar, através de um empreendimento crítico, encontrar os fundamentos conceituais mais adequados à construção de teoria na área que nos interessa. Vale dizer que a questão se põe em termos de ir além de noções descritivas, pré-científicas, em busca de instrumentos *teóricos*, que transcendem explicativamente o objeto da análise.” (Cohn, 1973: 15).

Com isso, o foco é na dimensão teórica e ideológica dos conceitos ligados à comunicação e, ao que parece, a influência de Florestan Fernandes²⁴ se dá também na importância da relação entre “sistemas simbólicos” e “sistema social”. Segundo Fernandes, “A noção geral de *sistema social* seria uma categoria analítica, utilizada como instrumento heurístico (Fernandes, 1974: 85), a qual poderia ser resumida pela idéia de um 'complexo ordenado de atividades, ações e relações sociais’” (Costa, 2009: 430). Este “complexo ordenado” do sistema social se imbrica com o “sistema simbólico” da indústria cultural, central para entender a sociedade contemporânea, pautada pela concentração técnica e econômica e que, para Cohn, é essencial para a “formulação de inferências *sociologicamente relevantes*” (Cohn, 1973: 14).

Dividido em seis capítulos: *Massa: a noção e o seu alcance* (capítulo 1); *Público, elite e massa: a dimensão política* (capítulo 2); *Público, elite e massa: a dimensão cultural* (capítulo 3); *A dimensão social: a sociedade de massas* (capítulo 4); *Cultura e sociedade: o cenário contemporâneo* (capítulo 5) e *Teoria e ideologia* (capítulo 6), o livro discute fundamentalmente como o conceito de massa e seus correlatos, comunicação de

²⁴ A influência de um outro mestre de Cohn, Octávio Ianni, foi tratada no capítulo 3 desta dissertação.

massa e sociedade de massa, foram construídos com base numa ideologia conservadora que legava à esta forma de organização social a representação máxima da irracionalidade e da uniformidade de consciências.

Já no capítulo 1, Cohn expõe como o termo *massa* esteve ligado ao pensamento político conservador do século XIX apresentando conotação negativa desde o seu princípio e, posteriormente, tornando-se correlato de multidão. O foco é em torno do pensamento de Gustave Le Bon que analisa a “massa” em similitude ao termo multidão e seu caráter irracional, uniforme e acrítico. Em contraposição estão os argumentos de Freud, que sai do âmbito da irracionalidade e encara as massas, principalmente na obra *Psicologia das massas e análise do ego*, em termos de impulsos racionais que levam a uma situação de massa, apesar de seu caráter repressivo. Para Cohn, esta perspectiva de Freud avança em relação às perspectivas de um Le Bon, mas ainda guarda um tom conservador.

Neste aspecto ele recorre aos pensadores da Escola de Frankfurt, Adorno e Horkheimer, ao considerar que a idéia de massa como um produto social “através do aproveitamento racional de fatores irracionais-psicológicos” (p. 27) se apresenta mais adequada porque “Apresenta, sobretudo, o elo que permite articular essa polaridade racional/irracional ao destacar a noção de dominação, concebendo a massa como produto social do aproveitamento racional de elementos irracionais disponíveis.” (p. 27). O que Cohn destaca é que, na perspectiva dos frankfurtianos, a massa não é algo dado, ela é construída socialmente. Apesar disso, como descreve Cohn, é preciso ir mais longe e vislumbrar que a massa é um “produto social concreto em busca do seu conceito” (p. 28).

“Ao ressaltar a dimensão da dominação inerente à noção de massa, a perspectiva que estamos comentando permite superar o plano psico-social para chegar às suas raízes políticas.” (p. 29). Esta é a frase que abre o capítulo 2 no qual o autor busca fazer a ponte entre os conceitos de massa, elite e público no âmbito do pensamento político moderno. Para tal propósito suas análises se voltam para Rousseau, David Hume, Hegel, Stuart Mill, entre outros que fincaram suas perspectivas em contextos marcadamente políticos e ideológicos em que o público passa a ser concebido como massa e, portanto, degenera-se. A questão aqui é como um conceito que surge no âmbito político e entra no âmbito científico sem uma criticidade necessária para avançar no debate sobre o caráter irracional das massas.

No capítulo 3, a relação entre estes três elementos (público, elite e massa), é analisada da perspectiva da cultura, com destaque para o pensamento de Levin L. Schücking, David Hume e Schlegel. Tanto no capítulo 1 quanto no 2, Cohn analisa, nas dimensões política e cultural, a preocupação das classes dominantes de se manterem separadas de uma “cultura de massa” ligada ao popular e, por conseguinte, considerada de baixo nível qualitativo: um problema a ser controlado pelas mesmas e foco do debate nos séculos XVIII e XIX. Os próprios pensadores, provenientes destas classes dominantes, reproduziam uma espécie de “discurso classista” que permeou todo o debate em torno da chamada “sociedade de massas” – tema do capítulo 4.

Em primeira aproximação, a idéia de *sociedade de massas* se apresenta simplesmente como um conceito híbrido, no qual se combinam o conceito abrangente de *sociedade* e a noção, já examinada anteriormente, de *massa*. Um momento de reflexão revela, contudo, que

essa justaposição envolve problemas dos mais difíceis, e que será necessário, também aqui, rastrear analiticamente as grandes linhas de sua constituição. Um problema surge desde logo. Mesmo que admitamos o caráter científico da noção de massa (e já foram formuladas reservas a respeito) resta saber como se poderiam combinar, num conceito abrangente e integrado, as características atribuídas a esse fenômeno – sobretudo a sua carência de estrutura – com aquelas que servem para definir sociedade, em particular a presença de estrutura e organização internas (Cohn, 1973: 63).

Esta é a linha central do argumento de Cohn neste capítulo ao mostrar que a idéia de “sociedade de massas” é complexa e ambígua por articular duas grandes perspectivas teóricas do século XIX: “a análise das características e tendências da sociedade democrática (em contraste com a aristocrática) e o estudo das formas e conseqüências do comportamento coletivo anômalo (que está na 'psicologia das multidões' e afins)” (p. 63-64). Para fundamentar seus pressupostos ele foca em três vertentes principais: a primeira, representada por Tocqueville, Durkheim e Mannheim, preocupada com as características estruturais da sociedade de massa; a segunda, voltada para o comportamento coletivo, representada por Hannah Arendt; e, a terceira, crítica e conservadora, na visão de Cohn, focaliza no “homem massificado”, a exemplo de Burkhardt e Ortega y Gasset.

Por este panorama geral, dá para perceber a complexidade presente na obra de Gabriel Cohn. Cada capítulo daria, por si só, trabalhos de grande fôlego, como o objetivo deste trabalho é analisar em que medida cada autor trata a concepção de indústria cultural e como este conceito se relaciona com o conjunto maior da obra, portanto, eis aqui os pontos centrais do texto. Isso porque o que interessa é mostrar como, no livro, a Teoria Crítica aparece para Cohn no sentido de estabelecer um quadro teórico capaz de contornar

esses problemas e alcançar uma análise propriamente científica da relação entre sistemas sociais e sistemas simbólicos, como já foi ressaltado.

As análises sobre a concepção de “sociedade de massas” culmina no capítulo 5, *cultura e sociedade: o cenário contemporâneo*. Focalizando na idéia de “cultura de massa” Cohn destaca:

O termo, por mais vago que seja, denota um sistema – mais propriamente um subsistema – simbólico, dotado de pelo menos uma característica, que persiste na definição dos seus múltiplos conceitos alternativos em uso: é o resultado da ação dos meios de comunicação de massa, em sociedades tecnologicamente avançadas e de alto grau de urbanização. [...]. O critério básico para organizar o tratamento do tema será o de localizar e examinar, para cada uma das dimensões em que se põe o problema, o sujeito e a forma de produção dos bens culturais, por um lado, e o sujeito e a forma de seu consumo, por outro. Os conceitos básicos, nessa ótica, são os de *produção, participação e consumo*. (Cohn, 1973: 99)

Cohn trata, em seguida da perspectiva de Edward Shils o qual concebe a “sociedade de massas” como uma formação social em que estratos marginais da população são incorporados pelo “centro” desta formação social industrializada. “O que ocorre, no seu entender, é que a própria expansão da 'sociedade de massas' conduz a uma percepção mais aguda das diferenças sociais e culturais, concomitante a uma percepção mútua mais clara dos diversos grupos sociais em presença. É por essa via que aparece, entre certos intelectuais, a preocupação com uma suposta 'deterioração dos padrões culturais' na sociedade contemporânea” (Cohn, 1973: 100). Shils, na concepção de Cohn, defende que a crítica da cultura de massa é fruto de grupos que foram ou são socialistas,

marxistas e desiludidos com a revolução que não aconteceu. Por isso são tão saudosistas com relação à cultura pré-industrial.

Shils dirige suas críticas em direção, principalmente, aos frankfurtianos, ao grupo *Dissent*, à revista *Politics* (editada por Dwight MacDonald) e ao psicanalista e sociólogo Ernest Van Den Haag. Centremos então na crítica, destacada por Cohn, entre Shils e os frankfurtianos. Cohn sustenta que, de antemão, Shils não entendeu nada do que seus adversários propunham. Depois de uma longa intermediação entre Shils e seus adversários, citados acima, Cohn coloca:

Neste ponto, chegamos ao final da nossa caminhada nesse capítulo, na medida em que se abre a possibilidade de introduzir na discussão aquela linha de pensamento que, segundo a entendemos, representa a síntese de tudo aquilo que há de cientificamente relevante nas proposições examinadas antes, acrescidas de elementos próprios da maior importância. Trata-se da perspectiva representada pela chamada “escola de Frankfurt” que se reuniu (até sua recente dissolução) em torno de Max Horkheimer, e cujo representante máximo, naquilo que concerne ao presente trabalho, é Theodor W. Adorno. (Cohn, 1973: 125)

Seguindo este percurso, Cohn discorre sobre a idéia “sociedade administrada” presente em Adorno e Horkheimer destacando o processo em que esta forma de organização social e modo de dominação atingem as mais diversas esferas sociais, inclusive a da cultura. A racionalidade instrumental impõe sobre a cultura padrões que a degradam e esta, por sua vez, longe de ser uma “cultura de massa”, se apresenta como *indústria cultural* já que o contexto é de concentração econômica e administrativa. Mas a partir daqui, como percebe Gabriel Cohn, há mudança de enfoque: se nos primeiros

escritos de Adorno a sociedade administrada²⁵ era o principal foco e , por conseguinte, a crítica à racionalidade instrumental, gradativamente, o foco recai na idéia marxista de *fetichismo da mercadoria*. E completa:

Nas suas formulações, Adorno vai muito mais longe e mais fundo do que os autores envolvidos nas polêmicas corriqueiras sobre o tema, e consegue superar amplamente as ambigüidades de um Touraine, o irracionalismo de um Freyer ou mesmo a ênfase mais militante do que analítica de um Gorz, ao construir um modelo de análise no qual todas as contribuições válidas desses diversos autores podem ser incorporadas de modo articulado.

O essencial, contudo, são as implicações teóricas e metodológicas da sua ênfase no auge contemporâneo do capitalismo como o aparente “universo das mercadorias” e nos temas correlatos da “falsa consciência” e da “ideologia”. (“O fetichismo da mercadoria – escreve ele em outra parte – não é um fato da consciência, mas é produtor da consciência”).

Por essa via, a ótica de análise tende a se deslocar para o nível dos *produtos* da indústria cultural. Estes são tomados como *mercadorias*, enquanto articuladas num sistema, conforme uma lógica específica – precisamente a da indústria cultural – engendra modalidades também específicas de *ideologia*. Isso nos conduz aos problemas mais específicos, que se impõem tratar a seguir. (Cohn, 1973: 127-128)

São esses “problemas específicos” a temática do sexto e último capítulo de *Sociologia da comunicação: teoria e ideologia*, no qual Cohn enfatiza que a concepção de Adorno segundo a qual as massas são um produto social, o que remete a um determinado tipo de dominação e insere a categoria oculta, para utilizar a expressão do próprio Cohn, a idéia de *classe*. Isso implica que, comparada à idéia de massa,

²⁵ Vale ressaltar que o tema da sociedade administrada foi tratado muito mais por Horkheimer do que Adorno, apesar de Cohn focar suas análises na concepção de Adorno – que não era muito diferente da de Horkheimer. Para uma discussão do tema ver: HORKHEIMER, Marx. **Teoria Crítica I**. São Paulo: Perspectiva, 1990.

Cohn chama à atenção para uma concepção de classe como “posições coletivas diferenciais numa estrutura abrangente que seja definidora de modos possíveis de ação e consciência social” (p. 130), assim, o elemento conceitual “classe” não se dilui na de massa, como acontece nas várias teorias sobre a cultura de massa. Neste aspecto, a dimensão fundamental é a da *produção* por tratar da estrutura (mercado) e não apenas dos indivíduos (consumidores). Por este caminho, Adorno é, então, figura central por abordar tanto a esfera social quanto a cultural, segundo Cohn, no âmbito de uma sociedade caracteristicamente voltada para a produção de mercadorias e que remete a um tipo de dominação, de classe, ainda que esta dominação esteja diluída nas estruturas burocráticas onde os interesses classistas podem assumir uma maior impessoalidade.

É importante colocar que o tema das classes, ou melhor, da luta de classe, tal qual formulado por Karl Marx, perdeu terreno nos debates da “escola de Frankfurt” depois que o nazi-fascismo ascendeu ao poder e que a possibilidade de um socialismo ficou cada vez mais distante. Ainda assim, a idéia de uma classe dominante na sociedade contemporânea capitalista continuou forte e é para isso que Cohn chama à atenção.

Não apenas ele, mas os integrantes do que aqui denominamos “grupo paulista de sociologia da comunicação”, representados por Miranda, Caldas, Arruda e Taschner, seguindo a orientação geral de Cohn, primeiramente, e a predominância desta temática nos debates uspianos, orientaram suas análises segundo uma leitura dos frankfurtianos pautada por aquela interpretação que, como vimos, enfatiza o tema das classes.

Feita estas considerações, Cohn parte para a análise da ideologia²⁶ em teóricos como Talcott Parsons e Poulantzas. Tratando de Poulantzas, Cohn estabelece uma ponte com os escritos de Marcuse e Adorno, colocando que o primeiro opera com uma noção de ideologia em “termos estruturais”, isto é, acredita que a ideologia é algo “trans-histórico”. Já Marcuse e Adorno, principalmente, concebem a ideologia como um produto histórico e que ela atinge tal nível que se confunde com a própria realidade, o que não implica que ela tenha desaparecido – crítica de Poulantzas a Adorno e Marcuse. Todavia, ambas as concepções operam com a ideologia em termos de um processo de *reprodução* (ou realização) do real.

O diferencial é importante a apreender, de acordo com Gabriel Cohn, é que Adorno trata da idéia de consciência social como *produto* e sem esta dimensão não é possível compreender o que é indústria cultural. Assim, “A análise apanha de modo imanente o modo pelo qual relações de produção historicamente definidas se cristalizam no produto. No estudo de produtos culturais, a categoria básica a ser usada não é a de *comunicação*, que se refere à relação entre o sujeito e seus receptores, mas o de *mediação*, que é inerente ao próprio objeto [...]” (Cohn, 1973: 154). Produto e condições de produção são os eixos que guiam, portanto, a análise da indústria cultural, da *mensagem*, que passa também pela forma de produção e distribuição. Assim, esta perspectiva, para Cohn, abarca

²⁶ Já nas primeiras páginas do capítulo, Cohn trata da ideologia tendo como ponto de partida Mannheim “Naquilo que concerne à ideologia como fenômeno social específico, estamos no domínio da Sociologia do Conhecimento. O ponto de partida inevitável é dado por Mannheim, na sua tentativa de distinguir entre uma 'sociologia do conhecimento' e a velha 'teoria da ideologia'. Isso, na medida em que a primeira trataria da concepção 'total' da ideologia, em termos da sua vinculação histórico-social, ao passo que à segunda ficaria reservada a área menor da sua concepção 'particular', referente aos enunciados que refletem interesses grupais localizados, e cuja falsidade, ainda que não consciente, 'se localizaria no plano psicológico e guardaria semelhança estrutural com a mentira'”. (Cohn, 1973: 132) Com isso, Mannheim cai no insucesso ao considerar a ideologia num nível transcendental, não inseridas no tempo e no espaço – a discussão sobre estas implicações estão nas páginas 132-138 do livro de Cohn.

as principais categorias que têm valor explicativo e científico, mesmo porque “... o domínio próprio para o exercício de uma sociologia da comunicação é o da análise da mensagem, e que é nesse nível que se concentram os problemas metodológicos e teóricos pertinentes ao tema.” (Cohn, 1973: 159).

Em suma, Cohn buscou identificar “os problemas gerais da conceituação sociológica” com relação à comunicação. Para isso, analisou como o conceito de massa esteve atrelado à dimensão ideológica de contextos sócio-políticos específicos, e, mais do que isso, montou as bases para um “programa de trabalho” que teve na teoria da indústria cultural sua principal força motriz. Seguindo o “programa de trabalho” proposto por Cohn e a crítica à noção de “massa”, Orlando Miranda desenvolveu seu texto *Tio Patinhas e os mitos da comunicação* o qual será analisado a partir deste ponto.

4.1.2 – Orlando Miranda e o Tio Patinhas

“De fato, foi Cohn, nos idos de 68, quem me iniciou nos complexos problemas da comunicação. Eu imaginava, à época, tratar-se de algo relativamente simples, mas Gabriel, tenazmente, foi complicando até me convencer das enormes dificuldades que envolviam qualquer análise mais séria.” (Miranda, 1998: 35). *Tio Patinhas e os mitos da comunicação* é um texto que opera com o debate teórico sobre a comunicação e com dados obtidos através de pesquisas para mostrar o funcionamento da produção e reprodução dos bens culturais – é o caso da análise da biografia sobre o Tio Patinhas.

Assim como Gabriel Cohn (1973), Miranda segue na discussão sobre o conceito de “massa”. O capítulo 1, *Os mitos*, Miranda destaca: “Os trinta últimos anos, que descobriram o ‘século das comunicações’ e acabaram por transformá-lo em século das análises sobre comunicação, demonstraram, antes de qualquer outra coisa, que a interpretação do mundo, não só a vulgar, mas também a científica, é uma floresta de signos e mitos”. (Miranda, 1978: 13).

Com base na análise semiológica e mitológica, ligada principalmente a Roland Barthes, que permeia todo o livro, Miranda propõem a discussão dos principais conceitos relacionados à análise da comunicação. Tal como Gabriel Cohn que foca na ausência de fundamentação teórica do conceito de “massa” e na sua conseqüente carga ideológica, Miranda destaca o caráter de mito deste conceito que é o “próprio processo de ideologia burguesa”.

Em sua “fala despolitizada”, o mito da massa representou acima de tudo um papel fundamental na rearticulação ideológica que sucedeu aos estertores do liberalismo clássico. Colocando-se como categoria social inevitável, de passagem impugnou a existência categórica das classes, enquanto desmontava a velha teoria liberal, sem comprometer, contudo, a legitimidade do poder no Estado a que dera origem. (Miranda, 1978: 29-30)

A citação acima mostra mais uma vez que está presente em Cohn, primeiramente, que o problema que subjaz ao conceito de massa é que ele se opõe ou suplanta a existência das classes sociais e, por conseguinte, da dominação de classe. Desta maneira, Miranda analisa este conceito a partir das idéias de Gustave Le Bon e Wright Mills que foram desenvolvidas num campo permeado pela ideologia burguesa. Neste sentido, a idéia

de massa teve um duplo papel: o de rearticulação ideológica dos pressupostos burgueses e de suplantação da idéia de existência das classes. E,

[...] como todo mito, procura impor uma crença, e a serviço de uma ideologia. O mito da massa recusa possibilidade às ações coletivas, e propõe como substitutas fugas individuais (para os quais os *media* fornecem os meios). O mito da massa nega racionalidade à consciência coletiva, e a nega também ao indivíduo por ser sua consciência socialmente condicionada. Numa palavra, o mito da massa nega o próprio homem, que, animalizado, deve conformar-se à sua pseudo condição de objeto histórico (Miranda, 1978: 32-33).

Seguindo esta perspectiva, no capítulo 2, *Monolitos*, Miranda dá continuidade à crítica ao conceito de massa e, a partir da linha de raciocínio de Umberto Eco, faz inferências sobre algumas “estórias de quadrinhos” é o caso de *Steve Canyon*, *Superman* e *Peanuts*. O propósito é mostrar que não há uma recepção unívoca dos produtos culturais, os quadrinhos mostram que,

Na verdade a “massificação” obtida seria aquela correspondente a uma intenção do produtor visando encontrar produtos aceitos por um mercado diversificado, isto é, dar-se-ia uma “massificação” ao nível do consumo, sem que, no entanto, isso corresponda a uma padronização dos significados transmitidos, recebidos e aceitos. A “massificação” ao nível do consumo, explica-se assim pela multi-significação do produto, e não pela padronização do consumidor (Miranda, 1978:51).

Este raciocínio não deixa de ser um avanço significativo, principalmente no meio acadêmico brasileiro, que estava fortemente influenciado pelo conceito de massa, por um lado, ou pelo conceito de indústria cultural, do outro. Aqui aparece, mais nitidamente, o propósito de Miranda que é encontrar as brechas do sistema.

O capítulo 3, *Frutos*, debate a seguinte questão: se as análises dos defensores de uma sociedade ou cultura de massa naturalizavam a idéia de que estas massas são um conglomerado homogêneo e acrítico de indivíduos, as perspectivas “culturalistas” de Adorno, Horkheimer e Morin, por exemplo, apesar de suspeitar do conceito de “massa”, não conseguem avançar no sentido da desmistificação pois debitam grande importância à forma como “as massas” são monopolizadas e como elas estão envoltas num circuito fechado.

Chegamos a um ponto em que as perspectivas de Cohn e Miranda, em certa medida, divergem. Cohn focou na importância conceitual e teórica dos escritos de Adorno e Horkheimer, especialmente, mostrando que a análise crítica adotada por eles era um avanço significativo no entendimento da relação entre os sistemas simbólicos e sociais na sociedade capitalista contemporânea. Já Miranda, possivelmente por sua preocupação em encontrar as “brechas do sistema”, focou sua análise na idéia de manipulação e fetichização das massas apontada pelos frankfurtianos do que propriamente na dimensão crítica (ver capítulo 2 desta dissertação) que estes autores estavam chamando à atenção ao tratar da indústria cultural. Assim, Miranda tende a considerar apenas uma das várias dimensões contidas na teoria da indústria cultural, a saber, a dimensão de “sistema fechado”.

Neste mesmo capítulo, ele analisa as idéias de McLuhan, o qual defende que os meios de comunicação são uma extensão do homem. Para Miranda, mais uma crença que não contribui para desmistificar mitos e ideologias presentes na sociologia da comunicação, antes, contribui para reforçar a ideologia dominante ao “amortecer os

conflitos na aguda área da indústria cultural” (p. 65), enaltecer a tecnologia e a aceitar a noção de massa de forma acrítica.

No capítulo IV (*Consciência, consciências*), Miranda coloca “Toda essa introdução visou a se constituir numa limpeza de área inspirada na afirmação de Gabriel Cohn de que 'As noções básicas que orientam as versões dominantes da análise sociológica da comunicação e da cultura em sociedades contemporâneas carecem de valor teórico [...]’” (p. 67). Aqui ele mostra a relação consciência / inconsciência presente em alguns ideólogos do conceito de massa, como Mills, e a idéia de consciência de classe é suplantada por este conceito, como já afirmado. E, seguindo o caminho trilhado por Cohn, ele coloca:

Enfim, tudo o que se pretende afirmar é que a cultura de “massas”, na forma em que a conhecemos, longe de contribuir ou demonstrar a sociedade de classes, só é possível em seus quadros. Tal como se apresenta, é o fruto de uma sociedade de classes, sem a qual não sobreviveria. E chamá-la a testemunhar o desaparecimento das classes, a emergência inevitável de sociedade vertical de sentido manipulatório, pode ser um equívoco dos ingênuos, mas é, antes de mais nada, o processo ideológico tal como descrito por Mannheim. É o esforço diariamente realçado de isolar os indivíduos para impedir-lhes a organização da consciência e colocá-los sob a tutela do mito. (Miranda, 1978: 79)²⁷.

O tema das classes surge, assim, como um dos aspectos centrais da leitura dos frankfurtianos no “grupo uspiano” a partir da interpretação de Cohn que se projeta nos seus discípulos. Nos capítulos V (*Indústria cultural: a mensagem de duas cabeças*) e VI (*indústria cultural: a moeda caiu em pé*) Miranda trata, respectivamente, da dimensão ideológica presente no jornalismo político analisando o papel do jornalista e do

²⁷ Miranda aqui, ao contrário de Cohn, não problematiza a noção de ideologia em Mannheim e nem discorre detalhadamente sobre o que ele entende por “processo ideológico tal como descrito por Mannheim”. Como, para fins deste trabalho, não é nosso objetivo discutir a teoria da ideologia, não nos ateremos a este ponto. Assim, demarcamos apenas que Cohn se aprofunda muito mais nestes conceitos do que Miranda.

empresário do veículo midiático, e no outro capítulo, a forma através da qual determinadas matérias jornalísticas são apresentadas ao público (número de linhas, tamanho, etc.). No capítulo VII (*mercadorias*) Miranda defende que, mesmo no jornalismo político onde há forte intencionalidade ideológica do empresário em manipular determinadas mensagens, é possível ser feita uma leitura crítica por parte do público ou que este “passasse por alto certas conotações ideológicas não correspondentes a seu próprio estereótipo” (p. 116); e, o VIII (*biografia crítica do Tio Patinhas*) é um estudo de caso da indústria do lazer. Todos estes capítulos culminam na perspectiva fulcral que Miranda adota em seu texto, diga-se de passagem, a idéia de que os produtos da indústria cultural possuem multi-significados, incitam “chaves de fruição diferenciadas” e penetram de formas múltiplas nas mais diversas camadas sociais – temas discutidos no capítulo IX (*Anonimato (ou inconclusão)*). Mas, é preciso não perder de vista que:

Seus objetos [da indústria cultural], não importa o que comuniquem, atendem a necessidades e são projeções da cultura dominante. São passíveis de serem construídos e interpretados conforme as aspirações das diferentes camadas sociais e, todavia, seu papel social é um só, seu significado cultural é único.

O capitalismo, introduzindo a técnica, a ciência e o modelo de racionalidade de raiz positivista banuiu as formas mágicas pelas quais o homem supria suas necessidades de compreender e controlar o mundo. E a “Era da Ciência” propôs a supressão das necessidades humanas pela utopia da abundância promovido pelo desenvolvimento técnico, a explicação do mundo e da sociedade pela “racionalidade” comtiana, e seu controle pela “democracia”. Contudo, tais promessas não foram cumpridas, nem mostraram-se passíveis de serem sustentadas. (Miranda, 1978: 160)

E completa:

Nesse quadro, a ânsia de compreender e controlar o mundo volta a solicitar formas mágicas de satisfação. E um certo esforço corre nesse

sentido, pela revivescência da magia e a prosperidade das seitas religiosas mais místicas. Contudo, a “racionalidade” ainda presente impedia que a solução proviesse apenas deste plano. E é neste momento que se incluem, que passam a ser fabricadas maciçamente os objetos culturais, provenientes da indústria do lazer (Miranda, 1978: 161)

Assim, os bens culturais sejam eles uma telenovela ou uma história em quadrinhos fornecem aos indivíduos “pseudo-universos” que incitam a idéia de um possível controle sobre a “realidade” apresentada. Este refúgio no lazer, aponta Miranda, não é novo. O que é novo é a forma industrial com que estes bens são produzidos e a maneira como são apresentados – o lazer é colocado como a “conquista da humanidade” (p. 162), mas, de fato, tem o propósito de mascarar as insatisfações reais da sociedade.

No capítulo IX há um contato maior com a perspectiva da teoria crítica. A idéia de que o lazer como refúgio sempre existiu, mas que na sociedade contemporânea capitalista e industrializada ganha novos contornos indica claramente a linha de pensamento proposta por Adorno, Horkheimer, Marcuse. A frase, defendida por Miranda em que: “O que é novíssimo é propor a substituição do ato de amor constituído pelo esforço de construir uma sociedade mais capaz de satisfazer as aspirações humanas, pelo ato masturbatório de obter satisfação individual por esforço mínimo de imaginação em um pseudo-universo isolado” (p. 162) enfatiza mais uma vez a influência da Teoria Crítica. Como afirma Gabriel Cohn no prefácio do livro:

Com isso, a análise caminha para apanhar uma dimensão no mais das vezes negligenciada no estudo da comunicação e da cultura em sociedades como a nossa: aquela das *condições de produção* de bens culturais, tendo em vista as implicações disso para sua circulação e consumo e, sobretudo, para a maneira pela qual essas condições estão presentes no próprio produto. (Cohn *apud* Miranda, 1978: 11).

Se até o capítulo IV, Miranda operou em termos da “Sociologia Sistemática”, tal qual tipificada por Florestan Fernandes, a partir deste capítulo ele se detém mais numa espécie de “Sociologia Descritiva” preocupada “com 'os elementos e os fatores sociais nas próprias condições reais em que operam” (Costa, 2009: 423), mais um ponto que o diferencia de Cohn. De modo geral, para Orlando Miranda o conceito de indústria cultural é uma chave analítica importante, mas apresenta alguns “pontos cegos”, por exemplo a idéia de que as “massas” formam um todo homogêneo. Contrariamente a Waldenyr Caldas que utiliza a teoria desenvolvida por Adorno e Horkheimer como os pilares principais de suas análises. Como veremos adiante.

4.1.3 – Waldenyr Caldas e o Acorde na Aurora

Com a inserção da indústria cultural, a música sertaneja transformou-se numa peça a mais da máquina industrial do disco. Ao mesmo tempo, não temos dúvida de que ela tem sua gênese no meio rural, na música caipira. Seu surgimento deu-se graças à indústria cultural que, segundo Theodor W. Adorno, transforma o folclore mediante o uso que dele faz. A partir desse momento, começamos a estudar o processo de urbanização da música sertaneja e o significado ideológico de sua utilização no novo meio. E aqui detectamos seu estatuto sociológico. Trata-se de uma modalidade musical dirigida às camadas inferiores da população e cujo resultado é senão o recrudescimento da própria alienação inerente a esses estratos sociais o que é facilmente verificável no discurso das canções. É nas horas de lazer do proletariado que os meios de comunicação de massa mais divulgam a música sertaneja [...] (Caldas, 1977: XIX – XX).

São estas idéias, apresentadas já na introdução, que formam o pilar central de *Acorde na aurora: música sertaneja e indústria cultural*. Caldas tem, como objeto de pesquisa, a música sertaneja; como objetivo, o desnudar do sentido ideológico da mesma; como teoria, as análises adornianas sobre música e indústria cultural. O capítulo 1,

urbanização da música sertaneja, é sem dúvida o capítulo mais importante em termos da perspectiva teórica adotada. Adorno aqui é o guia central.

Para Caldas, a sociedade contemporânea capitalista produz bens culturais, pautados na ideologia do sistema com o intuito de maximizar o consumo e o lucro, mesmo que não seja de “boa qualidade” – a expressão vem aqui aspeada mas, no texto de Caldas, tem um sentido hierárquico mesmo entre “má” e “boa” qualidade, tal qual Adorno atribuía aos produtos da indústria cultural em detrimento da cultura anterior. As “massas”²⁸ são manipuladas e, por estarem presas à ideologia dominante, seguem o regime político vigente sem questioná-lo. “Por isso, reforçamos nosso ponto de vista, que é a diretriz básica deste trabalho: a função da indústria cultural não é a de satisfazer o gosto popular, mas sim a de explorá-lo, ainda que de forma velada. E é isso que, evidentemente, ocorre com a música sertaneja” (p. 2).

Ao longo do livro de Waldenyr Caldas, os textos mais utilizados são: *A indústria cultural* da coletânea *Comunicação e indústria cultural* (1971) organizada por Gabriel Cohn e *O fetichismo da música e a regressão da audição* da Coleção Os Pensadores (1975). Para Caldas, a indústria cultural aprimora cada vez mais suas técnicas de manipulação, principalmente nos países desenvolvidos. Em países como o Brasil, defende ele, onde a formação cultural é precária, as técnicas não precisam ser tão sofisticadas para manipular cada vez mais. A standardização do grotesco já é suficiente.

²⁸ Caldas, em muitos momentos de seu texto, mesmo adotando claramente o conceito de indústria cultural, utiliza a expressão “as massas” para indicar um conjunto homogêneo de pessoas que sofrem a influência de uma mesma ideologia. Apesar de Cohn fazer várias ressalvas sobre a utilização deste conceito, é bem verdade que Adorno não o abandona caracterizando a perspectiva de que, cada vez mais, o sistema amplia seu escopo de dominação para um número crescente de pessoas - “as massas” - e, provavelmente, Caldas segue neste sentido.

É de grande importância, ademais, perceber-se que, nos primórdios da música sertaneja, quando a indústria cultural ainda não a tinha açambarcado na sua totalidade, quando ela ainda era expressão cultural de uma coletividade homogênea, os compositores sertanejos eram mais ou menos livre para escolher e explorar os temas das suas canções. Nessa fase, a música sertaneja era, ainda, mais rural que urbana: seus componentes formais eram extraídos da música caipira; hoje não são mais, decorrendo daí uma das razões de serem consideradas duas modalidades musicais deferentes. (Caldas, 1977: 3)

Se antes as músicas caipiras tematizavam a sobrevivência do homem do campo, seus problemas com relação ao trabalho; a música sertaneja, decorrente da caipira, com fins mercadológicos e no ambiente urbano, prioriza o tema do amor. Citando Adorno, ele considera que esta mudança é uma típica representação em que a arte popular “‘perde, através de sua domesticação civilizadora, o elemento de natureza resistente e rude, que lhe era inerente enquanto o controle social não era total’” (Adorno *apud* Caldas, 1977: 6).

A partir deste ponto, Caldas faz análise da música “Meu Carango” da dupla Leo Canhoto e Robertinho mostrando como a urbanização da música caipira e a sua inserção no sistema da indústria cultural deturpa este estilo e gera um outro: a música sertaneja de caráter urbano. Com isso, veio a proliferação de duplas sertanejas, o crescimento da indústria do disco e sua conseqüente ampliação na forma de manipular as massas. As duplas são levadas a produzir “enlatados culturais” com o mesmo ritmo, a mesma composição melódica, o mesmo tema. O público, por sua vez, não tem autonomia para escolher o que quer ouvir.

O *kitsch* impera e a música sertaneja apesar de voltada para o proletário, não é uma música proletária, tanto que “é nas horas de lazer do proletariado que os meios de comunicação de massa mais divulgam a música sertaneja, rotulando-a 'arte do povo' [...]”

(p. XX). Forte marca do processo de manipulação que a indústria da música imprime. É a típica “música ligeira” pautada na redundância e repetição massiva. O interessante da análise de Caldas é que ele mostra a passagem da música caipira (rural) para a música sertaneja (urbanizada) no período dos anos 1920 para os de 1930, principalmente neste último período. E considera a formação de uma indústria cultural já a partir dos anos de 1930, diferentemente de outras análises – Gisela Taschner (1987), por exemplo – as quais levam em conta que só é possível falar numa indústria cultural brasileira, propriamente dita, a partir de meados da década de 1960, quando a estruturação do capitalismo monopolista de caráter tardio juntamente com a formação de conglomerados comunicacionais, de caráter empresarial, e a expansão das telecomunicações propiciaram o deslanchar de um mercado cultural no Brasil aos moldes da indústria cultural.

Ainda no capítulo I, o autor trata dos vários tipos de consumidor e as formas de consumir a música sertaneja e como este estilo de canção chega a outros meios de comunicação como o cinema (1934) e as revistas especializadas (1958). O tema das classes aparece aqui no viés da manipulação da classe proletária que, submetida a lógica da indústria do disco, é levada insistentemente a consumir produtos de baixa qualidade e alienantes. O tema das classes aparece como um dos elementos centrais, só que diferentemente de Cohn e Miranda que tratam mais em termos teóricos – como este conceito é suplantado em algumas análises – Caldas foca na classe operária e como ela estava à mercê do sistema dominante.

Seguindo este percurso, o capítulo II, *Convergências e distinções com a música popular*, mostra que as temáticas e o estilo das músicas sertanejas são voltados para uma determinada classe, a proletária, e que a chamada música popular – MPB (Caetano

Veloso, Chico Buarque) – é típica do gosto da classe média efetivando um “preconceito de classe” com relação ao primeiro estilo de música. O capítulo III, *Convergências e distinções com a música caipira*, trata de como a música caipira, representativa do povo rural paulista, foi sendo incorporada pela indústria cultural e transformada em música sertaneja massificada e difusora da ideologia dominante. E, o capítulo IV gira em torno dos programas de auditório de música sertaneja:

A literatura sociológica dedicada aos aspectos teóricos da comunicação de massa e em especial à televisão aumentou significativamente a partir da década de cinquenta. De lá pra cá sua tendência é disseminar ainda mais, dada a importância cada vez maior desse veículo de comunicação na sociedade contemporânea. Assim é que – mantendo a mesma diretriz do nosso estudo até agora –, não pretendemos, neste capítulo, tratar das implicações teóricas em si, mas valer-nos delas para a análise dos programas de auditório de música sertaneja - “Canta Viola” e “Show da viola” - mostrando de forma sistemática, como funciona ideologicamente a televisão, enquanto um componente a mais da indústria cultural nas sociedades subdesenvolvidas (Caldas, 1977: 91-92).

Não apenas neste capítulo, mas também nos anteriores a preocupação em identificar os elementos ideológicos da indústria cultural é o que consubstancia a análise de Waldenyr Caldas. Estes programas representam um “laboratório” de possíveis estrelas da música sertaneja que apresentem boas perspectivas comerciais e que cativem a massa. “A qualidade não é, obviamente, cogitada e, conseqüentemente, nada além da maior manipulação ideológica é acrescentada ao cotidiano das massas” (p. 93). Os valores culturais, então, são tratados ideologicamente, movidos pela lógica do consumo e do lucro. É com este propósito que Caldas analisa, mais uma vez, o comportamento do

público diante da recepção destas músicas e do seu discurso ideológico nos anos 1930. E, em termos de conclusão ele ressalta:

Há uma lacuna muito grande entre música sertaneja e música caipira. Apesar de a primeira ter utilizado determinados elementos estético-formais da segunda, hoje, em nada mais elas se identificam. Enquanto a música sertaneja tem, hoje, uma função alienante para seu grande público, distanciando-o da sua realidade concreta, através do uso que a indústria cultural dela faz, a música caipira, bem ou mal, ainda possui a função de evitar a desagregação social do caipira paulista através das manifestações lúdicas, profissionais e religiosas. (Caldas, 1977: 145).

Caldas, não considera que este tipo de música seja arte devido ao seu caráter estético redundante em termos de forma e conteúdo, mas como um produto a mais da indústria cultural na tarefa de difundir a ideologia burguesa num contexto, a partir da década de 1930, em que o homem do campo chega à cidade e sofre um processo forçado de urbanização e conseqüente proletarização. No decurso do livro vimos como é central a perspectiva frankfurtiana com relação ao processo de produção e distribuição dos bens culturais e como a ideologia e as classes estão presentes – compondo o arcabouço teórico do autor. Também ficou claro que Caldas já defende a existência de uma indústria cultural desde os anos 1920 e 1930, contrariamente a Maria Arminda Arruda a qual defende que a formação e consolidação de uma indústria cultural no Brasil só foi possível nos quadros de um capitalismo monopolista de caráter tardio, o que está mais de acordo com o próprio conceito de indústria cultural.

4.1.4 – Maria Arminda Arruda e a Embalagem do Sistema

Vista a partir dos dias de hoje, a reflexão está ancorada em três pilares fundamentais, responsáveis pelo argumento central que a atravessa: o diálogo com a orientação analítica dominante no momento, o marxismo, matizado pela teoria crítica, especialmente na vertente adorniana; a emergência do sistema de indústria cultural pondo novos problemas à compreensão do país; o sufocamento originado na ausência de liberdade, na prática da repressão, no uso corriqueiro da violência como instrumento do poder do Estado. (Arruda, 2004: 18)²⁹.

Assim como apontado no capítulo 1, a associação com o autoritarismo e, por conseguinte, com as classes responsáveis pelo Golpe Militar, que estavam na base do poder e foram as responsáveis pela montagem da indústria cultural no país fizeram com que o tema das classes fosse um dos eixos centrais para entender o contexto brasileiro. Apesar da indústria cultural da época ser permeada por pessoas ligadas à esquerda (ver capítulo 1), quem de fato estava no poder e abria às portas para o desenvolvimento da mesma eram as classes dominantes do país. Em entrevista Arruda considera: “No meu caso, especialmente, [o foco estava] mais ligado à questão da reprodução e, portanto, dos esquemas de produção e aí o marxismo entrava até mais. Era uma exploração da visão marxista presente nos frankfurtianos” (Entrevista realizada no dia 06/06/08 na USP). Assim como Cohn, Miranda, Caldas o tema das classes aparece permeando o discurso estruturador da obra *A embalagem do sistema: a publicidade no capitalismo brasileiro*.

De acordo com Maria Arminda Arruda, a publicidade é, então, encarada como a instância que permitia a articulação entre produção de mercadorias e criação de bens simbólicos como parte indispensável da reprodução do sistema capitalista em sua fase monopolista e tardia. “Daí a importância atribuída ao movimento da reprodução da forma

²⁹ Retirado do prefácio à segunda edição (2004). A primeira edição saiu em 1985.

mercadoria nas suas expressões palpáveis e ideológicas, enquanto atributo particular da cultura dominante...” (p. 19). O tema da modernização acompanha a todo instante as análises então desenvolvidas, neste aspecto, o papel econômico e simbólico da publicidade ganha relevo. Mas,

A idéia primeira deste trabalho prendia-se a uma preocupação teórica geral. Ou seja, estávamos interessados, naquele momento, em rebater, a partir de uma pesquisa empírica, a noção de massa social. Para tanto, pretendíamos captar, através de uma análise das mensagens da televisão, os processos de decodificação, ou mais especificamente, contribuir para o debate do papel dos *mass media* na formação da consciência de classe. De saída, nos defrontamos com um problema que dizia respeito ao fato de estarmos pretendendo discutir a noção de massa, freqüente na literatura norte-americana, dentro dos próprios parâmetros dessa literatura. Isto é, dificilmente fugiríamos de uma análise voltada para os efeitos, o que só poderia ser apreendido em termos comportamentais, pois a questão de conectar a práxis e as mensagens difundidas pelos veículos exige tantas mediações que tal projeto era de todo inviável. Nesse quadro de preocupações, dirigimos nossas leituras para as obras da *Escola de Frankfurt*, especialmente as produzidas por Adorno e Horkheimer, cujos textos têm como eixo analítico básico a noção de indústria cultural. Isso significa um privilegiamento dos processos de produção sobre os de recepção. (Arruda, 2004: 27)

É a indústria cultural que permite fazer a ponte entre bens culturais e sociedade. As formas de produção e a maneira como estes bens culturais se tornam fundamentalmente mercadorias no capitalismo monopolista é, para Arruda, um dos pontos principais da contribuição dos frankfurtianos para o objeto, a publicidade, a que se propõe trabalhar. Maria Arminda Arruda acrescenta que, nestes termos, as classes são o “epicentro da pesquisa” na medida em que a ideologia dominante, da classe dirigente, é a responsável pela reprodução de um sistema que é alienante e opressor. A cultura se transforma em ideologia na medida em que “satisfaz porque promete simplesmente, mas não realiza a sua

promessa” (p. 33) e para ocupar este vazio da promessa não realizada, da frustração por não alcançar o desejado, a *publicidade* entra no processo de reprodução e mascaramento do sistema como peça fundamental.

Se na publicidade o que é imediato é o “produto na sua forma concreta” ainda que carregue consigo determinadas mensagens ideológicas; na indústria cultural, sistema maior, o imediato é o próprio discurso ideológico (p. 33). Este “duplo movimento”, nas palavras de Arruda, são constitutivos de um mesmo processo, mas, para os fins do trabalho ela foca na “*publicidade enquanto um componente fundamental da acumulação capitalista na etapa monopolista*” (p. 33-34) no sentido de tentar compreender a dinâmica tardia do capitalismo brasileiro.

É por esse enfoque que algumas interpretações consideram as análises feitas neste período em que escreve Arruda, 1970, uma leitura materialista do conceito de indústria cultural (Rüdiger, 1998b) por focar, essencialmente, no processo de produção relacionado a estrutura do capitalismo monopolista. Na realidade, Arruda pretende mostrar como a publicidade, enquanto mecanismo de reprodução ideológica e ampliação do consumo, só se faz presente, de maneira decisiva, no âmbito de uma sociedade capitalista em sua constituição monopolista.

Arruda destaca então no capítulo 1, *Monopolismo e publicidade*, as fases que o capitalismo passou até chegar a etapa contemporânea que é a monopolista: “O ponto de partida a ser tomado é a própria acumulação capitalista que, no processo de reprodução em escala cada vez mais ampliada, aumenta a massa de riqueza produzida, ocasionando tanto a concentração quanto a centralização” (p. 36). A ampliação da escala de produção; o processo em que cada vez mais a propriedade dos meios de produção e da força de

trabalho se concentram em torno de monopólios; a diversificação crescente dos produtos; e, a busca pela maximização do lucro e acumulação do capital formam a estrutura necessária para a consolidação do capitalismo monopolista que se articula com a publicidade para a otimização dos resultados pretendidos.

Ainda no capítulo 1, Maria Arminda Arruda mostra como a publicidade sai de seu caráter experimental e é levada, devido a sua crescente importância, a se organizar em empresas cada vez mais especializadas e requeridas como parte integrante do sistema capitalista na medida em que “contribui para abreviar o tempo de circulação das mercadorias, acelerar a rotação do capital e reforçar as necessidades de consumo.” (p. 73). Se antes ela era suporte, na fase monopolista, ela é central.

O capítulo 2, *A dinâmica tardia*, trata do processo de industrialização brasileira relacionado às características e tipos de anúncios e propagandas de cada período desde o nascimento e consolidação do capitalismo industrial (1888–1933), passando pela industrialização restringida (1933-1955) e a pesada (1955-1961) culminando na fase da formação de monopólios (a partir de meados de 1960). Esta última fase, como já mencionado, caracterizada pela expansão de empresas voltadas exclusivamente para a publicidade e o marketing dos produtos.

O terceiro e último capítulo, *A hipertrofia retardatária*, mostra uma série de gráficos e tabelas com a importância crescente do mercado publicitário no Brasil acentuando o papel dos investimentos feitos pelo Estado autoritário brasileiro, principalmente nos anos de 1970, e o crescimento das empresas no ramo.

A análise de Maria Arminda Arruda, a nosso ver, é fortemente marcada pela sociologia de Florestan Fernandes e pela preocupação em situar o debate nos processos de

modernização pelos quais a sociedade brasileira passava, através das perspectivas da economia e de João Manuel Cardoso de Melo, Fernando Henrique Cardoso, Celso Furtado, Baran e Sweezy. Juntamente com a sociologia da comunicação, e aí a influência de Gabriel Cohn tanto no direcionamento da temática das classes como no papel da ideologia dominante, são os contornos de *A embalagem do sistema*, o que forma um amálgama entre a produção teórica elaborada pelos frankfurtianos, externa portanto, e as teorias desenvolvidas no contexto latino-americano na tentativa de entender os países subdesenvolvidos ou de desenvolvimento tardio. Todos estes elementos a permitiram analisar, à luz do conceito de indústria cultural, a consolidação da publicidade *nos moldes brasileiros*.

Os “moldes brasileiros” e a conjuntura sócio-histórica que propiciou o desenvolvimento do capitalismo monopolista tardio pautado na racionalização do sistema e no caráter empresarial no âmbito da cultura é também tema de Gisela Taschner – análise que se segue.

4.1.5 – Gisela Taschner e o Jornalismo Político

Para que a indústria cultural possa assumir todas as características que lhe são inerentes é preciso que o modo de produção capitalista já tenha atingido certo grau de amadurecimento, o qual diz respeito tanto ao processo de concentração e centralização do capital, ao grau de desenvolvimento técnico e financeiro como à sua contraface: a forma assumida pelas relações sociais, a qual se caracteriza por um domínio progressivo do capital sobre o trabalho e sobre o conjunto da sociedade. (Taschner, 1987: 23).

Novamente, a centralidade da dominação de classe presente aqui e nos outros textos que constituem o *corpus* deste trabalho mostra que esta é a chave interpretativa do conceito de “indústria cultural” proposta por Cohn e adotada, de maneiras diferentes, por seus orientandos. E, assim como Arruda, Taschner considera: “(...) naquele contexto parecia mais fácil de reconhecer, na realidade, os fenômenos aos quais se referiam a Escola de Frankfurt. Realmente, uma estrutura de mídia aberta, extremamente autoritária contribuía para isso” (entrevista concedida 03/03/08)

O texto inicia com a exposição do conceito de indústria cultural tal qual formulado pelos frankfurtianos. A autora ressalta que, a partir dos escritos de Adorno e Horkheimer, é possível considerar que as principais categorias de análise são: mediação e ideologia. Categorias que se referem a determinadas condições históricas, a saber, a sociedade contemporânea em sua feição capitalista que desenvolve um tipo de cultura voltada para a lógica de produção e distribuição de mercadorias culturais.

É preciso acentuar, segundo Taschner, que “A indústria cultural desenvolve-se lentamente no capitalismo e consolida-se junto com a fase monopolista deste” (p. 23). Assim como Maria Arminda Arruda, Taschner chama atenção para a forma como as

mensagens seguem a racionalidade empresarial tanto na produção quanto na distribuição das mercadorias culturais e como as empresas, de forma crescente, se unem em complexos empresariais concentrados do ponto de vista técnico e centralizados do ponto de vista do capital, para usarmos suas próprias palavras. Esta indústria, juntamente com a publicidade, tem por objetivo a busca pelo lucro e, por consequência, a domesticação e nivelamento da cultura que atende agora as demandas exclusivas do mercado.

Com isso, a falsa idéia, fruto da ideologia dominante, de que a “indústria cultural 'dá ao público o que ele quer'” (p. 26) cria uma “falsa consciência” da realidade. Assim, no Brasil, o capitalismo de caráter tardio esteve lado a lado com a consolidação da indústria cultural, diante de tal constatação, Gisela Taschner levanta as seguintes questões: “como se constituiu a nossa indústria cultural? Como a imprensa tornou-se parte dela? As nossas relações com o capitalismo avançado não a teriam afetado?” (p. 30)

Estas e de outras indagações norteiam a autora a tomar como estudo de caso dois jornais: *Última Hora* e *Notícias Populares* para analisar a **pré-história** da indústria cultural do que propriamente a indústria cultural já consolidada. O livro, assim, é dividido em quatro partes: *Introdução*, cujos principais argumentos já foram expostos acima; *Imprensa da integração*, composta por cinco capítulos (“Liberais e populistas”, “Rompendo o silêncio”, “Combinando o produto”, “Cedendo terreno” e “A mensagem e a empresa”) que analisa a história e como se deu a constituição dos jornais *Última Hora* e *Notícias Populares*; *Imprensa da crise* que vai do capítulo 6 ao 11, respectivamente, “Transformações e conflitos”, “Emergindo o contraponto”, “Imitando pelo avesso”, “Procurando o impacto”, “O cerco fechado”, “Rumo à indústria cultural” que analisa

como estes jornais sofreram transformações que culminaram na organização dos mesmos em empresas comerciais; a quarta parte é a *Conclusão*.

Da primeira página à última, o objetivo é mostrar como as transformações históricas no bojo do capitalismo tardio e das demandas sociais levaram *Última Hora* e *Notícias Populares* a serem representativos de um movimento geral de muitos veículos de comunicação que foram levados a formar conglomerados na indústria cultural. No concernente aos jornais ela destaca:

Foram jornais que, em sua relação contrapontística, expressam uma cisão aberta no interior das classes dominantes, talvez já a partir de 1930 – mas que se acirrou após 1945 e chegou a seu desfecho em 1964 – ao nível da relação que estabeleceram ou pretenderam estabelecer com as classes populares urbanas. Ambas as facções jogaram oligarquicamente por cima da cabeça destas classes, mas seus efeitos foram diferentes. Uma lhes concedia cidadania, ainda que parcial e sob controle. A outra, nem isso, embora sonhasse, paradoxalmente, com o dia em que estaria à altura do conceito de cidadania que imaginava. (Taschner, 1987:153).

“Produtos híbridos”, como denomina Taschner ambos os jornais mesclaram tanto as características de um “jornal de causa” com um “jornal da indústria cultural”, mesmo regidos pela lógica da política. E acrescenta:

Como empresa, ambas fracassaram. (Chegaram a ser empresas?) Entretanto, o sucesso da fórmula adotada na mensagem e a “oportunidade de mercado” que representavam, pela própria situação de suas empresas, permitiram que *Última Hora* e *Notícias Populares* fossem absorvidos em 1965 por uma cadeia em formação no bojo da nova fase em que ingressava nosso capitalismo. Suas mensagens, doravante subordinadas à empresa, passariam a ser integralmente mercadorias. Teriam agora não só as técnicas mas também a lógica da indústria cultural. (Taschner, 1987: 154).

Em suma, Gisela Taschner mostrou que a lógica que regiam os grupos comunicacionais, no caso do jornalismo, mudou com o passar do tempo e que a consolidação de um capitalismo monopolista tardio fez com que a técnica e os princípios da indústria cultural se imbricassem formando os grandes conglomerados.³⁰

4.2 – Em termos comparativos

A exposição acima analisou como cada autor, denominado por nós, de “Grupo Paulista de sociologia da comunicação” tratou a idéia de indústria cultural e como esta teoria esteve relacionada com os outros argumentos de cada texto: Gabriel Cohn e Orlando Miranda, numa discussão mais teórica, preocupados em analisar e desconstruir ideologias e mitos presentes nas teorias sobre a comunicação; Waldenyr Caldas (com a Música Sertaneja), Maria Arminda Arruda do Nascimento (com a Publicidade) e Gisela Taschner (com os Jornais) partiram para pesquisas mais empíricas, mas sem desconsiderar o debate teórico em torno da noção de indústria cultural.

Com relação à Teoria Crítica, todos utilizam mais de um texto, principalmente de Theodor Adorno. Os mais freqüentes foram:

1. Theodor Adorno

- “A indústria cultural” – coletânea organizada por Gabriel Cohn (1971)
- Prismas – Gabriel Cohn usa a versão alemã de 1963; Miranda, Caldas, Arruda e Taschner, a versão espanhola de 1962 (Editora Ariel).

³⁰ Gisela Taschner dá continuidade a análise dos conglomerados jornalísticos no livro *Folhas ao vento: análise de um conglomerado jornalístico no Brasil* que analisa a consolidação do “Grupo Folhas” enquanto indústria cultural propriamente dita.

2. Theodor Adorno e Max Horkheimer

- Dialética del Iluminismo – versão espanhola de 1971 (Editorial Sur, S.A) por Arruda e Taschner, ou ainda o texto “A indústria cultural: o iluminismo como mistificação das massas”, versão brasileira da coletânea *Teoria da Cultura de massa* organizada por Luiz Costa Lima (1970) referenciada por Miranda.

3. Herbert Marcuse

- Eros and Civilization (Beacon Press, 1955), Eros e Civilização (Zahar, 1972) tratados, respectivamente, por Cohn e Miranda

4. Walter Benjamin

- A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica – da coletânea organizada por Luiz Costa Lima *Teoria da cultura de massa* (Editora Saga, S/D), texto utilizado por Miranda. Waldenyr Caldas usa a versão da Coleção Os Pensadores (Editora Abril, 1975)

Entretanto, o fundamental é que: o “grupo” pode ser entendido como tal por ter se valido, primeiro, do conceito de indústria cultural; segundo, por buscar trazer a suas análises temas como os de classe e ideologia – ponto central de interligação entre eles; e, terceiro, mas não menos importante, a leitura sistemática e pioneira realizada por Gabriel Cohn que abriu um leque de possibilidades de entender objetos de pesquisa diferentes sem perder de vista o “programa de trabalho” que ele propôs. Evidentemente, por serem

objetos diferentes demandaram enfoques diferentes o que não descaracteriza a unidade do grupo, ou a polifonia, para usarmos a expressão do capítulo 2 desta dissertação. Em suma,

Naquele momento, não estou nem falando dos estudos do professor Gabriel Cohn propriamente, mas dos seus alunos como a Gisela, o Waldenyr mesmo, o Miranda, eu e outros, houve uma certa torção que foi o privilegiamento da dimensão da produção e reprodução. Isto foi central e isto houve sim e mostra que não foi mera importação porque era preciso naquele momento, no Brasil, tratar disso: a conexão com os processos de modernização, da modernização capitalista avassaladora que o Brasil vivia. (Entrevista com Maria Arminda Arruda concedida em 06/06/08).

Devido a esta torção, relativa a aproximação com o Brasil, estes trabalhos ainda têm muito a contribuir nos estudos sobre comunicação não apenas na sociologia, mas também em outras áreas ligadas ao tema.

Breves considerações

Teoria é uma palavra que vem da raiz grega, *theoria*, e significa privilegiar a visão. Neste sentido, a teoria social, a partir de construtos teórico-conceituais, busca compreender a realidade social sob diferentes ângulos e é fortemente marcada por discursos, práticas e perspectivas de análise diversas.

São os discursos e práticas relacionados à sociologia da comunicação na USP e à recepção do conceito de indústria cultural no Brasil dos anos de 1970 que permeou todos os argumentos defendidos aqui. Como apontado no capítulo 4, “sem compreender tanto as idéias como o lugar social desses intelectuais é impossível apreender o movimento geral da sociedade brasileira.” (Bastos, 2002: 183). Seguindo o caminho do “movimento geral” a partir da industrialização e modernização brasileiras sob os desígnios do capitalismo monopolista tardio e do regime ditatorial, burocrático e militar chegamos ao ponto em que a consolidação da indústria cultural brasileira passou a suscitar interesse crescente dos intelectuais no país. Assim, os três elementos – capitalismo monopolista, indústria cultural e ditadura militar – foram fundamentais para que, no campo da sociologia, pudesse ser pensado quais as teorias e conceitos capazes de compreender esta realidade.

Seja através da busca sistemática de conceitos que pudessem ser referências para o estudo da relação entre “sistemas simbólicos” e “sistemas sociais” como é o caso da perspectiva de Gabriel Cohn; seja na tentativa de entender o processo de modernização através da música popular (Waldenyr Caldas), da publicidade (Maria Arminda Arruda) ou do jornalismo (Gisela Taschner) ou ainda de trabalhar criticamente os conceitos à luz de exemplos concretos da indústria cultural (Orlando Miranda). O fato é que a teoria da

indústria cultural como formulada por Adorno e Horkheimer pareceu ser, à época, a “força motriz teórica” mais válida para entender o contexto brasileiro.

Dando ênfase ao elemento classista desta teoria, Cohn (1973) influenciou toda uma geração que, por sua vez, estava inserida nas discussões e influências do tipo de sociologia desenvolvido na USP pautadas por grandes temáticas como classe, desenvolvimentismo, trabalho, entre outros. Desta forma, a recepção do conceito de indústria cultural aqui esteve atrelada à tradição de entender os processos de modernização do país.

E, apesar do impulso inicial da década de 1970 não ter tido continuidade e a comunicação ter se diluído, com o passar do tempo, na sociologia brasileira – basta observar as publicações dos periódicos nacionais e os grupos de trabalhos nos congressos para verificar que a comunicação, como dizia Cohn (1973), tornou-se uma variável dependente nas pesquisas. Ainda é possível e necessário fazer uma nova “limpeza sistemática do terreno” à luz dos novos processos que vêm acontecendo na comunicação, a exemplo da internet, da TV digital, entre outros. E, o mais importante, recuperar a dimensão do “como tratar sociologicamente a comunicação”. Portanto, mais do que conclusões, esta dissertação aponta para um horizonte de possibilidades, a partir do pioneirismo do grupo uspiano, em que é possível trazer para o debate sociológico a análise sobre comunicação articulada aos diversos processos sociais.

Referências Bibliográficas

ADORNO, Theodor. “A indústria Cultural”. In: Cohn, Gabriel (org). **Comunicação e Indústria Cultural: leituras de análise dos meios de comunicação na sociedade contemporânea e das manifestações de opinião pública, propaganda e cultura de massa nessa sociedade**. 4 ed., São Paulo: Editora Nacional, 1978a.

_____. “Televisão, consciência e indústria Cultural”. In: Cohn, Gabriel (org). **Comunicação e Indústria Cultural: leituras de análise dos meios de comunicação na sociedade contemporânea e das manifestações de opinião pública, propaganda e cultura de massa nessa sociedade**. 4 ed., São Paulo: Editora Nacional, 1978b.

_____. *Textos Escolhidos*. In: **Coleção Os Pensadores**. São Paulo, Abril Cultural, 1980.

_____. **Indústria cultural e sociedade**. Seleção de textos Jorge Mattos Brito de Almeida. Coleção Leitura, n. 51, São Paulo: Paz e Terra, 2002.

_____. **Palavras e sinais: modelos críticos 2**. Tradução de Maroa Helena Ruschel. Rio de Janeiro: Vozes, 1995.

_____. **Textos escolhidos**. Coleção Os Pensadores. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1999.

_____. “Moda intemporal: sobre o Jazz”. In: ADORNO, Theodor. **Prismas: crítica cultural e sociedade**. Tradução de Augustin Wernet e Jorge Mattos Brito de Almeida. São Paulo: Ática, 2001.

ADORNO, Theodor & HORKHEIMER, Marx. **Dialética do Esclarecimento: fragmentos filosóficos**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1985.

ALBERTO, Sérgio. O mundo na década de 70. **Revista Manchete**. Edição Especial, São Paulo, p. 13-15, 25 de março de 1970.

ARAÚJO, William. “Nas sendas da indústria cultural: a observação participante do jovem Lins da Silva. In: MELO, José Marques e GOBBI, Maria Cristina (orgs.). **Pensamento comunicacional Latino-americano: da pesquisa denúncia ao pragmatismo utópico**. São Bernardo do Campo: UESP, 2004.

ARRUDA, Maria Arminda. **A embalagem do sistema: a publicidade no capitalismo brasileiro**. 2 ed. São Paulo, EDUSC, 2004.

ASSOUM, Paul-Laurent. **A Escola de Frankfurt**. São Paulo: Editora Ática, 1991.

BAER, Werner. *A economia Brasileira*. São Paulo: Nobel, 1996.

BARBOSA, Marialva. “Paradigmas de construção do campo comunicacional”. In: Weber, Maria Helena et al. **Tensões e Objetos da pesquisa em comunicação**. Porto Alegre: Sulina, 2002.

BARDIN, Laurence. **A análise de conteúdo**. Rio de Janeiro: Edições 70, 1977.

BARROS, Antonio e DUARTE, Jorge. “Disseminação da teoria crítica na universidade brasileira: estudo de caso do grupo comunicacional da UNB. In: MELO, José Marques e GOBBI, Maria Cristina (orgs.). **Pensamento comunicacional Latino-americano: da pesquisa denúncia ao pragmatismo utópico**. São Bernardo do Campo: UESP, 2004a.

BARROS, Antonio e DUARTE, Jorge. “Luiz Beltrão: perfil intelectual”. In: HOHLFELDT, Antonio e GOBBI, Maria Cristina (orgs.). **Teoria da comunicação: Antologia de pesquisadores brasileiros**. Porto Alegre: Sulina, 2004b.

BASTOS, Elide Rugai. “Pensamento social da Escola Sociológica Paulista”. In: MICELI, Sérgio (org.). **O que ler na ciência social brasileira (1970-2002)**. São Paulo: Editora Sumaré; Brasília: CAPES, 2002.

BAUER, Martin W. “A análise de conteúdo clássica: uma revisão”. In: BAUER, M.; GASKELL, George (org.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**. Petrópolis: Vozes, 2002a.

BAUER, M. AARTS, B. “A construção do *corpus*: um princípio para a coleta de dados qualitativos”. In: BAUER, M.; GASKELL, George (org.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**. Petrópolis: Vozes, 2002b.

BENJAMIN, Walter. “A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica”. In *Coleção os Pensadores: Benjamin, Adorno, Horkheimer, Habermas*. São Paulo, Victor Civita, 1980.

BOLAÑO, César. **Indústria cultural, informação e capitalismo**. São Paulo: Hucitec / Polis, 2000.

BOSI, Ecléa. **Cultura de massa e cultura popular: leituras de operárias**. 10 ed. Petrópolis: Vozes, 1986.

CALDAS, Waldenyr. **Acorde na aurora: música sertaneja e indústria cultural**. São Paulo: Editora Nacional, 1977.

CANO, Wilson. “Brasil: o sonho acabou?”. In: **Soberania e política econômica na América Latina**. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

CAPARELLI, Sérgio. **Comunicação de massa sem massa**. 3. ed. São Paulo: Summus, 1986.

CARDOSO, Fernando Henrique; FALETO, Enzo. *Dependência e desenvolvimento na América Latina*. 7ª Ed. São Paulo: Zahar, 1984.

CARDOSO, Fernando Henrique. "Originalidade da Cópia: a CEPAL e a idéia de desenvolvimento". In: *As idéias e seu lugar*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1993.

CARVALHO, Katia de. "Revista Tempo Brasileiro, 20 anos: Índice geral". **Revista Tempo Brasileiro**, Rio de Janeiro, (71): 91-146, out.-dez. 1982.

CHACON, Vamireh (org.). **Humanismo e comunicação de massa**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1970.

COHN, Gabriel. **Sociologia da Comunicação: teoria e ideologia**. São Paulo: Pioneira, 1973.

_____. **Comunicação e Indústria Cultural: leituras de análise dos meios de comunicação na sociedade contemporânea e das manifestações de opinião pública, propaganda e cultura de massa nessa sociedade**. 4 ed. São Paulo: Editora Nacional, 1978.

_____. "Introdução: Adorno e a teoria crítica da sociedade". In: COHN, Gabriel (org.). **Theodor W. Adorno. Coleção Grandes Cientistas Sociais**. São Paulo: Ática, 1986.

_____. Difícil reconciliação: Adorno e a dialética da cultura. **Lua Nova**, São Paulo, n. 20, p. 5-18, maio, 1990.

_____. Esclarecimento e Ofuscação: Adorno e Horkheimer hoje. **Lua Nova**, São Paulo, v. 43, n. 43, p. 5-24, 1998.

_____. "Florestan Fernandes: A integração do negro na sociedade de classes". In: MOTA, Lourenço Dantas (org.). **Introdução ao Brasil: um banquete no trópico**. 2. ed. São Paulo: Editora SENAC, 2002.

COSTA, Diogo Valença. As raízes ideológicas da sociologia de Florestan Fernandes: socialismo e crítica da dependência cultural nas ciências sociais brasileira. Parte II. **Tese** (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2009.

COUTINHO, Carlos Nelson. "Dois momentos brasileiros da escola de Frankfurt". In: **Cultura e Sociedade no Brasil: ensaios sobre idéias e formas**. Belo Horizonte, Oficina de Livros, 1990.

DUARTE, Rodrigo. **Teoria Crítica da Indústria Cultural**. Belo Horizonte, Editora da UFMG, 2003.

EAGLETON, Terry. “De Adorno a Bourdieu”. In: **Ideologia**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista; Editora Boitempo, 1997.

FAORO, Raymundo. **Os donos do Poder**. 4. Ed. Porto Alegre: Globo, 1977

FERNANDES, Florestan. **A condição de sociólogo**. São Paulo: HUCITEC, 1978.

_____. **A integração do negro na sociedade de classes**. 3. ed. São Paulo: Ática, 1978, 2v.

_____. **A Revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica**. 5 ed. São Paulo: Globo, 2006.

FESTA, Regina. “Movimentos sociais, comunicação popular e alternativa”. In: FESTA, Regina; SILVA, Carlos Eduardo Lins (orgs.) **Comunicação popular e alternativa no Brasil**. São Paulo: Paulinas, 1986.

FONSECA, Virgínia da Silveira. “Indústrias culturais e capitalismo no Brasil”. **Revista Em Questão**, Porto Alegre, v. 9, n. 2, p. 309-326, jul-dez., 2003.

FONSECA, Wilson Corrêa. “Análise de conteúdo”. In: DUARTE, Jorge e BARROS, Antônio (org). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. São Paulo, Editora Atlas, 2006.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 13 ed. São Paulo: Nacional, 1975.

FRANCO, Marília. TV: Políticas, Teorias e Práticas Acadêmicas. **Revista USP**, Dossiê Televisão, São Paulo, n. 61, p. 116-127, mar-mai, 2004.

FREITAG, Bárbara & ROUANET, Sérgio Paulo. “ 'A Montanha Mágica' e a dialética da inversão. **Revista Tempo Brasileiro**, Rio de Janeiro, (41): 33-58, abr.-jun. 1975.

GIDDENS, Anthony. “Em defesa da sociologia”. In: **Em defesa da sociologia: ensaios, interpretações e réplicas**. São Paulo: Editora UNESP, 2001.

GOBBI, Maria Cristina. “Introdução: Contribuições brasileiras para os estudos comunicacionais”. In: HOHLFELDT, Antonio e GOBBI, Maria Cristina (orgs.). **Teoria da comunicação: Antologia de pesquisadores brasileiros**. Porto Alegre: Sulina, 2004.

GOLDSTEIN, Gisela Taschner. “A pesquisa sobre jornalismo impresso”. In: MELO, José Marques (org.). **Pesquisa em comunicação no Brasil: tendências e perspectivas**. São Paulo: Cortez, 1983.

GOLDENSTEIN, Lídia. “Dependência e subdesenvolvimento”. In: **Repensando a dependência**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. “Classes sociais”. In: MICELI, Sérgio (org.). **O que ler na ciência social brasileira (1970-1995): Sociologia**. São Paulo: Editora Sumaré; Brasília: CAPES, 1999.

HABERT, Nadine. **A década de 70: Apogeu e crise da Ditadura Militar brasileira**. São Paulo: Ática, Série Princípios, 1992.

HAMBURGER, Esther I. “Indústria cultural brasileira (vista daqui e de fora)”. In: MICELI, Sérgio (org.). **O que ler na ciência social brasileira (1970-2002)**. São Paulo: Editora Sumaré; Brasília: CAPES, 2002.

HORKHEIMER, Marx. **Teoria Crítica I**. São Paulo: Perspectiva, 1990.

IANNI, Octávio. **Imperialismo e cultura**. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1976.

JACKSON, Luiz Carlos. “Tensões e disputas na sociologia paulista (1940-1970)”. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 22, n. 65, out. 2007.

JAMBEIRO, Othon. **Canção de massa: as condições da produção**. São Paulo: Pioneira, 1975.

KATZ, Chaim Samuel; MUNERATO, Elice. et al. “Vocabulário de comunicação e cultura de massa”. **Revista Tempo Brasileiro**, Rio de Janeiro, (19-20): 159-186, (1968).

KREINZ, Glória. “Monopólio estatal e empirismo criativo: diferentes trajetórias do mercado televisivo na Espanha e no Brasil”. In: MELO, José Marques (org.) **Comunicação comparada: Brasil/Espanha**. São Paulo: Loyola, 1990.

LEAL FILHO, Laurindo. “Quarenta Anos Depois, a TV Brasileira Ainda Guarda as Marcas da Ditadura”. **Revista USP**, Dossiê Televisão, São Paulo, n. 61, pp. 40- 47, mar.-mai./2004.

LIMA, Luiz Costa (org.). **Teoria da cultura de massa**. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

LIMA, Venício A.. “A contribuição de G. Cohn para os estudos dos mídias no Brasil: um depoimento. In: WAIZBORT, Leopoldo. **A ousadia crítica: ensaios para Gabriel Cohn**. Londrina: Editora UEL, 1998.

LONDRES, Maria Cecília Garcia. “ 'Boquinhos Pintadas': o direito e o avesso do mito”. **Revista Tempo Brasileiro**, Rio de Janeiro, (40): 8-28, jan.-mar. 1975.

MACIEL, Louise Claudino. **Da teoria crítica à teoria estética: o pensamento crítico e a busca pelos resíduos de liberdade no mundo administrado**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Sociais) - Universidade Federal de Pernambuco. Defendida em 2008.

MARCUSE, Herbert. **A ideologia da sociedade industrial**. 6 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

MARX, Karl. “Para a crítica da economia política do capital: o rendimento e suas fontes. In: **Coleção Os Pensadores**. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

MATOS, Heloiza. “Propaganda oficial do Regime Militar no governo Médici”. **Comunicare: Revista de Pesquisa / Centro interdisciplinar de pesquisa**, Faculdade de comunicação Social Cásper Líbero, São Paulo, v. 4, n. 2, p. 19-22, 2º semestre, 2004.

MATOS, Olgária. “Introdução”. In: HORKHEIMER, Marx. **Teoria Crítica I**. São Paulo: Perspectiva, 1990.

_____. **A Escola de Frankfurt: luzes e sombras do iluminismo**. São Paulo: Moderna, 1993.

MEDINA, Carlos Alberto. “A pesquisa sobre música popular”. In: MELO, José Marques (org.). **Pesquisa em comunicação no Brasil: tendências e perspectivas**. São Paulo: Cortez, 1983.

MELO, José Marques. “A pesquisa em comunicação: trajetória latino-americana”. In: **Comunicação: teoria e política**. São Paulo: Summus, 1985.

_____. “Pensamento comunicacional luso-brasileiro”. In: **História do pensamento comunicacional: cenários e personagens**. São Paulo: Paulus, 2003.

_____. “Imprensa e capitalismo dependente”. In: HOHLFELDT, Antonio e GOBBI, Maria Cristina (orgs.). **Teoria da comunicação: Antologia de pesquisadores brasileiros**. Porto Alegre: Sulina, 2004.

MENEZES, José Eugênio de Oliveira. “Propaganda política e violência simbólica em tempos de ditadura”. **Comunicare: Revista de Pesquisa / Centro interdisciplinar de pesquisa**, Faculdade de comunicação Social Cásper Líbero, São Paulo, v. 4, n. 2, p. 15-17, 2º semestre, 2004.

MICELI, Sérgio. “Teoria e prática da política cultural oficial no Brasil”. In: MICELI, Sérgio (org). **Estado e Cultura no Brasil**. São Paulo: DIFEL, 1984.

MIGUEL, Luis Felipe. “Um ator influente: a mídia no Brasil”. In: **Política e mídia no Brasil: episódios da História recente**. Brasília: Plano Editora, 2002.

MINAYO, M.C.S., **O desafio do conhecimento**. São Paulo/ Rio de Janeiro: Hucitec/Abrasco, 1991.

MIRANDA, Orlando. **Tio Patinhas e os mitos da comunicação**. 2 ed. São Paulo: Summus, 1978.

_____. “Comunicação, linguagem e significado”. In: WAIZBORT, Leopoldo. **A ousadia crítica: ensaios para Gabriel Cohn**. Londrina: Editora UEL, 1998.

MORAES, Roque. “Análise de conteúdo”. **Revista Educação**: Porto Alegre, Ano XXII, Nº. 37, março 1999.

MORÁN, José Manuel. “A pesquisa sobre televisão”. In: MELO, José Marques (org.). **Pesquisa em comunicação no Brasil: tendências e perspectivas**. São Paulo: Cortez, 1983.

MOREL, Marco. “A pesquisa sobre cultura e comunicação popular”. In: MELO, José Marques (org.). **Pesquisa em comunicação no Brasil: tendências e perspectivas**. São Paulo: Cortez, 1983.

MUTZENBERG, Remo; ROCHA, Maria Eduarda da Mota ; SOARES, Paulo Marcondes Ferreira. “Theodor W. Adorno: pensar contra o pensamento é pensar o que desagrada ser pensado”. In: RIBEIRO, Adélia Miglievich; SOBOTTKA, Emil Albert; MUTZENBERG, Remo; et al (Orgs.). **A modernidade como desafio teórico: ensaios sobre o pensamento social alemão**. Porto Alegre: Edipucrs, 2008.

OLIVEIRA, Lucia Lippi. “Mestres e discípulos”. Retirado do site: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-69092000000100012&script=sci_arttext.

ORTIZ, Renato. “A Escola de Frankfurt e a questão da cultura”. **Revista Brasileira de Ciências sociais**, v.1, n.1, São Paulo, 1986.

_____. **A moderna tradição brasileira: cultura brasileira e indústria cultural**. 3. ed. São Paulo, Brasiliense, 1991.

_____. “Ciências sociais, globalização e paradigmas”. In: WAIZBORT, Leopoldo. **A ousadia crítica: ensaios para Gabriel Cohn**. Londrina: Editora UEL, 1998.

PAES, Maria Helena Simões. **A década de 60: rebeldia, contestação e repressão política**. 4. ed. São Paulo: Ática, Série Princípios, 1997. ORTIZ, Renato. “A Escola de Frankfurt e a questão da cultura”. **Revista Brasileira de Ciências sociais**, v.1, n.1, São Paulo, 1986.

PARISE, Normélia Maria. “Conceitos fundamentais para a arte a partir do romantismo alemão” (Retirado do site: <http://www.ichs.ufop.br/conifes/anais/FES/fes0602.htm>.)

PELLICCIOTTA, Mirza. Mobilizações estudantis nos anos 1970. In: MACHADO, Otávio Luiz; ZAIDAN, Michel e GROPPPO, Luís Antônio (orgs). **Juventude e Movimento Estudantil Brasileiro: Ontem e Hoje**. Recife: Editora UFPE, p. 179-212, 2008.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. “As Bases do Subdesenvolvimento”. In: **Economia Brasileira**. 3ª Ed. São Paulo, Editora 34, 1998.

PESSOA, Ana Carolina Temer. “Críticas à teoria crítica – repensando o impacto dos frankfurtianos nos estudos brasileiros de comunicação”. In: MELO, José Marques e GOBBI, Maria Cristina (orgs.). **Pensamento comunicacional Latino-americano: da pesquisa denúncia ao pragmatismo utópico**. São Bernardo do Campo: UESP, 2004.

PUTERMAN, Paulo. Indústria cultural: a agonia de um conceito. São Paulo: Perspectiva, 1994.

QUEIROZ, Adolpho Françoso. “Revisitando o golpe militar de 1964 na ótica da propaganda política”. **Comunicare: Revista de Pesquisa / Centro interdisciplinar de pesquisa**, Faculdade de comunicação Social Cásper Líbero, São Paulo, v. 4, n. 2, p. 15-17, 2º semestre, 2004.

QUEIROZ, Roberto. “A pesquisa sobre rádio”. In: MELO, José Marques (org.). **Pesquisa em comunicação no Brasil: tendências e perspectivas**. São Paulo: Cortez, 1983.

RAMOS, José Mário Ortiz. Tempos de repressão: o Estado prepara uma política cultural. In: **Cinema, Estado e Lutas culturais (anos 50/60/70)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

REIS JÚNIOR, Antônio. Telejornalismo nos anos 70. Adaptação de capítulo da **dissertação de mestrado** “As representações da diáspora nordestinas no documentário brasileiro (anos 1970/80)”, defendida na Escola de Comunicações e Artes - Universidade de São Paulo em 2003. Disponível em: <http://www.mnemocine.com.br/aruanda>.

REIS, Daniel Aarão. **Ditadura Militar, esquerdas e sociedade**. 3. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 2005.

RIDENTE, Marcelo. “Artistas e intelectuais no Brasil pós-1960”. **Tempo Brasileiro: revista de sociologia da USP**. São Paulo, 17 (1): 81-110, 2005.

ROCHA, Maria Eduarda da Mota. “Sob o signo da prosperidade: a publicidade brasileira depois do golpe”. In: A nova retórica do grande capital: a publicidade brasileira em tempos neoliberais. 2004. **Tese** (Doutorado em Sociologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

ROMANCINI, Richard. **O campo científico da comunicação no Brasil**. V. 1. Tese de doutorado (Programa de Pós-graduação em Ciências da Comunicação da Escola de

Comunicações e Arte da Universidade de São Paulo). Universidade de São Paulo. Defendida em 2006.

RUBIM, Antônio Albino Canelas. “A pesquisa sobre imprensa proletária”. In: MELO, José Marques (org.). **Pesquisa em comunicação no Brasil: tendências e perspectivas**. São Paulo: Cortez, 1983.

RUBIM, Antonio Albino Canelas; RUBIM, Lindinalva Silva Oliveira. “Televisão e Políticas Culturais no Brasil”. **Revista USP**, Dossiê Televisão, São Paulo, n. 61, p. 16-29, mar.-mai, 2004.

RÜDIGER, Francisco. Discussão sobre o receptor ativo na Escola de Frankfurt. **Revista FAMECOS**, Porto Alegre, n.8, p. 63-70, julho, 1998a.

_____. “Comunicação e indústria cultural: a fortuna da teoria crítica nos estudos de mídia brasileiros”. **Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, Vol. XXI, n. 2, p. 13-25, jul./dez. 1998b.

SANTOS, Maria Salett. “Pioneirismo e abnegação”. In: MELO, José Marques (org.). **Pesquisa em comunicação no Brasil: tendências e perspectivas**. São Paulo: Cortez, 1983.

SCHWARZ, Roberto. “Nacional por substituição”. In: BORNHEIM, Gerd; BOSI, Alfredo et al. **Cultura brasileira: tradição/contradição**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar / FUNARTE, 1987.

_____. “As idéias fora do lugar”. 3 ed. In: **Ao vencedor as batatas: forma literária e processo social do romance brasileiro**. São Paulo: Duas Cidades, 1988.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. **Adorno**. São Paulo: Publifolha, 2003 (Coleção Folha Explica).

SILVA, Carlos Eduardo Lins. As brechas da indústria cultural brasileira. In: Comunicação popular e alternativa no Brasil. São Paulo: Paulinas, 1986.

[SILVEIRA, Alex Ricardo Medeiros. “Da massa à cultura: notas para uma sociologia da comunicação”. Estudos de Sociologia – Revista do Programa de Pós-graduação de Sociologia da UFPE. Recife, V.11, n. 1 e 2, jan.-dez., 2005.](#)

SINGER, Paul. “Para além do neoliberalismo: a saga do capitalismo contemporâneo”. **Revista Perspectiva**, São Paulo: Revista da Fundação SEADE, v. 12, n. 2, p. 3-21, abr-jun, 1998.

SLATER, Phil. **Origem e significado da Escola de Frankfurt: uma perspectiva marxista**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1978.

SOARES, Paulo Marcondes Ferreira. “Tópicos de uma Teoria Social Crítica da Comunicação de Massa”, **ESTUDOS DE SOCIOLOGIA** - *Revista do Programa de Pós-graduação em Sociologia da UFPE*, Recife, v. 4, n.1, 1998.

SOARES, Jorge Coelho. “Marcuse e o Brasil”. São Paulo, 18/08/2008. Retirado do site: <http://www.digestivocultural.com/ensaios/ensaio.asp?codigo=267>.

TAR, Zoltán. (s.d), A Escola de Francoforte. São Paulo, Martins Fontes.

TASCHNER, Gisela. **Do jornalismo político à indústria cultural**. São Paulo, Summus, 1987.

_____. **Folhas ao vento: análise de um conglomerado jornalístico no Brasil**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1992.

TAVARES, Maria da Comunicação; ASSIS, J. Carlos. **O grande salto para o caos**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1985

ANEXO I

(Lista de teses e dissertações defendidas em 1960 e 1970 na Universidade de São Paulo)

Dissertações de mestrado (USP)

- Década de 1960

1. Autor: Luís Pereira
Título: A escola numa área metropolitana
Orientador: Prof. Dr. José Querino Ribeiro
Mestrado
Data de Defesa: 1960
Localização CAPH: não disponível
2. Autor: Duglas Teixeira Monteiro
Título: O norte do Paraná: elementos para sua interpretação
Orientador: Prof. Dr. Azis Simão
Mestrado
Data de Defesa: 1963
Localização CAPH: 818A
3. Autor: José Carlos Pereira
Título: Estrutura e expansão da indústria em São Paulo
Orientador: Prof. Dr. Florestan Fernandes
Mestrado
Data de Defesa: 1964
Localização CAPH: não disponível
4. Autor: Lourdes Solla
Título: Racionalização na indústria paulista
Orientador: Prof. Dr. Florestan Fernandes
Mestrado
Data de Defesa: 1964
Localização CAPH: não disponível
5. Autor: Celso de Rui Beisiegel
Título: Ação política e expansão na rede escolar

-
- Orientador: Prof. Dr. Florestan Fernandes
Mestrado
Data de Defesa: 1964
Localização CAPH: não disponível
6. Autor: Cláudio José Torres Vouga
Título: Direção das empresas industriais de São Paulo
Orientador: Prof. Dr. Florestan Fernandes
Mestrado
Data de Defesa: 1964
Localização CAPH: não disponível
7. Autor: Leônicio Martins Rodrigues Netto
Título: Manifestações e funções do conflito industrial em São Paulo
Orientador: Prof. Dr. Octávio Ianni
Mestrado
Data de Defesa: 1964
Localização CAPH: não disponível
8. Autor: José de Souza Martins
Título: Empresário e empresa na biografia do Conde Matarazzo
Orientador: Prof. Dr. Florestan Fernandes
Mestrado
Data de Defesa: 1966
Localização CAPH: não disponível
9. Autor: José Cesar Aprilanti Gnaccarini
Título: Formação da empresa e relação de trabalho no Brasil rural
Orientador: Prof. Dr. Florestan Fernandes
Mestrado
Data de Defesa: 1967
Localização CAPH: não disponível
10. Autor: Gabriel Cohn
Título: A política do petróleo no Brasil (1930-1954): monografia sobre a ação do Estado no desenvolvimento
Orientador: Prof. Dr. Florestan Fernandes
Mestrado
Data de Defesa: 1967
Localização CAPH: 734
11. Autor: Maria Suzana Eliezer de Barros
Título: Monografia sobre Benjamin Constant: o romântico e o político
Orientador: Prof. Dr. Ruy Galvão de Andrada Coelho
Mestrado

Data de Defesa: 1968
Localização CAPH: 575A

12. Autor: Marjan Fromer
Título: Custos da educação no ensino secundário na cidade de São Paulo
Orientador: Profa. Dra. Diva Benevides Pinho
Mestrado
Data de Defesa: 1969
Localização CAPH: não disponível
13. Autor: Raul Ximenes Galvão
Título: O planejamento econômico e social no Brasil e o desenvolvimento industrial. O plano decenal 1967-1976. Órgãos encarregados da política de industrialização
Orientador: Profa. Dra. Diva Benevides Pinho
Mestrado
Data de Defesa: 1969
Localização CAPH: 541A
14. Autor: Wlademir Pereira
Título: A evolução industrial paulista e suas conseqüências
Orientador: Prof. Dr. Ruy Galvão de Andrada Coelho
Mestrado
Data de Defesa: 1969
Localização CAPH: 577A
15. Autor: Eva Alterman Blay
Título: Mulher, escola, profissão: estudo sociológico do ginásio industrial na cidade de São Paulo
Orientador: Prof. Dr. Ruy Galvão de Andrada Coelho
Mestrado
Data de Defesa: 1969
Localização CAPH: 600A
16. Autor: Fernando Augusto Albuquerque Mourão
Título: A sociedade angolana através da literatura: a Luanda na obra de Castro Soro-menho
Orientador: Prof. Dr. Ruy Galvão de Andrada Coelho
Mestrado
Data de Defesa: 1969
Localização CAPH: 554A

- Década de 1970

1. Autor: Fábio João Zóccchio De Luca

Título: Técnicas de planejamento econômico educacional

Orientador: Prof. Dr. Carlos Marques Pinho

Mestrado

Data de Defesa: 1970

Localização CAPH: não disponível

2. Autor: Luiz Augusto de Queiroz Ablas

Título: Relações básicas homem-terra no Estado de São Paulo

Orientador: Prof. Dr. Heinrich Rattner

Mestrado

Data de Defesa: 1970

Localização CAPH: 603A

3. Autor: Antônio Norival Brito Rabelo

Título: Estudo de viabilidade de uma fundação educacional: estimativa da despesa-aluno de nível superior na capital de São Paulo

Orientador: Prof. Dr. Heinrich Rattner

Mestrado

Data de Defesa: 1970

Localização CAPH: 761A

4. Autor: Paulette Berger Goldenberg

Título: Desenvolvimento e saúde: a mortalidade infantil no município de São Paulo

Orientador: Prof. Dr. Carlos Marques Pinho

Mestrado

Data de Defesa: 1970

Localização CAPH: não disponível

5. Autor: Pedro Augusto Barotti de Carvalho

Título: O desenvolvimento regional da Grande São Paulo: aspectos do setor terciário

Orientador: Profa. Dra. Diva Benevides Pinho

Mestrado

Data de Defesa: 1970

Localização CAPH: não disponível

6. Autor: Ruth Corrêa Leite Cardoso

Título: O papel das associações juvenis na aculturação dos japoneses

Orientador: Prof. Dr. Florestan Fernandes

Mestrado

Data de Defesa: 1970

Localização CAPH: não disponível

7. Autor: Gilda Gouvêa Perosa

Título: O comportamento do estudante. Um estudo do radicalismo e do conformismo

Orientador: Prof. Dr. José Pastore

Mestrado

Data de Defesa: 11-06-1971

Localização CAPH: 751A

8. Autor: Antônio Carlos de Godoy

Título: Estudo sobre a formação da empresa industrial no Brasil (Votorantin)

Orientador: não disponível

Mestrado

Data de Defesa: 04-06-1971

Localização CAPH: não disponível

9. Autor: Maria Conceição D'Incao e Mello

Título: Absorção do migrante rural em Presidente Prudente

Orientador: Prof. Dr. Luís Pereira

Mestrado

Data de Defesa: 17-12-1971

Localização CAPH: 755A

10. Autor: Antônio Carlos Bôa Nova

Título: Clero e povo no catolicismo latino americano

Orientador: Profa. Dra. Maria Isaura Pereira de Queiroz

Mestrado

Data de Defesa: 29-12-1971

Localização CAPH: 765A

11. Autor: Carlos Moysés Andreotti

Título: Influência de algumas variáveis sócio-culturais sobre a produtividade agrícola do setor

rural de Brasília - 1966

Orientador: Prof. Dr. José Pastore

Mestrado

Data de Defesa: 03-12-1971

Localização CAPH: 759A

12. Autor: Cecília Helena Ornellas Renner

Título: Fertilidade e Migração rural urbana no distrito de São Paulo

Orientador: Cândido Procópio Ferreira de Camargo

Mestrado

Data de Defesa: 29-12-1971
Localização CAPH: 756A

13. Autor: Maria Thereza Caiuby Crescenti
Título: A profissionalização da religiosa: estudo de caso em São Paulo
Orientador: Profa. Dra. Maria Isaura Pereira de Queiroz
Mestrado
Data de Defesa: 22-09-1971
Localização CAPH: 740A

14. Autor: Sérgio Miceli Pessoa de Barros
Título: A noite da madrinha (ensaio sobre a indústria cultural no Brasil)
Orientador: Prof. Dr. Leôncio Martins Rodrigues Netto
Mestrado
Data de Defesa: 21-12-1971
Localização CAPH: 721A

15. Autor: Ana Maria Affonso Ferreira Bianchi
Título: Educação e mudança social. Um tema em debate
Orientador: Prof. Dr. José Pastore
Mestrado
Data de Defesa: 18-06-1971
Localização CAPH: 758A

16. Autor: Marússia de Brito Jambeiro
Título: Engenhos de rapadura: racionalidade do tradicional numa sociedade em desenvolvimento
Orientador: Profa. Dra. Maria Isaura Pereira de Queiroz
Mestrado
Data de Defesa: 16-09-1971
Localização CAPH: 733A

17. Autor: Othon Fernando Jambeiro Barbosa
Título: Canção popular e indústria cultural
Orientador: Prof. Dr. Ruy Galvão de Andrada Coelho
Mestrado
Data de Defesa: 29-09-1971
Localização CAPH: 444A

18. Autor: Teófilo de Queiroz Júnior
Título: Conceito de cor e a mulata na Literatura Brasileira
Orientador: Prof. Dr. Ruy Galvão de Andrada Coelho
Mestrado
Data de Defesa: 1971
Localização CAPH: 736N

19. Autor: Gilberto da Silva Alves

Título: Os produtores olerícolas do litoral Norte - uma tentativa de discussão do nível de conhecimento apresentado pelo produtor e o planejamento como controle social inovador

Orientador: Profa. Dra. Diva Benevides Pinho

Mestrado

Data de Defesa: 29-12-1972

Localização CAPH: 767A

20. Autor: Álvaro de Aquino e Silva Gullo

Título: Comunicação de massa e socialização do estudante

Orientador: Profa. Dra. Aparecida Joly Gouveia

Mestrado

Data de Defesa: 29-12-1972

Localização CAPH: 685A

21. Autor: Cecília Carmen Pontes Durão Coelho

Título: Produtores rurais de Campinas: tentativa de caracterização de um comportamento empresarial

Orientador: Profa. Dra. Maria Isaura Pereira de Queiroz

Mestrado

Data de Defesa: 27-12-1972

Localização CAPH: 683A

22. Autor: Antônio Carlos Sant'Ana Diegues

Título: Pesca e marginalização no litoral paulista

Orientador: Prof. Dr. Fernando Augusto Albuquerque Mourão

Mestrado

Data de Defesa: 05-10-1972

Localização CAPH: 52N

23. Autor: Ana Elisa Brito Garcia

Título: Contribuição para o estudo do arrendamento e parceria agrícola no Estado de São Paulo

Orientador: Profa. Dra. Maria Isaura Pereira de Queiroz

Mestrado

Data de Defesa: 28-12-1972

Localização CAPH: 692A

24. Autor: Geraldo Müller

Título: Periferia e dependência nacional - estudo de desenvolvimento do capitalismo no Rio Grande do Sul

Orientador: Prof. Dr. Luís Pereira

Mestrado

Data de Defesa: 13-12-1972

Localização CAPH: 657A

-
25. Autor: Angeluccia Bernardes Habert
Título: A fotonovela, forma e conteúdo
Orientador: Prof. Dr. Ruy Galvão de Andrada Coelho
Mestrado
Data de Defesa: 31-08-1972
Localização CAPH: 688A
26. Autor: Anna Perina Rabelo de Arruda
Título: Policultura e cooperativas agrícolas no Estado de São Paulo
Orientador: Profa. Dra. Diva Benevides Pinho
Mestrado
Data de Defesa: 29-12-1972
Localização CAPH: 696
27. Autor: Amélia Cohn
Título: Crise regional e planejamento: o processo de criação da SUDENE
Orientador: Prof. Dr. Luís Pereira
Mestrado
Data de Defesa: 22-12-1972
Localização CAPH: 686A
28. Autor: Cheywa Rojza Spindel
Título: População metropolitana - trabalho e habitação em estratos de baixa renda
Orientador: Prof. Dr. Heinrich Rattner
Mestrado
Data de Defesa: 28-12-1972
Localização CAPH: 720A
29. Autor: Enio Silveira
Título: Empresa e satelitização no campo - estudo de uma estância no Rio Grande do Sul
Orientador: Prof. Dr. Luís Pereira
Mestrado
Data de Defesa: 27-12-1972
Localização CAPH: 665A
30. Autor: Maria Coleta F. A. de Oliveira
Título: Família e reprodução
Orientador: Profa. Dra. Aparecida Joly Gouveia
Mestrado
Data de Defesa: 29-12-1972
Localização CAPH: 691A
31. Autor: Felícia Megumi Ogana
Título: O teatro brasileiro dos anos 30: um estudo sociológico
Orientador: Prof. Dr. Ruy Galvão de Andrada Coelho

Mestrado

Data de Defesa: 28-12-1972

Localização CAPH: 793A

32. Autor: Mário Innocentini

Título: Estado e sociedade - contribuição para o estudo do conceito de hegemonia na obra de Antônio Gramsci

Orientador: Prof. Dr. Oliveiros S. Ferreira

Mestrado

Data de Defesa: 21-12-1972

Localização CAPH: não disponível

33. Autor: Liana Sálvia Trindade

Título: O pensamento conservador e a síntese sociológica (estudo sobre o pensamento místico e

social de Joseph de Maistre)

Orientador: Prof. Dr. Ruy Galvão de Andrada Coelho

Mestrado

Data de Defesa: 13-11-1972

Localização CAPH: 701A

34. Autor: José Carlos Garcia Durand

Título: O arquiteto (estudo introdutório de uma ocupação)

Orientador: Prof. Dr. Luís Pereira

Mestrado

Data de Defesa: 27-11-1972

Localização CAPH: 693A

35. Autor: José Rodrigues Barbosa

Título: Estrutura ocupacional de São Caetano do Sul

Orientador: Prof. Dr. Leôncio Martins Rodrigues Netto

Mestrado

Data de Defesa: 29-12-1972

Localização CAPH: 694A

36. Autor: Guilherme Ferreira da Silva

Título: Formas de evasão em Lúcio Cardoso

Orientador: Prof. Dr. Ruy Galvão de Andrada Coelho

Mestrado

Data de Defesa: 26-12-1972

Localização CAPH: 678A

37. Autor: Luiz Eduardo Walderin Wanderley

Título: O Plano Trienal (1963-1965) e o desenvolvimento no Brasil

Orientador: Prof. Dr. José Pastore

Mestrado

Data de Defesa: 05-12-1972

Localização CAPH: 682A

38. Autor: Maria Célia Pinheiro Machado Paoli

Título: Desenvolvimento e marginalidade - um estudo de caso

Orientador: Prof. Dr. José de Souza Martins

Mestrado

Data de Defesa: 28-12-1972

Localização CAPH: 711A

39. Autor: Newton de Mello Quelho

Título: O agrarismo utópico no Nordeste

Orientador: Prof. Dr. Francisco Corrêa Weffort

Mestrado

Data de Defesa: 10-08-1972

Localização CAPH: 661A

40. Autor: Mauro Wilton de Souza

Título: Aspirações de alunos de Madureza em São Paulo

Orientador: Profa. Dra. Aparecida Joly Gouveia

Mestrado

Data de Defesa: 27-12-1972

Localização CAPH: 757A

41. Autor: Sedi Hirano

Título: Castas, estamentos e classes sociais - discussões teóricas preliminares

Orientador: Prof. Dr. Azis Simão

Mestrado

Data de Defesa: 29-12-1972

Localização CAPH: 706A

42. Autor: Heloisa Rodrigues Fernandes

Título: A força pública de São Paulo: origem, determinações e fundamentos históricos (1831-1926)

Orientador: Prof. Dr. Luís Pereira

Mestrado

Data de Defesa: 26-12-1972

Localização CAPH: 700A

43. Autor: Lamberto Puccinelli

Título: Graciliano - figura e fundo (análise sociológica da obra de Graciliano)

Orientador: Prof. Dr. Ruy Galvão de Andrada Coelho

Mestrado

Data de Defesa: 29-12-1972
Localização CAPH: 681A

44. Autor: Cleópatra Poli
Título: Atitudes de operários de procedência rural (transição ou incorporação à vida urbana)
Orientador: Prof. Dr. Ruy Galvão de Andrada Coelho
Mestrado
Data de Defesa: 28-12-1972
Localização CAPH: 690A

45. Autor: Odette Rosa da Silva
Título: Produtores de cacau da Bahia: caracterização sócio-econômica
Orientador: Profa. Dra. Maria Isaura Pereira de Queiroz
Mestrado
Data de Defesa: 26-12-1972
Localização CAPH: 684A

46. Autor: Ivete Tannus
Título: O sonho e a realidade na Obra de Álvares de Azevedo
Orientador: Prof. Dr. Ruy Galvão de Andrada Coelho
Mestrado
Data de Defesa: 16-06-1972
Localização CAPH: 659A

47. Autor: Timochenco Wehbi
Título: Brecht num outro tempo, num outro espaço: um estudo sociológico
Orientador: Prof. Dr. Ruy Galvão de Andrada Coelho
Mestrado
Data de Defesa: 12-10-1972
Localização CAPH: 676A

48. Autor: José Reginaldo Prandi
Título: Mensagem católica e mudança social no Brasil: 1940-1971
Orientador: Profa. Dra. Aparecida Joly Gouveia
Mestrado
Data de Defesa: 29-04-1974
Localização CAPH: 35N

49. Autor: Sônia Miceli Pessoa de Barros
Título: Imitação da vida: pesquisa exploratória sobre a telenovela no Brasil
Orientador: Prof. Dr. Leôncio Martins Rodrigues Netto
Mestrado
Data de Defesa: 1974
Localização CAPH: 67

-
50. Autor: Maria Tereza Leme Fleury
Título: A organização do trabalho na lavoura algodoeira paulista
Orientador: Profa. Dra. Maria Isaura Pereira de Queiroz
Mestrado
Data de Defesa: 07-08-1974
Localização CAPH: 39N
51. Autor: Maria Helena Rocha Antuniassi
Título: Multiplicidade tecnológica: a organização do trabalho na rizicultura do Estado de São Paulo
Orientador: Profa. Dra. Maria Isaura Pereira de Queiroz
Mestrado
Data de Defesa: 27-11-1974
Localização CAPH: 131
52. Autor: Jessita Maria Nogueira Moutinho
Título: A mulher operária
Orientador: Prof. Dr. José de Souza Martins
Mestrado
Data de Defesa: 13-12-1974
Localização CAPH: 89N
53. Autor: José Murari Bovo
Título: Desenvolvimento econômico e urbanização: influência do capital inglês na estrutura urbana da cidade de São Paulo
Orientador: Profa. Dra. Diva Benevides Pinho
Mestrado
Data de Defesa: 27-11-1974
Localização CAPH: 139N
54. Autor: Celso Frederico
Título: Momentos da falsa consciência': estudo com um grupo de trabalhadores
Orientador: Prof. Dr. Fernando Augusto Albuquerque Mourão
Mestrado
Data de Defesa: 24-06-1975
Localização CAPH: 49N
55. Autor: Maria Rita Garcia Loureiro
Título: Parceria e capitalismo: estudo de caso
Orientador: Prof. Dr. Luís Pereira
Mestrado
Data de Defesa: 09-09-1975
Localização CAPH: 147N

-
56. Autor: Dálcio Caron
Título: A composição educacional da mão-de-obra nas indústrias tradicionais e dinâmicas
Orientador: Prof. Dr. José Pastore
Mestrado
Data de Defesa: 03-03-1975
Localização CAPH: 124N
57. Autor: Heloísa Helena Teixeira de Souza Martins
Título: O sindicato e a burocratização dos conflitos de trabalho no Brasil
Orientador: Prof. Dr. Azis Simão
Mestrado
Data de Defesa: 22-12-1975
Localização CAPH: 30N
58. Autor: Manoel Cabral de Castro
Título: Migração e desempenho econômico: uma análise empírica
Orientador: Prof. Dr. José Pastore
Mestrado
Data de Defesa: 08-12-1975
Localização CAPH: 151N
59. Autor: Neiry da Costa Prima
Título: A equipe de saúde no hospital psiquiátrico
Orientador: Prof. Dr. Gabriel Cohn
Mestrado
Data de Defesa: 10-12-1975
Localização CAPH: 122N
60. Autor: Caio Fábio Atadia da Motta
Título: Avaliação do nível de satisfação dos moradores dos conjuntos habitacionais
Orientador: Prof. Dr. Fernando Augusto Albuquerque Mourão
Mestrado
Data de Defesa: 1975
Localização CAPH: 223N-1
61. Autor: Orlando Pinto de Miranda
Título: Tio Patinhas e o mito da comunicação
Orientador: Prof. Dr. Gabriel Cohn
Mestrado
Data de Defesa: 12-12-1975
Localização CAPH: 171N
62. Autor: Neide Soares de Oliveira
Título: O indivíduo e a ocupação
Orientador: Prof. Dr. Leôncio Martins Rodrigues Netto

Mestrado

Data de Defesa: 04-12-1975

Localização CAPH: 156N

63. Autor: Cláudio José Lopes Rodrigues

Título: O magistério secundário estadual da Paraíba - um estudo diacrônico

Orientador: Profa. Dra. Aparecida Joly Gouveia

Mestrado

Data de Defesa: 30-11-1976

Localização CAPH: 204N

64. Autor: Argelina Maria Cheibub Figueiredo

Título: Política Governamental e funções sindicais

Orientador: Prof. Dr. Leôncio Martins Rodrigues Netto

Mestrado

Data de Defesa: São Paulo, 1976

Localização CAPH: 125N

65. Autor: Graciette Borges da Silva

Título: Atitudes em relação à mulher numa cidade paulista

Orientador: Prof. Dr. José Carlos Pereira

Mestrado

Data de Defesa: 07-05-1976

Localização CAPH: 161N

66. Autor: Sílvia Maria Manfredi

Título: Uma interpretação sociológica do Programa Nacional de Alfabetização (incluído pelo decreto No 53.465 de 21-01-64)

Orientador: Profa. Dra. Aparecida Joly Gouveia

Mestrado

Data de Defesa: 01-12-1976

Localização CAPH: 206N

67. Autor: Ciro Juvenal Rodrigues Marcondes Filho

Título: Elementos para uma estética sociológica: um estudo de Lima Barreto

Orientador: Prof. Dr. Fernando Augusto Albuquerque Mourão

Mestrado

Data de Defesa: 15-01-1976

Localização CAPH: 48N

68. Autor: Maria Helena Oliva Augusto

Título: Intervencionismo estatal e ideologia desenvolvimentista (um estudo sobre a CODEPAR -

Companhia de Desenvolvimento Econômico do Paraná)

Orientador: Prof. Dr. Luís Pereira

Mestrado

Data de Defesa: 23-11-1976

Localização CAPH: 201

69. Autor: Waldenyr Caldas

Título: Acorde na Aurora - Música sertaneja e indústria cultural

Orientador: Prof. Dr. Gabriel Cohn

Mestrado

Data de Defesa: 1976

Localização CAPH: 152N

70. Autor: Annez Andrauz Troyano

Título: Estado e sindicalismo: o caso dos trabalhadores nas indústrias químicas e farmacêuticas de São Paulo

Orientador: Prof. Dr. Francisco Corrêa Weffort

Mestrado

Data de Defesa: 28-11-1977

Localização CAPH: 276

71. Autor: Elizabete Dória Bilac

Título: Trabalho e família: Análise das relações entre o modo de inserção no mercado de trabalho e a organização da vida familiar em grupos de trabalhadores de uma cidade paulista

Orientador: Profa. Dra. Eunice Ribeiro Duhrum

Mestrado

Data de Defesa: 1977

Localização CAPH: 249N

72. Autor: Sílvia de Almeida Prado

Título: A produção científica - um estudo com pesquisadores paulistas

Orientador: Prof. Dr. Leôncio Martins Rodrigues Netto

Mestrado

Data de Defesa: 06-12-1977

Localização CAPH: 280N

73. Autor: Rosa Maria Fischer Ferreira

Título: A favela como solução de vida: um estudo do papel dos grupos informais na participação social de classes populares em São Paulo

Orientador: Prof. Dr. Francisco Corrêa Weffort

Mestrado

Data de Defesa: 14-10-1977

Localização CAPH: 260

-
74. Autor: José Vicente Tavares dos Santos
Título: Colonos do vinho - estudo sobre a subordinação do camponês ao capital
Orientador: Prof. Dr. José de Souza Martins
Mestrado
Data de Defesa: 03-11-1977
Localização CAPH: 268N
75. Autor: Maria Cristina Aranha Bruschini
Título: Mulher e trabalho: estudo de algumas profissões de nível universitário
Orientador: Profa. Dra. Aparecida Joly Gouveia
Mestrado
Data de Defesa: 22-11-1977
Localização CAPH: 287N
76. Autor: Carmem Cinira Macedo P. de Moraes
Título: A reprodução da desigualdade: o projeto de vida familiar de um grupo operário
Orientador: Profa. Dra. Eunice Ribeiro Durham
Mestrado
Data de Defesa: 1977
Localização CAPH: 189
77. Autor: Itamar de Souza
Título: Migrações internas numa sociedade de classes
Orientador: Profa. Dra. Eva Alterman Blay
Mestrado
Data de Defesa: 28-12-1978
Localização CAPH: 387N
78. Autor: Edna Luisa de Melo Tovieira
Título: Etnografia de cesta Carajá
Orientador: Profa. Dra. Thekla Olga Martmann
Mestrado
Data de Defesa: 1978
Localização CAPH: 325N
79. Autor: Edgard Luiz Gutierrez Alves
Título: Fatores sócio-econômicos e adequação nutricional
Orientador: Profa. Dra. Aparecida Joly Gouveia
Mestrado
Data de Defesa: 29-05-1978
Localização CAPH: 318
80. Autor: Ana Cleide Chiarotti Cesário
Título: Industrialização e pequenos empresários em Londrina
Orientador: Prof. Dr. Leôncio Martins Rodrigues Netto

Mestrado

Data de Defesa: 16-11-1978

Localização CAPH: 357N

81. Autor: Lili Katsuco Kawamura

Título: Engenheiro: trabalho e ideologia

Orientador: Prof. Dr. Azis Simão

Mestrado

Data de Defesa: 24-01-1978

Localização CAPH: 291N

82. Autor: Patrícia Marta Dias Ferreira

Título: Adoção de inovações e desempenho econômico em uma área rural de baixa renda

Orientador: Profa. Dra. Aparecida Joly Gouveia

Mestrado

Data de Defesa: 28-11-1978

Localização CAPH: 359N

83. Autor: Ingrid Pera Anderson Sarti

Título: Estiva e política: estudo de caso no Porto de Santos

Orientador: Prof. Dr. Francisco Corrêa Weffort

Mestrado

Data de Defesa: 14-04-1978

Localização CAPH: 311

84. Autor: Niuvenius Junqueira Paoli

Título: A educação e seu objeto: um ensaio sobre as suas condições históricas no capitalismo

Orientador: Prof. Dr. Gabriel Cohn

Mestrado

Data de Defesa: 18-01-1978

Localização CAPH: 290N

85. Autor: Maria de Lourdes Manzini Covre

Título: A formação e a ideologia do administrador de empresa

Orientador: Prof. Dr. Heinrich Rattner

Mestrado

Data de Defesa: 15-12-1978

Localização CAPH: 370N

86. Autor: Lisbeth Ruth Rebollo Gonçalves

Título: Aldo Bonadei - introdução ao percurso de um pintor

Orientador: Prof. Dr. Ruy Galvão de Andrada Coelho

Mestrado

Data de Defesa: 20-03-1978
Localização CAPH: 303N

87. Autor: Maria Arminda do Nascimento Arruda
Título: A embalagem do sistema (estudo sobre a publicidade no capitalismo monopolista retardatário)
Orientador: Prof. Dr. Gabriel Cohn
Mestrado
Data de Defesa: 25-05-1979
Localização CAPH: 421

88. Autor: Maria da Glória Marcondes Gohn
Título: Classes populares, periferia urbana e movimento social urbano: o movimento das sociedades amigas de bairros em São Paulo
Orientador: Prof. Dr. Leôncio Martins Rodrigues Netto
Mestrado
Data de Defesa: 01-10-1979
Localização CAPH: 485N

89. Autor: Dulce Consuelo Andreatta Whitaker
Título: O vestibulando e a cultura legítima - análise do estudante brasileiro dentro do processo de urbanização
Orientador: Profa. Dra. Aparecida Joly Gouveia
Mestrado
Data de Defesa: 0--09-1979
Localização CAPH: 475N

90. Autor: Felícia Reicher Madeira
Título: As condições do trabalho da mulher e as condições de vida da família. O caso de Fortaleza 1971
Orientador: Profa. Dra. Aparecida Joly Gouveia
Mestrado
Data de Defesa: 03-07-1979
Localização CAPH: 451A

91. Autor: Izabel Fontenelle Picaluga
Título: Contribuição para o estudo dos partidos políticos brasileiros: o caso da UDN da Guanabara
Orientador: Prof. Dr. Francisco Corrêa Weffort
Mestrado
Data de Defesa: 07-03-1979
Localização CAPH: 406

92. Autor: Geraldo Giovanni
Título: Produção e consumo de medicamentos

Orientador: Prof. Dr. Luís Pereira
Mestrado
Data de Defesa: 05-06-1979
Localização CAPH: 429N

93. Autor: Luiza Branco Fernandes
Título: George Katona e a emergência da economia psicológica nos Estados Unidos
Orientador: Profa. Dra. Diva Benevides Pinho
Mestrado
Data de Defesa: 25-06-1979
Localização CAPH: 443N

94. Autor: Helena Carvalho de Lorenzo
Título: Origem e crescimento da indústria na região Araraquara' - São Carlos (1900- 1970)
Orientador: Profa. Dra. Diva Benevides Pinho
Mestrado
Data de Defesa: 31-07-1979
Localização CAPH: 459N

95. Autor: Raquel Gerber
Título: O mito da civilização Atlântica - Glauber Rocha e o Cinema Novo - cinema e sociedade
Orientador: Prof. Dr. Gabriel Cohn
Mestrado
Data de Defesa: 29-05-1979
Localização CAPH: 422N

96. Autor: Gisela Taschner Goldenstein
Título: Do jornalismo político à indústria cultural
Orientador: Prof. Dr. Gabriel Cohn
Mestrado
Data de Defesa: 04-06-1979
Localização CAPH: 428N

97. Autor: Henrique Altermani de Oliveira
Título: O papel do gás natural no desenvolvimento econômico e social da Argélia
Orientador: Prof. Dr. Fernando Augusto Albuquerque Mourão
Mestrado
Data de Defesa: 27-11-1979
Localização CAPH: 499N

98. Autor: Lia Zanotta Machado
Título: Política educacional e ideologia (a eternização do presente na ideologia dos secretários de educação)
Orientador: Prof. Dr. Luís Pereira

Mestrado

Data de Defesa: 08-06-1979

Localização CAPH: 430N

99. Autor: Sósia Goldenberg Rabin

Título: Relações Brasil-Angola através da imprensa brasileira (1930-1975)

Orientador: Prof. Dr. Fernando Augusto Albuquerque Mourão

Mestrado

Data de Defesa: 18-12-1979

Localização CAPH: 513N

100. Autor: Ruben César Keinert

Título: Regionalismo e anti-regionalismo no Paraná

Orientador: Prof. Dr. Luís Pereira

Mestrado

Data de Defesa: 17-05-1979

Localização CAPH: 413N

101. Autor: Yone Vittorello Castelo

Título: A gestação além dos nove meses: estudo exploratório sobre dinamismo psico-sociais subjacentes ao desempenho de papéis sociais

Orientador: Prof. Dr. Ruy Galvão de Andrada Coelho

Mestrado

Data de Defesa: 31-08-1979

Localização CAPH: 473N

Teses de Doutorado (USP)

- **Década de 1960**

1. Autor: Octávio Ianni

Título: O negro na sociedade de castas

Orientador: Prof. Dr. Florestan Fernandes

Data de Defesa: 1961

Localização CAPH: 16A

2. Autor: Fernando Henrique Cardoso

Título: Formação e desintegração da sociedade de castas: o negro na ordem escravocrata do Rio Grande do Sul

Orientador: Prof. Dr. Florestan Fernandes

Data de Defesa: 1961
Localização CAPH: 15A

3. Autor: Luís Pereira
Título: O magistério primário na sociedade de classes: contribuição ao estudo sociológico de uma ocupação na cidade de São Paulo
Orientador: Prof. Dr. Florestan Fernandes
Data de Defesa: 1961
Localização CAPH: não disponível
4. Autor: Juarez Rubens Brandão Lopes
Título: Relações industriais na sociedade tradicional brasileira: estudo de duas comunidades mineiras
Orientador: Prof. Dr. Florestan Fernandes
Data de Defesa: 1964
Localização CAPH: 781A
5. Autor: Maria Sylvia de Carvalho Franco Moreira
Título: Os homens livres na velha civilização do café
Orientador: Prof. Dr. Florestan Fernandes
Data de Defesa: 1964
Localização CAPH: 322A
6. Autor: Marialice Mencarini Foracchi
Título: O estudante e a transformação da sociedade brasileira
Orientador: Prof. Dr. Florestan Fernandes
Data de Defesa: 1964
Localização CAPH: 784A
7. Autor: Paul Israel Singer
Título: Desenvolvimento econômico sob o prisma da evolução urbana
Orientador: Prof. Dr. Florestan Fernandes
Data de Defesa: 1966
Localização CAPH: 887A
8. Autor: Roberto Cardoso de Oliveira
Título: Urbanização e tribalismo: a integração dos terena numa sociedade de classes
Orientador: Prof. Dr. Florestan Fernandes
Data de Defesa: 1966
Localização CAPH: 888A
9. Autor: Leôncio Martins Rodrigues Netto
Título: Atitudes operárias na empresa automobilística: estudo de um grupo de trabalhadores

Orientador: Prof. Dr. Florestan Fernandes
Data de Defesa: 1967
Localização CAPH: 490A

10. Autor: Francisca Isabel Siqueira Schurig Vieira
Título: Absorção do japonês em Marília
Orientador: Prof. Dr. Florestan Fernandes
Data de Defesa: 1967
Localização CAPH: 489A

11. Autor: Heinrich Rattner
Título: Localização da indústria e concentração econômica em São Paulo
Orientador: Prof. Dr. Paul Hugon
Data de Defesa: 1968
Localização CAPH: 524A

- Década de 1970

1. Autor: José Carlos Pereira
Título: Empresa industrial e desenvolvimento econômico no Brasil do pós-guerra
Orientador: Prof. Dr. Luís Pereira
Data de Defesa: 1970
Localização CAPH: 399A

2. Autor: Sol Biderman
Título: Messianismo e escatologia na literatura de cordel
Orientador: Prof. Dr. Rui Galvão de Andrada Coelho
Data de Defesa: 1970
Localização CAPH: 327A

3. Autor: José de Souza Martins
Título: A comunidade na sociedade de classes: estudo sociológico sobre imigrante italiano e seus descendentes no subúrbio de São Paulo (núcleo colonial de São Caetano)
Orientador: Prof. Dr. Luís Pereira
Data de Defesa: 1970
Localização CAPH: 374N

4. Autor: Walnice Nogueira Galvão
Título: As formas do falso. Um estudo sobre a ambigüidade no Grande Sertão: Veredas
Orientador: Prof. Dr. Ruy Galvão de Andrada Coelho

Data de Defesa: 1970

Localização CAPH: 307A

5. Autor: Fernando Augusto Albuquerque Mourão

Título: Os pescadores do litoral sul do Estado de São Paulo – um estudo de sociologia diferencial

Orientador: Prof. Dr. Ruy Galvão de Andrada Coelho

Data de Defesa: 14-12-1971

Localização CAPH: 287A

6. Autor: Gabriel Cohn

Título: Comunicação e cultura de massa – teoria e ideologia

Orientador: Prof. Dr. Luís Pereira

Data de Defesa: 10-12-1971

Localização CAPH: 205A

7. Autor: Lia de Freitas Garcia Fukui

Título: Parentesco e família entre sitiantes tradicionais

Orientador: Profa. Dra. Maria Isaura Pereira de Queiroz

Data de Defesa: 13-11-1972

Localização CAPH: 215A

8. Autor: Helga Hoffmann

Título: Desemprego e subemprego no Brasil

Orientador: Prof. Dr. Luís Pereira

Data de Defesa: 1972

Localização CAPH: 230A

9. Autor: José Cláudio Barriguelli

Título: O teatro, o político e o ideológico

Orientador: não disponível

Data de Defesa: 1972

Localização CAPH: 209

10. Autor: Mirian Limoeiro Cardoso

Título: Ideologia do desenvolvimento no Brasil JK-JQ

Orientador: Prof. Dr. Luís Pereira

Data de Defesa: 13-10-1972

Localização CAPH: 231

11. Autor: Javier Pérez Enciso

Título: O professor de ensino médio no Estado de Goiás – estudo da conjuntura e da estrutura

Orientador: Prof. Dr. Ruy Galvão de Andrada Coelho

Data de Defesa: 03-11-1972

Localização CAPH: 279A

12. Autor: Ruth Corrêa Leite Cardoso

Título: Estrutura familiar e mobilidade social – estudo dos japoneses no Estado de São Paulo

Orientador: Prof. Dr. Florestan Fernandes

Data de Defesa: 30-08-1972

Localização CAPH: não disponível

13. Autor: Roque de Barros Laraia

Título: Organização social dos tupi contemporâneos

Orientador: Prof. Dr. Luís Pereira

Data de Defesa: 30-10-1972

Localização CAPH: 278A

14. Autor: Teófilo de Queiroz Júnior

Título: O intelectual, ponto crítico da sociedade

Orientador: Prof. Dr. Ruy Galvão de Andrada Coelho

Data de Defesa: 11-10-1972

Localização CAPH: não disponível

15. Autor: Yolanda Lhullier dos Santos

Título: A imagem do índio na ficção do paraíso

Orientador: Prof. Dr. Ruy Galvão de Andrada Coelho

Data de Defesa: 10-08-1972

Localização CAPH: 623A

16. Autor: Celso de Rui Beisiegel

Título: A educação de adultos no Estado de São Paulo

Orientador: Prof. Dr. Luís Pereira

Data de Defesa: 1972

Localização CAPH: 335

17. Autor: Duglas Teixeira Monteiro

Título: Os errantes do Novo Século – um estudo sobre o surto milenarista do contestado

Orientador: Prof. Dr. Azis Simão

Data de Defesa: 09-03-1973

Localização CAPH: 202A

18. Autor: José Cesar Aprilanti Gnaccarini

Título: Estado, ideologia e ação empresarial na agroindústria açucareira do Estado de São Paulo

Orientador: Prof. Dr. Luís Pereira

Data de Defesa: 24-05-1973

Localização CAPH: 275A

19. Autor: Elter Dias Maciel

Título: O pietismo no Brasil: um estudo de sociologia da religião

Orientador: Prof. Dr. Fernando Augusto Albuquerque Mourão

Data de Defesa: 20-06-1973

Localização CAPH: 368N

20. Autor: Eva Alterman Blay

Título: A mulher e o trabalho qualificado na indústria paulista

Orientador: Profa. Dra. Maria Isaura Pereira de Queiroz

Data de Defesa: 28-03-1973

Localização CAPH: 332

21. Autor: José Jeremias de Oliveira Filho

Título: A obra e a mensagem: representações simbólicas e organização burocrática na Igreja Adventista do Sétimo Dia

Orientador: Prof. Dr. Luís Pereira

Data de Defesa: 29-05-1973

Localização CAPH: 200A

22. Autor: Léa Vinocur Freitas

Título: O nacionalismo musical no Brasil: das origens a 1945

Orientador: Prof. Dr. Ruy Galvão de Andrada Coelho

Data de Defesa: 28-07-1973

Localização CAPH: 272A

23. Autor: Lísias Nogueira Negrão

Título: Um movimento messiânico urbano: messianismo e mudança social no Brasil

Orientador: Profa. Dra. Maria Isaura Pereira de Queiroz

Data de Defesa: 23-03-1973

Localização CAPH: 196A

24. Autor: Lúcio Félix Frederico Kowarick

Título: Marginalidade urbana e desenvolvimento: aspectos teóricos do fenômeno na América Latina

Orientador: Prof. Dr. Leôncio Martins Rodrigues Netto

Data de Defesa: 01-06-1973

Localização CAPH: 262A

25. Autor: Maurício Vinhas de Queiróz

Título: Grupos econômicos e o modelo brasileiro

Orientador: Prof. Dr. Luís Pereira

Data de Defesa: 09-05-1973

Localização CAPH: 252A

-
26. Autor: Robert Norman Vivian Cajado Nicol
Título: A agricultura e a industrialização no Brasil (1850-1939)
Orientador: Prof. Dr. Heinrich Rattner
Data de Defesa: 30-09-1974
Localização CAPH: 139N
27. Autor: Paulo Argimiro da Silveira Filho
Título: Do lado da História: uma leitura crítica da obra de Althusser
Orientador: Prof. Dr. Gabriel Cohn
Data de Defesa: 17-12-1974
Localização CAPH: 101N
28. Autor: Odette Rosa da Silva
Título: Os homens do cacau: seus grupos sócio-econômicos, seus caracteres diferenciais, sua participação na empresa agrícola do cacau
Orientador: Profa. Dra. Maria Isaura Pereira de Queiroz
Data de Defesa: 19-12-1975
Localização CAPH: 148N
29. Autor: Marie Ghislaine Stoffels
Título: Os mendigos na cidade de São Paulo – ensaio na interpretação sociológica
Orientador: Prof. Dr. Leôncio Martins Rodrigues Netto
Data de Defesa: 1976
Localização CAPH: 219N
30. Autor: Francisco Cartaxo Rolim
Título: Pentecostalismo, gênese, estrutura e funções
Orientador: Profa. Dra. Maria Isaura Pereira de Queiroz
Data de Defesa: 21-01-1977
Localização CAPH: 224N
31. Autor: Gilberto F. Vasconcelos
Título: A ideologia curupira – análise do discurso integralista
Orientador: Prof. Dr. Gabriel Cohn
Data de Defesa: 30-06-1977
Localização CAPH: 246N
32. Autor: José Reginaldo Prandi
Título: O trabalhador por conta própria sob o capital
Orientador: Profa. Dra. Aparecida Joly Gouveia
Data de Defesa: 28-09-1977
Localização CAPH: 257N
33. Autor: Kazadi Wa Mukuna
Título: O contato musical transatlântico: contribuição Bantu na música popular brasileira

Orientador: Prof. Dr. Fernando Augusto Albuquerque Mourão
Data de Defesa: 05-07-1977
Localização CAPH: 250N

34. Autor: Robert Henry Srouer
Título: Modos de produção: elementos da problemática
Orientador: Prof. Dr. Francisco Corrêa Weffort
Data de Defesa: 26-06-1977
Localização CAPH: 243

35. Autor: Sérgio Miceli Pessoa de Barros
Título: Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-1945)
Orientador: Prof. Dr. Leôncio Martins Rodrigues Netto
Data de Defesa: 19-05-1978
Localização CAPH: 314

36. Autor: Eli Diniz Cerqueira
Título: Empresário e Estado no Brasil: 1930-1945
Orientador: Prof. Dr. Francisco Corrêa Weffort
Data de Defesa: 06-04-1978
Localização CAPH: 307

37. Autor: José Álvaro Moisés
Título: Classes populares e protesto urbano
Orientador: Prof. Dr. Francisco Corrêa Weffort
Data de Defesa: 12-12-1978
Localização CAPH: 364

38. Autor: Chejwa Rojza Spindel
Título: A hegemonia do café e as mudanças nas relações sociais de produção: formação e uso da força de trabalho no Estado de São Paulo
Orientador: Prof. Dr. Heinrich Rattner
Data de Defesa: 30-10-1978
Localização CAPH: 350N

39. Autor: Heloisa Rodrigues Fernandes
Título: O militar como categoria social
Orientador: Prof. Dr. Luís Pereira
Data de Defesa: 02-03-1978
Localização CAPH: 297N

40. Autor: Claude Lepine
Título: Contribuição ao estudo do sistema de classificação dos tipos psicológicos no candomblé Ketu de Salvador
Orientador: Prof. Dr. Ruy Galvão de Andrada Coelho

Data de Defesa: 1978
Localização CAPH: 432N

41. Autor: Luiz Alfredo Kiehl Galvão
Título: Capital ou Estado? – uma reflexão sobre o conceito de Estado no marxismo ou introdução à crítica da política
Orientador: Prof. Dr. Azis Simão
Data de Defesa: 28-03-1978
Localização CAPH: 305N

42. Autor: Carlos Rodrigues Brandão
Título: Os deuses de Itapira. Um estudo sobre a religião popular
Orientador: Prof. Dr. José de Souza Martins
Data de Defesa: 03-09-1979
Localização CAPH: 474N

43. Autor: Flavio Azevedo Marques de Goes
Título: A grande empresa de serviços públicos na economia cafeeira (um estudo sobre o desenvolvimento do grande capital em São Paulo)
Orientador: Prof. Dr. Gabriel Cohn
Data de Defesa: 27-09-1979
Localização CAPH: 481N

44. Autor: Guilherme Ferreira da Silva
Título: A cidade e a província em uma obra intimista
Orientador: Prof. Dr. Ruy Galvão de Andrada Coelho
Data de Defesa: 09-10-1979
Localização CAPH: 490N

45. Autor: Luiz Flávio Thomáz Rainho
Título: Os peões do Grande ABC: estudo sobre as condições de vida e consciência de classe do operário metalúrgico (sem especialização e semiespecializado) ligado à indústria automobilística
Orientador: Profa. Dra. Eva Alterman Blay
Data de Defesa: 29-06-1979
Localização CAPH: 449N

46. Autor: Celso Frederico
Título: O outro do outro (as metamorfoses da consciência de classe)
Orientador: Prof. Dr. Ruy Galvão de Andrada Coelho
Data de Defesa: 17-09-1979
Localização CAPH: 478N

47. Autor: Vera Maria Cândido Pereira
Título: O coração da fábrica – estudo de caso entre trabalhadores têxteis

Orientador: Prof. Dr. Leôncio Martins Rodrigues Netto
Data de Defesa: 20-07-1979
Localização CAPH: 456N

48. Autor: Maria Hermínia Tavares de Almeida
Título: Estado e classes trabalhadoras no Brasil (1930-1945)
Orientador: Prof. Dr. Francisco Corrêa Weffort
Data de Defesa: 1979